matosinhos
habit

Entrada/2025/6422
03/04/2025

matosinhoshabit.pt

EX.ª SR.ª PRESIDENTE
CAMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS
AV. DOM AFONSO HENRIQUES
4454-510-MATOSINHOS

Sua Referência:
Nossa Referência: 1346/2025 EXT - 2237/2025
Data: 03-04-2025

Assunto: Relatório Gestão e Demonstração Económico Financeira 2024

Para os devidos efeitos, junto se remete a informação aprovada em reunião do Conselho de Administração desta Empresa, no âmbito do "Relatório Gestão e Demonstração Económico Financeira 2024".

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Executiva

(Eng.ª Helena Vaz)

MatosinhosHabit–MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM
Rua Alfredo Cunha 99 · 1º · 4450–023 Matosinhos
Tel. 229 399 990 (Chamada para a rede fixa nacional)

V00
NIPC 504597221
geral@matosinhoshabit.pt

matosinhos habit

Informação interna

Data:	28-03-2025	**Nº GD**	1264/2025 INT
O Diretor-Geral:	Alcino Gloria		
Assunto:	Relatório de Gestão e Demonstração Económico Financeira 2024		

Junto anexo documentos relativos ao Relatório de Gestão e Demonstração Económico e Financeira 2024 para aprovação do Conselho de Administração.

Á consideração superior.

O Diretor-Geral,

(Engº. Alcino Glória)

matosinhos habit

DELIBERAÇÃO

PROCESSO N.º:	1264/2025 INT	

ASSUNTO:	Relatório de Gestão Económico Financeira 2024
DATA:	03 de abril de 2025
UNIDADE FUNCIONAL:	Apoio à Administração
AUTOR:	João Filipe Torres (MatosinhosHabit MH - EM)

O Conselho de Administração, na sua reunião de 31 de março de 2025, apropriou a informação dos serviços e deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Relatório de Gestão Económico Financeira 2024. Deliberou ainda, pelo envio à Câmara Municipal de Matosinhos para os devidos efeitos.

Sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril de 2025

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 23 de abril de 2025

Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento da presente proposta e deliberou submetê-la a conhecimento da Assembleia Municipal, de acordo com o art. º 42, n.º 1 da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
O senhor Vice-Presidente da Câmara Carlos Manuel Amorim da Mouta e as senhoras Vereadoras Maria Manuela de Carvalho Álvares e Helena Adelina Simões Nunes Vaz não participam na discussão e análise deste assunto, por se encontrarem impedidas nos termos do art.º 69.º do CPA.

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA 2024

matosinhos habit

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 3

A. ENQUADRAMENTO 5

B. HABITAÇÃO 11

1. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO 12
1.1. Reabilitação do Parque Habitacional Municipal 13
1.2. Projetos de Reabilitação do Parque Habitacional 15
1.3. Neutralidade Carbónica 16
1.4. Beneficiários Diretos – ELH / 1.º Direito 16
1.5. Construção de novos Conjuntos Habitacionais Municipais 17
1.6. Nova Construção para Arrendamento Acessível 17

2. MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO 18

3. PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO 18

4. MATOSINHOS CASA ACESSÍVEL 20

5. CASOS ESPECÍFICOS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL 21

6. GESTÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS E DOS ESPAÇOS COMUNS 23
6.1. Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM) 23
6.2. Pedidos de Habitação 23
6.3. Gestor/a de Entrada 24

7. PARCERIAS INSTITUCIONAIS 25

8. OUTROS PROJETOS 29

C. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL 36

1. ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR E PARTICIPADO 37

2. INTERVENÇÃO DE PROXIMIDADE 40
2.1. Bairro Inclusivo 41
2.2. Eventos Recreativos 41

3. GESTÃO SOCIAL E PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL 42
3.1 Economia circular, Ambiente, Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos 42
3.2. Saúde e Estilos de Vida Saudáveis 44
3.3. Associativismo, Cidadania e Cultura 44

4. SEGURANÇA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO 45

D. ATIVAÇÃO COMUNITÁRIA 46

E. REABILITAÇÃO URBANA 50

1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA – IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AOS PROCESSOS DE DELIMITAÇÃO E CRIAÇÃO 51

2. OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA: PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA E ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO URBANA 51

3. INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA: FINANCEIROS, REGULAMENTARES E FISCAIS 52

4. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DE NATUREZA MUNICIPAL. RECEÇÃO, VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS LEGAIS E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS 53

5. PRÉ-VISTORIAS, VISTORIAS DE SEGURANÇA, SALUBRIDADE E ARRANJO ESTÉTICO (VSSAE) E VISTORIAS PARA DETERMINAÇÃO DE NÍVEIS DE CONSERVAÇÃO (VDNC) 54

F. ORGANIZAÇÃO E PROCESSOS INTERNOS 57

1. RECURSOS HUMANOS 58

2. SERVIÇO JURÍDICO 61

3. QUALIDADE, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES 65

3.1. Gestão da Qualidade 65

3.2. Informática e Telecomunicações 67

Apreciação dos Resultados do Exercício e Proposta de sua aplicação 69

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 81

Anexo -Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 86

Demonstrações Orçamentais 106

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por significativos avanços e desafios para a MatosinhosHabit (MH).

Continuamos a nossa missão de proporcionar habitação digna e acessível aos/às cidadãos/ãs de Matosinhos, enquanto implementamos estratégias inovadoras para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das nossas operações.

A habitação é um direito fundamental que garante a dignidade e a qualidade de vida. Em Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos (CMM) e a MH tem desempenhado um papel crucial na promoção de políticas habitacionais que visam proporcionar um lar seguro e confortável para cada família.

Através de iniciativas como a Estratégia Local de Habitação (ELH), temos trabalhado incansavelmente para enfrentar os desafios habitacionais e garantir que todos/as tenham acesso a uma habitação.

A MH, criada em 1999, tem como objetivo a promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a prestação de serviços de caráter social e cultural aos arrendatários municipais. Em 2024, a empresa geriu 51 conjuntos habitacionais, totalizando 4300 habitações sociais, que alojam 4237 famílias, encontrando-se as restantes casas cedidas a instituições (11), afetas ao alojamento rotativo de famílias por causa das grandes reabilitações de conjuntos habitacionais em curso (17) e, na viragem do ano de 2024 para 2025, devolutas para reabilitação (37).

Destacamos a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como guia essencial para a construção de um futuro mais justo, igualitário e sustentável. A nossa abordagem está alinhada com diversos ODS, incluindo a erradicação da pobreza, a promoção da saúde e bem-estar, a educação de qualidade, a igualdade de género e a ação contra a mudança global do clima.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) de Matosinhos define objetivos como atrair e fixar residentes, promover a coesão social, e qualificar o parque habitacional. Em 2024, foram submetidas candidaturas ao 1.º Direito/PRR que preveem disponibilizar 1.225 fogos, incluindo construção nova, reabilitação e soluções habitacionais específicas, implicando um investimento de 106 617 635,85€. A reabilitação do parque habitacional municipal continua a ser uma prioridade e, em 2024, foi concluída a reabilitação 94 fogos devolutos.

Também em 2024 foi iniciada a construção de novos conjuntos habitacionais a afetar à habitação apoiada (S. Gens, Flor do Infesta, Teixeira de Melo, Alda Rodrigues, Estádio do Mar e Guifões), tendo-se assim posto termo a um interregno de 13 anos desde a entrega à MH do último conjunto habitacional (Real de Cima, Senhora da Hora, em 2011).

O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA) continua a ser um dos principais instrumentos de apoio à população, auxiliando anualmente cerca de 800 famílias a suportar as despesas com o arrendamento.

O Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos foi revisto e publicado em agosto, refletindo as necessidades emergentes e as dinâmicas atuais do setor habitacional.

O Projeto Gestor/a de Entrada (GE) continua a fortalecer a relação comunicacional entre a MH e os/as moradores/as, promovendo a participação ativa dos residentes nos conjuntos habitacionais. Em 2024, foram realizadas reuniões de eleição e de reeleição, com 223 gestores/as de entrada em funções. A MH mantém uma estreita articulação com diversas entidades da Rede Social, assegurando respostas para os problemas e necessidades identificados na comunidade envolvente.

A empresa continua a promover a inclusão, garantindo o acompanhamento da população em situação de vulnerabilidade. A CMM entende que a habitação não é apenas um lugar para morar, mas um espaço onde se constrói uma comunidade, se promove a inclusão social e se combate a pobreza.

Com projetos de reabilitação do parque habitacional municipal e a criação de novas habitações, a CMM tem demonstrado um compromisso contínuo com a melhoria das condições de vida dos/as seus cidadãos/ãs. Além disso, a CMM tem sido pioneira na implementação de soluções de promoção de eficiência energética e da criação de comunidades de energia renovável. Matosinhos está a construir um futuro mais verde e resiliente.

A dedicação da CMM em garantir habitação digna e acessível é um exemplo inspirador de como as políticas públicas podem transformar a vida das pessoas e fortalecer comunidades.

Juntos, podemos continuar a construir um Matosinhos onde todos tenham um lugar a que possam chamar de lar.

O Conselho de Administração

Manuela Álvares
Presidente

Helena Vaz
Administradora Executiva

Carlos Mouta
Administrador Não-Executivo

A. ENQUADRAMENTO

A MH foi criada em outubro de 1999 e tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social que integram o património municipal da CMM, bem como dos equipamentos coletivos que lhes são complementares, assegurando a prestação de serviços de caráter social e cultural aos arrendatários municipais.

Sem prejuízo de poder exercer outras atividades acessórias do objeto principal atrás sumariamente descrito, a MH está ainda encarregue de prestar apoio técnico ao Município nos domínios da gestão e conservação do parque habitacional privado e da reabilitação e requalificação urbanas, de exercer as prerrogativas que lhe forem atribuídas por delegação de competências e ainda de gerir outros equipamentos, espaços e infraestruturas do domínio público ou privativo do Município, por atribuição deste.

Assim, a atividade da MH desenvolve-se essencialmente nos seguintes eixos fundamentais:

a) **Desenvolvimento de programas habitacionais definidos pelo Município** - englobando a sua participação nos projetos de construção de novas habitações e de grande reabilitação das existentes. Nesta medida, cabe à MH um importante papel:
   - Na concretização/execução, monitorização e avaliação crítica da Estratégia Local de Habitação do Município (ELH), aprovada pelo Município em 2019;
   - Na implementação e execução do Programa Matosinhos: Casa Acessível (MCA), aprovado pelo Município em 2021; e
   - Na implementação e execução do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA), que se rege pelo Regulamento Municipal publicado em 2009, sendo a versão atual de 2023.

b) **Gestão do parque habitacional do Município** – englobando a gestão dos contratos de arrendamento apoiado celebrados e a celebrar, o controlo e atualização dos seus pressupostos; e a gestão dos pedidos de habitação em regime de arrendamento apoiado, nos termos estabelecidos no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos, publicado em 2013 e atualmente em fase de revisão; e a manutenção e reabilitação dos fogos devolutos, com vista à sua subsequente afetação;

c) **Acompanhamento social dos arrendatários sociais** – Cabendo-lhe a conceção e aplicação de medidas de acompanhamento social, diretamente e/ou através do estabelecimento de parcerias institucionais e outras, com o objetivo de criar condições para o combate a situações de exclusão social e a sentimentos de estigmatização social, promovendo a participação ativa dos arrendatários sociais na apropriação dos espaços habitacionais, no sentido amplo das frações habitadas, dos espaços comuns e da envolvente;

d) **Colaboração com o município, ao nível da gestão e planeamento urbanístico**, designadamente, através da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) - presentemente, estão definidas, no território municipal, 11 ARU's -, como ferramentas essenciais, de acordo com o quadro legal aplicável, para a revitalização do espaço urbano, atuando ainda como requisito para o acesso dos cidadãos a apoios e incentivos, designadamente de natureza fiscal, previstos na lei. Neste quadro ainda, compete à MH a realização de vistorias ao património habitacional privado, para a verificação do

cumprimento das condições de habitabilidade legalmente exigidas, bem como a monitorização da execução das intervenções exigidas para a reposição daquelas condições e encaminhamento do respetivo sancionamento contraordenacional nas situações de incumprimento.

No âmbito da sua atividade, presentemente, a MH gere 51 Conjuntos Habitacionais, distribuídos por todo o território municipal, totalizando 4300 habitações sociais. Estas habitações dão alojamento a 4235 famílias, correspondendo a 9668 pessoas.

Face ao elevado preço das rendas praticadas atualmente no mercado privado do arrendamento para habitação e da incapacidade de resposta desse mercado às necessidades habitacionais das famílias, incluindo aquelas que, à escala do nosso País, auferem rendimentos médios, ao abrigo do PMAA, o município, vem apoiando cerca de 800 famílias, através da comparticipação no esforço financeiro do pagamento das respetivas rendas, mitigando assim o aumento da lista de espera dos Pedido de Habitação.

Importa ainda referir que a MH reconhece a importância fundamental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como um guia essencial para a construção de um futuro mais justo, igualitário e sustentável para todos. No âmbito da sua missão, compromete-se a alinhar as suas s ações com os ODS, cujo cumprimento é essencial para a promoção do bem-estar social, económico e ambiental de todos os Cidadãos.

Destacamos que esta abordagem está alinhada com diversos ODS, dos quais se destacam:

Erradicar a Pobreza (ODS 1): Erradicar a pobreza em todas as suas formas. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares. Reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza. Implementar sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriados para todos. Garantir que todos têm direitos iguais aos recursos económicos e acesso a serviços básicos.

Erradicar a Fome (ODS 2): Erradicar a fome em todo o mundo. Garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Acabar com todas as formas de desnutrição. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção e que ajudem a manter os ecossistemas.

Saúde e Bem-Estar (ODS 3): Garantir saúde e bem-estar para todos. Reduzir a taxa de mortalidade global. Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos. Erradicar as epidemias de HIV, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas. Promover a saúde mental e o bem-estar. Alcançar a cobertura universal de saúde.

Educação de Qualidade (ODS 4): Garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Promover a aprendizagem ao longo da vida. Eliminar as disparidades de género na educação. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade.

Igualdade de Género (ODS 5): Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.

Água Potável e Saneamento (ODS 6): Alcançar o acesso universal à água potável segura e acessível para todos. Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados para todos. Melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos.

Energias Renováveis e Acessíveis (ODS 7): Garantir o acesso universal a energia renovável e acessível para todos. Aumentar a participação das energias renováveis no mix global de energia. Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologia de energia limpa. Expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento.

Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8): Garantir o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável em todo o mundo. Alcançar níveis mais altos de produtividade económica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação. Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive para jovens e pessoas com deficiência. Alcançar salário igual para trabalho de igual valor.

Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS 9): Garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria. Desenvolver infraestrutura confiável, sustentável e resiliente que apoie o desenvolvimento económico e o bem-estar humano. Promover a industrialização inclusiva e sustentável. Atualizar as infraestruturas e modernizar as indústrias para torná-las sustentáveis. Apoiar uma maior adoção de tecnologias renováveis.

Reduzir as Desigualdades (ODS 10): Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica ou outra. Garanta a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias.

Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11): Ao melhorar o desempenho energético dos edifícios, contribuímos para a construção de cidades mais sustentáveis e comunidades mais resilientes. Pretende-se criar um ambiente habitacional saudável e eficiente, promovendo a inclusão e o bem-estar de todos os moradores.

Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12): Reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidor. Alcançar a gestão ambientalmente saudável de produtos químicos ao longo de seu ciclo de vida. Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13): A redução do consumo de energia e das emissões de carbono está alinhada com a nossa responsabilidade de enfrentar a mudança climática e tomar medidas significativas para mitigar seus efeitos.

Proteger a Vida Marinha (ODS 14): Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos. Prevenir e diminuir a poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres. Gerir e proteger de forma sustentável os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos. Acabar com a sobrepesca, práticas de pesca ilegais, não declaradas e destrutivas.

Proteger a Vida Terrestre (ODS 15): Prevenir ameaças à biodiversidade. Garantir a conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e de água doce, incluindo florestas, pântanos, montanhas e terras secas. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas. Deter o desmatamento. Combater a desertificação e restaurar terras e solos degradados.

Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16): Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Reduzir significativamente todas as formas de violência. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças. Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Parcerias para a Implementação dos Objetivos (ODS 17): Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica ou outra. Garanta a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias.

B. HABITAÇÃO

1. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

A ELH de Matosinhos foi aprovada (na sua componente referente ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1.º Direito) no final de 2019, tendo a sua versão mais abrangente sido aprovada já no início de 2020.

Este documento define como objetivos:

- Atrair e fixar residentes, em particular população ativa e profissionais qualificados;
- Consolidar o modelo territorial municipal;
- Promover a coesão social;
- Reforçar a intervenção do Município na promoção do acesso à habitação;
- Promover a qualificação e a coesão territoriais;
- Qualificar o parque habitacional.

Em fevereiro de 2024 foi aprovada pelos órgãos competentes a atualização do Acordo de Colaboração, procedendo-se à reformulação e ajustamento das soluções habitacionais e das tipologias de ação previstas, bem como o reajustamento dos valores e da programação dos investimentos, cujo montante teve um acréscimo em 10%. Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento do preço da construção civil e à necessidade de alterar as intervenções para cumprir as exigências do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), relativamente à eficiência energética. Esta revisão manteve o quadro de necessidades inicialmente diagnosticado, dirigido aos 1691 agregados familiares. O financiamento deste acordo é assegurado pelo PRR. Neste momento ainda aguardamos a aprovação por parte do IHRU.

Assim, o município submeteu candidaturas ao 1.º Direito/PRR que preveem disponibilizar 1.278 fogos, implicando um investimento de 103 388 297,51€. Deste conjunto, o quadro de candidaturas já aprovadas permite intervir e disponibilizar 576 fogos, correspondendo a um investimento de 18 991 450,70€.

Ação	Acordo de Colaboração		Candidaturas Submetidas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de Candidaturas Submetidas	Taxa de Candidaturas Aprovadas
	Nº Fogos	Montante (€)	Nº Fogos	Montante (€)	Nº Fogos	Montante (€)	% Fogos	% Fogos
Aquisição e Reabilitação de Prédios para Realojamento	105	18 991 450,70	105	18 991 450,70	105	18 991 450,70	100,00%	100,00%
Construção de Habitação para Realojamento	407	46 088 121,83	407	55 452 177,60	407	55 451 177,60	100,00%	100,00%
Reabilitação de Fogos Municipais Devolutos para Realojamento	**411**	**5 397 420,27**	**141**	**1 901 269,71**	**64**	**621 611, 19**	**34,31%**	**15,57%**
Reabilitação de Conjuntos Habitacionais Municipais	616	29 633 141,56	571	25 866 369,50	571	25 866 369,50	92,69%	92,69%
Aquisição e Reabilitação de Bairros Sociais Privados	48	7 634 880,00	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%
Soluções Habitacionais Especificas	104	3 681 000,00	14	1 178 030,00	0	0,00	%	0,00%
Totais	**1.691**	**111 426 014,36**	**1278**	**103 388 297,51**	**1.147**	**100 930 608,99**	**73,21%**	**67,83%**

Como se pode verificar as candidaturas submetidas representam 73% dos fogos a candidatar e as candidaturas aprovadas representam 68% dos fogos previstos disponibilizar no âmbito do Programa 1.º Direito e comprometem já 91% do investimento previsto no Acordo de Colaboração.

Mais se informa, que no decurso deste ano e de acordo com a Lei de Bases da Habitação foi aprovada a Carta Municipal de Habitação, documento concebido pela MH, em articulação com a Divisão de Planeamento da CMM, a qual foi aprovada pelos órgãos competentes e publicada em Diário da República.

Este documento é um instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

Face à importância deste documento, o qual estabelece o diagnóstico de carências de habitação e de habitat, define recursos e potencialidades para a habitação e o habitat, carateriza a capacidade territorial em curso ou a realizar e aborda a incidência da política local de habitação, para a totalidade ou parte da área do município.

1.1. Reabilitação do Parque Habitacional Municipal

A reabilitação do parque habitacional municipal é uma missão, que foi e continuará a orientar-se pelos princípios estatutários e objetivos assumidos pela MH perante a CMM, como parceiro neste domínio. Reafirmando os princípios estabelecidos nos anos anteriores, as empreitadas de reabilitação de conjuntos habitacionais municipais tiveram como preocupação, no respeito pelos preceitos legais e regulamentares aplicáveis, introduzir uma significativa melhoria do desempenho energético dos edifícios e das habitações, garantindo uma maior sustentabilidade energética. Além disso, é importante destacar o compromisso no combate à pobreza energética, buscando proporcionar condições dignas e acessíveis de habitação para todos os cidadãos.

No âmbito desta modalidade de intervenção e dos procedimentos lançados pela CMM e pela MH, a esta competiu, designadamente, o seguinte:

a) **Acompanhamento da fiscalização municipal em procedimentos municipais, em empreitadas de reabilitação:**

Conjunto Habitacional	Habitações
Recarei	154
Ponte do Carro	66
Seixo II	94
Chouso	60
Custió	164

b) Acompanhamento direto da MH, com apoio de serviços de fiscalização externa, em procedimentos de contratação que ela própria promoveu:

Conjunto Habitacional	Habitações
Guarda FFH – 2.ª Fase	12
Guarda FFH – 3.ª Fase	20

c) Reabilitação de Fogos Devolutos

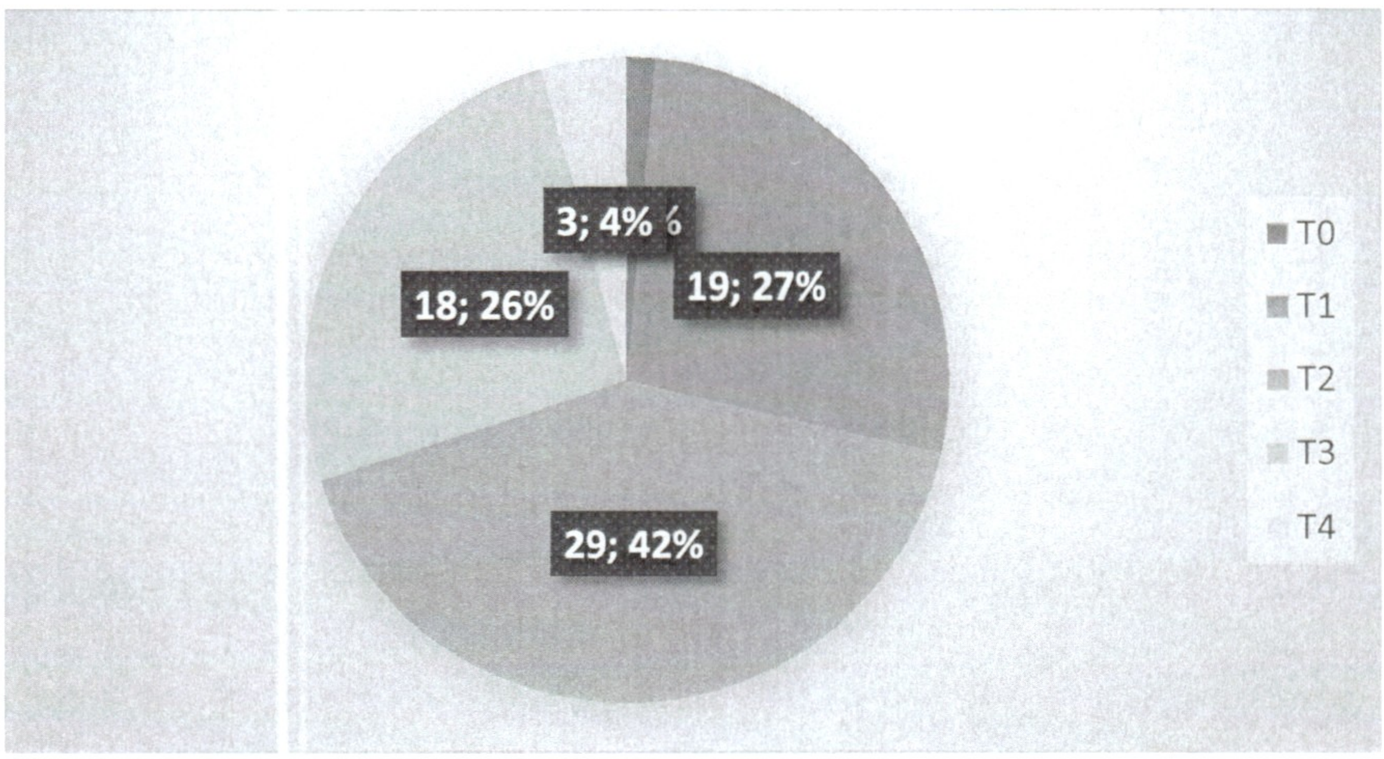
Em 2024 foram contratadas empreitadas de reabilitação de 77 fogos (71 fogos devolutos), através de diferentes procedimentos, 70 habitações ao abrigo de procedimentos de Acordo Quadro, 1 habitação ao abrigo de Consulta Prévia e 6 habitações por Ajuste Direto, totalizando o valor de 1.302.932,74€, e um valor médio de intervenção de 16.921,20€. Em 2024 foi concluída a reabilitação de 94 fogos, incluindo 17 habitações que transitaram do ano anterior.

Distribuição das 94 habitações objeto de contrato de reabilitação por conjunto habitacional:

Conjunto Habitacional	Nº de Reabilitações
BATARIA	1
BIQUINHA - 1ª Fase	1
BIQUINHA - 2ª Fase	1
BIQUINHA - EX IGF	3
BIQUINHA EX IGAPHE	3
CAIXA TEXTIL	18
CARCAVELOS	3
CRUZ DE PAU	2
CRUZ DE PAU	4
CUSTÓIAS EX. IGAPHE	1
ESTAÇÃO	2
ESTADIO DO MAR	2
FARRAPAS	2
FUNDAÇÃO SALAZAR	2
GATÕES	7
GUARDA	3
LAGOA	2
LARANJEIRAS	4
MONTE ESPINHO	1
PESCADORES	3
PONTE DO CARRO	1
PRAIA ANGEIRAS	1
RECAREI	4
REFINARIA ANGOLA	4

RIBEIRAS I	1
RIO LEÇA	1
S. GENS	4
S. TIAGO CUSTÓIAS	2
SEARA	2
SEIXO I	6
SENDIM	3

Distribuição das 94 habitações por tipologia:



d) Acompanhamento de outras intervenções - Pequenas empreitadas

No âmbito do acompanhamento de outras intervenções e promoção de empreitadas, foi executada a empreitada de reparação das infraestruturas de saneamento no Conjunto Habitacional de São Gens e iniciada a obra de reabilitação e beneficiação de quatro empenas do conjunto Habitacional da Biquinha. Para solucionar problemas de infiltrações através de coberturas foi iniciado o procedimento de contratação da reabilitação da cobertura do Conjunto Habitacional da Estação.

e) Promoção e acompanhamento de intervenções - Arranjos Exteriores

No âmbito da preocupação com a qualidade do habitat dos inquilinos municipais, e das acessibilidades aos edifícios geridos pela MH foi concluído o projeto de reabilitação dos arranjos exteriores do Conjunto Habitacional de Custóias e efetuado o acompanhamento da empreitada de arranjos exteriores do Conjunto Habitacional da Cruz de Pau.

1.2. Projetos de Reabilitação do Parque Habitacional

No decorrer do ano de 2024 foram acompanhados os contratos de prestação de serviços para a elaboração de projetos de execução para reabilitação do Bairro dos Pescadores, bem como duas moradias sitas na rua Mar da Cartola N.º 8 e 10, e contratada a revisão de projeto da reabilitação

da Guarda FFH – Fase 3. No final do ano, foi iniciado o processo de contratação do projeto de reabilitação do Conjunto Habitacional da Praia de Angeiras.

Continuam em carteira para futuro, os projetos de reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Estação, Austrálias, Padrão da Légua, S. Gens, S. Tiago de Custóias, Telheiro e Gatões que correspondem a 739 habitações, sendo que no caso de se avançar com as empreitadas deverão ser revistos e atualizados os projetos.

-Ainda no âmbito da requalificação do património municipal e da ELH, foi ainda efetuado o acompanhamento do projeto de reabilitação de uma moradia na Rua do Godinho 769, para integrar a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT). Com o mesmo propósito, foi desenvolvido internamente o projeto de arquitetura para reconversão de um equipamento existente, no conjunto habitacional do Monte Espinho, em habitação pública

1.3. Neutralidade Carbónica

A MH segue a estratégia definida pelo Município de Matosinhos rumo à Neutralidade Carbónica, tendo como objetivo reduzir em 85% as emissões de carbono até 2030, antecipando a meta de descarbonização prevista para 2050.

Como contributo direto para atingir esse objetivo, em 2023 iniciou-se o acompanhamento da implementação da Comunidade de Energia Renovável (CER) de Custió, no âmbito da empreita de reabilitação que está em curso, bem como o acompanhamento da execução dos projetos de instalação sistemas fotovoltaicos, ao abrigo do memorando de entendimento entre a MH e a Porto Energy HUB, para os seguintes conjuntos habitacionais:

- Ponte do Carro
- Recarei
- Seixo II
- Chouso

1.4. Beneficiários Diretos – ELH / 1.º Direito

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação – Programa 1º DIREITO, a MH, deu continuidade à assessoria técnica a proprietários/as com baixos recursos financeiros que pretenderam elaborar candidaturas a financiamento ao abrigo deste programa, auxiliando-as na materialização das mesmas.

	2024
Atendimentos realizados	200
Candidaturas em instrução	-
Candidaturas submetidas	148
Candidaturas aprovadas	2
Total candidatado	3.4 milhões (s/iva)

1.5. Construção de novos Conjuntos Habitacionais Municipais

Conforme definido na ELH, a intervenção municipal prevista em matéria de habitação, não se esgota apenas em intervenções de reabilitação.

Apesar de Matosinhos apresentar um ratio de Habitação Municipal/Habitação em geral superior à média nacional, preenchendo já o mínimo previsto na Resolução CM - 50-A/2018, de 2 de maio, que define a estratégia para a Nova Geração de Políticas de Habitação (que é de 5% da globalidade do parque habitacional), as necessidades de habitação inventariadas no diagnóstico que precedeu a elaboração da ELH e a definição das respetivas respostas através do incremento da oferta de habitação pública, como um dos instrumentos da concretização da ELH, determina a necessidade de construção municipal nova, ampliando assim o parque habitacional do Município.

No que diz respeito à construção nova, que corresponde a 6 novos conjuntos habitacionais, num total de 512 fogos, apresenta-se o ponto de situação das candidaturas a financiamento relativas aos conjuntos habitacionais a construir:

CONJUNTO HABITACIONAL	FREGUESIA	N.º Fogos	Ponto de Situação
Flor do Infesta	São Mamede de Infesta	105	Contrato com o IHRU assinado
Teixeira de Melo	Matosinhos	64	Contrato com o IHRU assinado
Estádio do Mar	Senhora da Hora	105	Contrato com o IHRU assinado
Alda Rodrigues	Senhora da Hora	74	Termo de Responsabilidade e Aceitação
São Gens – Piscinas	Custóias	119	Contrato com o IHRU assinado
Loteamento dos Maias	Guifões	45	Termo de Responsabilidade e Aceitação

O investimento total estimado com a construção das novas habitações atrás referidas está orçado em €76.377.688,37, a financiar por fundos do PRR/1.º Direito. As habitações a construir respeitarão níveis de eficiência energética especialmente exigentes, não apenas atendem aos padrões Nearly Zero Energy Building (nZEB), mas também superam os requisitos mínimos em 20%. Esta abordagem garante que as futuras habitações serão altamente eficientes em termos de consumo de energia, contribuindo para um ambiente mais sustentável.

1.6. Nova Construção para Arrendamento Acessível

Em 2024 foi ainda submetida uma candidatura para Arrendamento Acessível, através do Aviso Investimento RE-C02-i05 - Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis N.º 01/CO2-i05/2022, para construção do Conjunto Habitacional Conde Alto Mearim, com 72 habitações, sendo o valor da operação de 9 648 822 € + IVA. A Candidatura encontra-se pendente da aprovação pelo IHRU.

2. MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

Manutenção Habitacional: Gestão Preventiva e Eficiência Operacional

Em 2024, a MH manteve uma abordagem proativa na manutenção das habitações municipais, assegurando a habitabilidade dos fogos e a valorização do património municipal. A estratégia centrou-se na antecipação de necessidades, através da implementação de planos de manutenção sistemáticos e na otimização de recursos.

Planeamento e Resposta Eficiente

O planeamento rigoroso permitiu reduzir significativamente os tempos de intervenção. O tempo médio de resposta das equipas de piquete desceu para 5 dias no final de 2024, consolidando a melhoria face aos 36 dias registados em 2021 e aos 6,1 dias em 2023.

Foram elaborados planos de manutenção dirigidos aos principais componentes dos edifícios, com definição de periodicidade de intervenções, orçamentação prévia e controlo de custos. Esta metodologia garantiu maior previsibilidade e eficiência no uso dos recursos.

Intervenções Realizadas

Durante o ano, registaram-se 4895 participações de anomalias. Após a respetiva verificação técnica, realizaram-se:

- 2.305 intervenções de reparação, conservação e adaptação, com recurso a prestadores externos especializados;
- 2.590 intervenções resolvidas internamente pelas equipas de piquete da MH.

As intervenções incidiram sobretudo nas partes comuns dos edifícios, com destaque para a renovação de infraestruturas elétricas (iluminação, campainhas, intercomunicação) e de abastecimento de água.

Monitorização e Controlo de Qualidade

As intervenções executadas por prestadores externos foram acompanhadas por técnicos da MH, assegurando a qualidade dos serviços através de visitas técnicas, análise prévia de orçamentos e fiscalização permanente das obras.

Investimento em Manutenção

O investimento total em manutenção em 2024 ascendeu a 999.291,83€, com um valor médio por intervenção de 433,53€. O recurso a contratos de execução continuada permitiu dar resposta às necessidades que excederam a capacidade interna, sem comprometer a qualidade do serviço.

3. PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO

O PMAA, implementado pela MH desde a sua criação em 2009, continua a ser um dos principais instrumentos de apoio à população, auxiliando as famílias a suportar as despesas com o

arrendamento. Em 2024, o programa manteve-se como uma resposta importante à carência habitacional no município, proporcionando uma comparticipação mensal nas rendas dos beneficiários, com um limite de 75% do valor total.

A gestão do programa pela MH tem sido marcada pela análise criteriosa das candidaturas e a realização de visitas domiciliárias para avaliar as condições habitacionais dos/as candidatos/as. Esta abordagem tem permitido garantir que o apoio seja direcionado a quem realmente precisa, considerando a situação económica e social dos/as beneficiários/as.

Em 2024, o programa manteve-se fiel aos seus objetivos de proporcionar apoio financeiro, sempre que necessário, e de assegurar que as famílias cumpriam as condições para manter o benefício. A monitorização das candidaturas foi realizada de forma constante, ajustando a comparticipação quando necessário, em resposta a mudanças na composição do agregado familiar ou nas condições financeiras.
No ano de 2024, foram formalizadas 146 novas candidaturas, das quais 117 foram aprovadas e 29 arquivadas, em virtude do não cumprimento das condições de acesso ou por não atingirem escalão de apoio.

	2023	2024
Novas candidaturas	205	146
Aprovadas	188	117
Arquivadas	17	29
Recandidaturas	815	816
Renovadas	682	699
Arquivadas	133	117

No quadro abaixo encontram-se explanadas as freguesias de residência das 816 famílias que integram o programa:

FREGUESIA	Nº FAMÍLIAS
Custóias	72
Guifões	58
Lavra	40
Leça Palmeira	98
Leça do Balio	80
Matosinhos	146
Perafita	67
S. Mamede Infesta	124
Senhora da Hora	96
Stª Cruz do Bispo	35

Com base no regulamento em vigor, todas as candidaturas aprovadas têm a duração de 12 meses, estando sujeitas a uma renovação ao fim do 10.º mês. No ano de 2024, foram instruídas 816 recandidaturas, das quais 699 mantiveram o apoio. As restantes 117 não foram renovadas por incumprimento das condições de acesso ao programa e/ou por terem sofrido alterações nos

seus rendimentos e no valor da renda, entre outros. Com isto, no decorrer do ano de 2024, o PMAA apoiou 818 famílias, o que totalizou 1468 indivíduos e cujo valor médio da comparticipação atribuído rondou os 125,55€.

	2023	2024
Famílias apoiadas	814	818
Valor médio da comparticipação	124,88€	125,55€

No seguimento deste trabalho, a equipa realizou 1258 atendimentos presenciais e efetuou 113 visitas domiciliárias respeitantes a novos processos de candidatura e às alterações de morada dos/das beneficiários/as. Este processo de constante avaliação de candidaturas e de recandidaturas pressupôs uma articulação estreita com o Departamento Administrativo e Financeiro, para controlar a entrega dos recibos de renda e para efetuar contactos telefónicos com os/as senhorios/as para validação do cumprimento no pagamento das rendas.

	2023	2024
Atendimentos	1270	1258
Visitas domiciliárias	142	113

O PMAA continua a ser uma ferramenta relevante no combate à pobreza e na promoção da igualdade social, oferecendo às famílias em situação de vulnerabilidade uma maior estabilidade habitacional. Este programa contribui para a redução das desigualdades e para a sustentabilidade económica das famílias, promovendo também um maior equilíbrio no acesso ao arrendamento privado.

4. MATOSINHOS CASA ACESSÍVEL

O programa MCA continua a ser uma resposta habitacional do município, mas enfrenta desafios na sua implementação. A escassez de imóveis disponíveis para arrendamento e os critérios de elegibilidade, como o valor da renda admissível e os rendimentos das famílias, têm dificultado o seu impacto junto dos proprietários e beneficiários. A adaptação do programa às condições económicas e habitacionais atuais continua a ser um desafio para garantir a sua eficácia e acessibilidade.

Em 2024, a gestão do programa foi mantida pela MH, que assegura o apoio aos munícipes na busca por soluções habitacionais. A execução do programa tem sido marcada pela escassez de bens imóveis para arrendar e pelos desafios relacionados com os requisitos de acesso, principalmente em relação ao valor das rendas e á taxa de esforço exigida.

No âmbito deste programa, manteve-se o arrendamento e subarrendamento dos 9 imóveis, permanecendo ocupados à data de 31 de dezembro de 2024, com os valores indicados no quadro abaixo.

Freguesia	Tipologia Habitacional	Valor do Arrendamento	Valor do Subarrendamento
Matosinhos	1 - T3	775€	705,36€
	2 - T2	712,62€	499,44€
		666€	500,04€
Leça da Palmeira	1 - T2	666€	666€
São Mamede de Infesta	2 - T3	709€	709€
		709€	505,01€
	1-T2	636,65€	492,23€
Senhora da Hora	2 - T1	420€	300€
		439€	439€

No ano em referência foi apresentada candidatura ao IHRU, no âmbito do Programa 1º Direito para construção de 72 habitações em terreno municipal sito na Rua do Conde Alto Meirim, para arrendamento acessível.

5. CASOS ESPECÍFICOS DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL

Em 2024, o município manteve a aposta na habitação coletiva como estratégia para dar resposta às necessidades habitacionais mais urgentes, com especial destaque para a implementação do modelo de coliving. Este modelo, que envolve a partilha de alojamento por diversos ocupantes, tem se mostrado uma solução viável em zonas urbanas com escassez de imóveis disponíveis para arrendamento. A habitação partilhada e de emergência tem sido uma resposta eficaz, sobretudo em momentos de crise habitacional, garantindo a ocupação de imóveis e a utilização otimizada de recursos.

Habitação Partilhada: Este projeto permitiu assegurar condições de alojamento com autonomia e privacidade para cidadãos em situação de vulnerabilidade. As oito habitações partilhadas atualmente em funcionamento têm sido fundamentais para atender à carência habitacional nas várias freguesias, com especial enfoque na intervenção social de proximidade, promovendo a integração e a autonomia das pessoas.

As habitações sob gestão da ADEIMA têm sido uma das principais ferramentas na resposta à situação de sem abrigo e à inclusão social, fornecendo alojamento temporário e criando condições para o acompanhamento especializado das pessoas em processo de reintegração social. Estas iniciativas têm demonstrado um impacto positivo na qualidade de vida dos beneficiários, enquanto contribuem para a sustentabilidade das comunidades e a erradicação da pobreza.

Freguesia	Nº Habitações	Nº Indivíduos	Entidade Gestora
Matosinhos	4	10	ADEIMA
	3	7	MH
S. Mamede Infesta	1	2	
Custóias	1	2	
Guifões	1	2	
Leça do Balio	1	2	

Residência Apoiada/Assistida: Paralelamente, está em desenvolvimento um modelo habitacional para pessoas seniores e/ou com mobilidade reduzida, com o intuito de combater o isolamento social, promover o bem-estar e assegurar um alojamento adaptado e com suporte institucional permanente. Este modelo pretende responder à crescente necessidade habitacional gerada pelo envelhecimento da população e pela falta de redes de apoio social adequadas, particularmente entre os indivíduos mais isolados e com défices de autonomia pessoal.

A resposta habitacional será proporcionada num edifício devoluto, propriedade da CMM, e que será equipada para garantir o conforto e segurança dos residentes. Além do alojamento, serão oferecidos serviços de refeição, lavandaria e espaços comuns para o desenvolvimento de atividades recreativas, promovendo estilos de vida saudáveis e o aumento da qualidade de vida. Este projeto será também um meio de combater o empobrecimento e a exclusão social, permitindo que os residentes mantenham a sua dignidade humana e autonomia.

No contexto atual, com o objetivo de garantir a viabilidade do projeto, foi apresentada uma candidatura ao Programa 1º Direito/PRR, aguardando-se aprovação por parte do IHRU para dar seguimento à sua concretização.

Habitação de Emergência: Tal como as habitações partilhadas, também a habitação de emergência é um alojamento coletivo, com caráter transitório, na medida em que pretende dar resposta imediata a situações de calamidade, vulnerabilidade e/ou emergência social, sinalizadas pelos serviços da MH e/ou por outras instituições, quando não se verifica alternativa habitacional.

A Habitação de Emergência é uma opção habitacional alternativa aos alojamentos em pensões/residências, especialmente considerando que, em alguns destes acontecimentos, os munícipes ficam desprovidos de todos os seus pertences. Esta resposta permite o alojamento pelo período máximo de 6 meses.

Assim, este alojamento corresponde a uma resposta célere, face à necessidade identificada e de curta duração. Durante este período, os indivíduos e/ou famílias são alvo de um acompanhamento social, em articulação com o SAAS, no sentido de se encontrar uma resposta em tempo útil, promovendo o acesso a bens e serviços de primeira necessidade.
Em 2024, a habitação de emergência recebeu um total de 13 indivíduos, reforçando o impacto positivo desta resposta habitacional na assistência a emergências e vulnerabilidade social.

Habitação de Emergência para Vítimas de Violência Doméstica: A área da Violência Doméstica tem sido uma prioridade de intervenção municipal, sustentada nos instrumentos de política pública, nomeadamente na "Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual" / ENIND, que visa a prevenção e o combate à violência doméstica, a eliminação dos estereótipos e o combate à discriminação.

No seguimento da candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), aprovada em 2024, foram iniciadas todas as diligências necessárias para a implementação da Habitação de Emergência para 15 vítimas de violência doméstica. Esta medida visa dar resposta ao aumento do número de casos e à escassez de respostas de acolhimento.

Esta resposta habitacional contribuirá decisivamente para a proteção e segurança das vítimas, numa fase em que se encontram desprovidas de alojamento e sem retaguarda familiar. Nesta habitação de emergência, as vítimas terão suporte institucional, principalmente a nível social, psicológico e jurídico, essencial nesta fase crítica. A gestão desta resposta ficará a cargo da Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Matosinhos.

6. GESTÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS E DOS ESPAÇOS COMUNS

6.1. Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM)

O RGPHMM foi revisto e publicado em agosto de 2024 no Diário da República. Esta atualização reflete as necessidades emergentes e as dinâmicas atuais do setor habitacional, nomeadamente o aumento do número de pedidos de habitação, particularmente por famílias monoparentais, agregados familiares em situação de dificuldades económicas e cidadãos a viver em casas de familiares, situação que tem condicionado a atribuição de respostas habitacionais devido à escassez de habitação disponível. Com a publicação da nova versão do regulamento, os serviços, realizaram uma revisão integral de todos os pedidos anteriormente incluídos na listagem pública, garantindo que fossem reavaliados conforme a nova grelha de avaliação. A informação sobre as novas graduações foi amplamente divulgada, tanto no site da empresa, como num jornal de tiragem nacional e no Diário da República, proporcionando transparência e informação a todos os cidadãos e assegurando que o processo fosse acessível a todos.

Este regulamento, agora consolidado, continuará a ser um documento dinâmico, adaptado às mudanças do mercado e das necessidades habitacionais da população.

6.2. Pedidos de Habitação

No que diz respeito à instrução de pedidos de habitação, em 2024, foram apresentados 519 novos requerimentos. O procedimento de avaliação destes pedidos não sofreu alteração, tendo sido avaliados 286 requerimentos. Cumulativamente, foram realizadas 2061 reavaliações, resultado da publicação do novo regulamento, de alterações, seja de residência, de composição

do agregado familiar e dos rendimentos ou por alteração das condições de habitabilidade. Em resultado destas avaliações e reavaliações, a equipa procedeu ao arquivo de 86 requerimentos.

	2023	2024
Novos	486	519
Avaliados	333	423
Reavaliados	327	2061
Arquivados	90	86

Subjacente à avaliação e à reavaliação dos pedidos de habitação, foram realizadas 365 visitas domiciliárias. Estas visitas permitiram a verificação das condições de habitabilidade e também da situação socioeconómica das famílias requerentes. Foram também realizados 423 atendimentos aos/munícipes que instruíram pedido de habitação.

	2023	2024
Atendimentos	376	423
Visitas domiciliárias	353	365

No final deste processo de avaliação e de graduação dos requerimentos, procedeu-se à publicação da listagem geral dos pedidos de habitação com a graduação de cada agregado familiar, sendo que, no ano de 2024, foram publicadas 2 listas que estiveram disponíveis para consulta na Loja da Habitação e no site da MH.

De acordo com a ordenação constante desta listagem e mediante os fogos sociais disponíveis, em 2024, foram atribuídas 80 habitações, num total de 177 pessoas abrangidas. De referir, que foram assinados 80 contratos de arrendamento, conforme quadro abaixo.

	2023	2024
Realojamentos	58	80

Em 2024, continuou a priorizar-se o acompanhamento psicossocial às famílias realojadas através de contactos e de visitas regulares, o que tem permitido uma agilização no processo de mudança habitacional e a possibilidade de consciencializar as famílias para os seus direitos e deveres enquanto arrendatários/as da MH.

6.3. Gestor/a de Entrada

O Projeto Gestor/a de Entrada (GE) foi concebido para aprimorar a interação entre a MH e os/as moradores/as. Tem como objetivo principal fortalecer a relação comunicacional, incentivando a participação ativa dos residentes nos conjuntos habitacionais, fortalecer o envolvimento dos/as moradores/as na manutenção do espaço coletivo e implementar ações preventivas para apoiar famílias em situações de maior fragilidade social, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade de vida na comunidade. Os princípios da corresponsabilização e do comportamento cívico contribuirão para um desenvolvimento comunitário dos territórios.

O projeto teve continuidade em 2024, visando o alargamento aos conjuntos habitacionais que ainda não tinham sido abrangidos nos anos anteriores. Foram também desenvolvidas ações de informação e de capacitação que visaram a promoção do desenvolvimento pessoal, a criação de condições para a mudança de rotinas e de comportamentos bem como a adoção de medidas de eficiência energética, de higiene e de segurança elementares para a vida em comunidade.

Esta estratégia de intervenção tem como objetivo melhorar a gestão e utilização dos espaços comuns e do espaço público, envolvendo como principais agentes de mudança os/as moradores/as dos conjuntos habitacionais. A iniciativa procurou promover uma apropriação positiva destes espaços, assente num trabalho colaborativo em rede e numa abordagem de proximidade.

No decurso de 2024, foram auscultadas 1462 famílias, num total de 2089 agregados familiares, residentes em 243 entradas. Foram realizadas 373 reuniões de eleição e de reeleição. O ano de 2024 finalizou com 223 gestores/as de entrada em funções, num total de 285 entradas abrangidas (cumulativo de 2023 e 2024).

	2023	2024
N.º Total de Entradas	267	285
Entradas com GE	199	223
Entradas sem GE	68	97

Paralelamente, foram dinamizadas 92 ações de capacitação dirigidas a gestores/as e restantes moradores/as de conjuntos habitacionais, num total de 683 participantes, dos quais 156 são representantes de entrada. Foram abordadas temáticas tão distintas como a gestão e organização dos espaços comuns, primeiros socorros e suporte básico de vida, prevenção e combate a incêndios, técnicas de manutenção do edificado, sensibilização e informação sobre recursos sustentáveis e gestão sustentável de recursos ou mediação de conflitos.

Foi também promovido o II Encontro de Gestores/as de Entrada que contou com a presença de 200 munícipes de Matosinhos. Este evento recreativo foi idealizado com o objetivo de valorizar o papel do/a Gestor/a de Entrada e de promover a partilha de experiências.

Por forma a medir os impactos da intervenção foi aplicado um questionário de avaliação da intervenção do Projeto Gestor/a de Entrada. Assim, foram registados e avaliados 46 inquéritos que deram uma panorâmica geral sobre a perceção do trabalho realizado, dos pontos fortes deste projeto e as necessidades de melhoria para a concretização dos objetivos definidos.

7. PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Pela complexidade das relações sociais e humanas em que se desenvolve, a MH mantém uma estreita articulação com as diversas entidades da Rede Social, de modo a assegurar respostas para os problemas e necessidades identificados na comunidade envolvente, potenciando, desta forma, a inclusão social e territorial.

Conselho Local de Habitação (CLH): O CLH é um órgão consultivo do município no âmbito da política de Habitação, que tem como objetivo pronunciar-se sobre os instrumentos regulamentares de habitação, incentivar o diálogo e a cooperação institucional entre a CMM e os diferentes parceiros, promover a participação na identificação dos problemas habitacionais do concelho e promover a divulgação de trabalhos de investigação relacionados na área da habitação. Neste órgão têm assento os/as representantes de instituições diversificadas que têm contribuído na análise e procura de novas soluções no domínio habitacional.

Rede de Intervenção na Violência Doméstica (RIV): No ano de 2024, manteve a sua representação neste fórum adotando uma atitude participativa permitindo uma troca de informação bem como um maior conhecimento das situações associadas à violência doméstica, tanto na avaliação dos pedidos de habitação, nos pedidos de transferência habitacional ou na aprovação de candidaturas ao PMAA, tendo sempre por base a legislação em vigor. Esta partilha de informações e procedimentos de intervenção reflete-se numa mais-valia tanto na avaliação dos processos como num constante processo de aprendizagem dos/as técnicos/as envolvidos.
A MH esteve representada nas 6 reuniões ocorridas, respondeu às 18 sinalizações recebidas e efetuou 5 sinalizações.

Este intercâmbio de conhecimento entre as instituições concelhias constitui-se como um ponto forte desta rede interinstitucional, pois permite um conhecimento mais abrangente das situações de violência doméstica existentes e possibilita uma intervenção mais concertada na avaliação das mesmas.

Núcleo de Planeamento e Intervenção para as Pessoas Sem-Abrigo (NPISA): Neste domínio, no ano em análise, a empresa municipal assegurou a manutenção e a conservação das habitações partilhadas existentes, de acordo com as necessidades identificadas pela ADEIMA, no sentido de resolver problemas de ordem estrutural, assegurando as condições mínimas e essenciais de conforto.

Rede Local de Apoio aos Jovens à Saída das casas de Acolhimento de Matosinhos (RJAJM): A MH, no seguimento do protocolo estabelecido no âmbito da Rede Local de Apoio aos Jovens à Saída de Casas de Acolhimento de Matosinhos (RLAJM), manteve o seu empenho em promover o acompanhamento das situações identificadas, na procura de condições para o processo de autonomização dos/as jovens abrangidos /as pelo protocolo e na criação de condições para jovens em processo de desinstitucionalização e de autonomização habitacional.

Assim, perante a ausência de respostas habitacionais para jovens institucionalizados e face ao valor elevado das rendas das habitações, foi avaliada a possibilidade de criação de 1 apartamento de autonomização, integrado na Estratégia Local de Habitação. Por indisponibilidade das instituições envolvidas que acompanham os/as jovens, esta ação não foi concretizada no ano de 2024.

Aconselhamento Socioeconómico: O aconselhamento económico continua a desempenhar um papel fundamental no apoio aos agregados familiares em situação ou risco de endividamento. No ano de 2024, o serviço de atendimento em parceria com a DECO foi criado, com o objetivo

de promover um aconselhamento personalizado nas áreas de consumo, proteção financeira, orientação económica e literacia financeira. Além da informação e orientação, este serviço, em articulação com as entidades credoras, continuou a procurar soluções extrajudiciais para os problemas vivenciados pelos munícipes.

Em 2024, foram realizados 50 atendimentos individuais (apoio ao consumo e/ou proteção financeira), tendo sido instruídos 57 processos e concluídos 53. Para além disso, foram realizadas 2 sessões coletivas de informação com a presença de 31 munícipes, com o apoio da DECO, permitindo aos/as munícipes um maior conhecimento sobre as questões financeiras e de consumo. Paralelamente foram realizadas 11 sessões de divulgação deste serviço junto das entidades parceiras da rede social, tendo envolvido 120 técnicos/as.

Horta Urbana do CH do Seixo: A implementação e a certificação de uma horta urbana – Horta à porta, atribuída pela LIPOR tem como objetivo a criação de espaços verdes dinâmicos e úteis, promovendo a biodiversidade e boas práticas agrícolas, a melhoria ambiental em comunidades urbanas locais, através de práticas como a compostagem caseira e agricultura biológica e fomentando o contacto com a natureza e melhoraria da qualidade de vida dos cidadãos.

Por se terem verificado Por se terem verificado algumas anomalias quanto ao estado de conservação dos lotes de hortas e o incumprimento de algumas regras definidas neste programa, em 2024, por iniciativa conjunta da CMM, LIPOR e MH, foi desenvolvida uma intervenção de acompanhamento mais próxima dos/as utilizadores/a, para regularizar a titularidade dos lotes, elaborar sessões de informação para recordar os princípios do programa, nomeadamente a prática de agricultura biológica e a promoção de reuniões e visitas regulares com os/as utilizadores/as. Assim, foram realizadas 3 visitas à horta e foi realizada 1 sessão de esclarecimento/formação com 15 munícipes.

Este acompanhamento prosseguirá em 2025, como forma de assegurara o cumprimento dos princípios orientadores deste programa, seja através de ações corretivas e de melhoria das condições de utilização, ou através do desenvolvimento de iniciativas de apoio, formação ou promoção da agricultura biológica e a qualidade de vida dos/as munícipes.

Seixo em Ação – E9G: A ADEIMA no âmbito da candidatura efetuada ao programa Escolhas iniciou a implementação do Seixo Em Ação, o qual tem como objetivo de promover a inclusão social de crianças, jovens, familiares e outros elementos da comunidade, residentes no CHS (contexto socioeconómico vulnerável) mediante o aumento de competências pessoais, sociais, escolares, pré-profissionais, parentais, digitais e/ou de empregabilidade, contribuindo para o seu sucesso escolar, capacitação e participação cívica e comunitária, qualidade de vida e estruturação de projetos de vida equilibrados e saudáveis.

A MH enquanto entidade representada no consórcio, para além da presença nas 7 reuniões do consórcio, colabora na realização de ações de sensibilização que potenciem a intervenção de proximidade junto da população residente nos CH's, através da arte urbana com a pintura artística de espaços comuns e na realização de ações de sensibilização para os cuidados com os animais, da partilha, de boas práticas ambientais, como a sustentabilidade dos recursos hídricos

e outras áreas pertinentes potenciadoras do aumento das competências pessoais e sociais. Nestas atividades foram envolvidos 271 munícipes.

Projeto Desporto na Cidade – Operação Mente Sã Corpo São: No âmbito da candidatura ao PAOITI (Plano de Ação das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas do Território de Intervenção) a MH em articulação com a ADEIMA e a CMM, colaborou na promoção e organização de atividades que visam combater os elevados índices de sedentarismo, a ausência de recursos económicos para aceder à prática de atividades desportivas e o isolamento social. Esta iniciativa possibilita a frequência de atividades físicas gratuitas aos munícipes por forma a combater o sedentarismo, fomentando o exercício físico, o convívio social e a criação de hábitos saudáveis.

No ano de 2024 a MH colaborou na escolha dos territórios para a realização das iniciativas integradas neste projeto, promoveu a articulação institucional para a cedência de espaços e divulgou as atividades realizadas nomeadamente a dança, o Rope Skipping, a ginástica, boccia e Tai Chi. Dado que estas iniciativas se desenvolvem maioritariamente nos conjuntos de habitacionais do concelho, foram feitas campanhas de divulgação junto dos/as nossos/as moradores/as com mais de 60 anos a fim de apresentar o projeto e identificar os benefícios da atividade física e da convivência social. No final do ano 2024 encontravam-se a frequentar estas atividades cerca de 70 moradores.

Academia de Capacitação - Aprender a comer com os melhores: No contexto da Academia da Capacitação do PAOITI (Plano de Ação das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas do Território de Intervenção), este projeto identificou a necessidade de gerar novas oportunidades junto das comunidades mais desfavorecidas, dotando-as de novos conhecimentos e experiências que servirão de base à integração deste segmento do setor gastronómico local, alavancando assim o elevador social.

O seu objetivo visou dotar as comunidades desfavorecidas de conhecimentos base que lhes irão permitir obter uma melhor alimentação, contribuindo não só para a sua integração social, mas também para o combate a problemas de saúde associados à nutrição e ao gasto desnecessário de recursos económicos essenciais que poderão ser utilizados em outras necessidades que melhor contribuam para a melhoria real das condições de vida.

Pelo conhecimento dos territórios e das populações residentes nos conjuntos habitacionais a MH foi considerada como um parceiro nesta iniciativa que passa por trazer a Matosinhos reconhecidos chefs a vários conjuntos habitacionais e outros espaços públicos concelhios, promovendo simultaneamente práticas e hábitos para uma alimentação saudável e sustentável, assente na biodiversidade, sazonalidade e proximidade. Desta forma, colaborámos na escolha dos territórios, na divulgação e na realização dos showcookings.

Território	Participantes
Cruz de Pau	50
Seixo I e II	35
Biquinha 2ª fase	30

8. OUTROS PROJETOS

MANIFESTHABITAÇÃO

A CMM e a MH promoveram o evento "MANIFESTHABITAÇÃO", que celebrou o Habitar em Matosinhos, 30 anos após o Programa Especial de Realojamento/PER e 50 anos depois do 25 de abril de 1974.

Este evento, que decorreu entre 9 de dezembro de 2023 a 30 de junho de 2024, materializou, resumidamente, 4 grandes ações:

- Exposição, que inaugurou a 9 de dezembro de 3023 e encerrou ao público a 30 de junho de 2024;
- Fórum, que decorreu durante a mostra, através da realização de conferências dedicadas ao futuro da Habitação em Matosinhos, apoiadas no presente e no passado, que retrataram o diagnóstico do presente e anunciaram o futuro da Habitação no concelho, nomeadamente os seus modelos sociais e espaciais;
- Oficinas Educativas, desenvolvidas com diversos grupos etários, sobre os modelos sociais e espaciais de habitação, experienciados no passado e no presente e desejados para o futuro;
- Publicação de um Livro, com um registo sobre a história e memória do passado, mas sobretudo um documento especulativo, um guia estimulante e relevante para as políticas sociais e espaciais futuras.

Desde dezembro de 2023 a junho de 2024, a MANIFESTHABITAÇÃO contou com um total de 2778 visitantes.

Concretizando:

Visitas Guiadas: Decorreram, entre 9 de dezembro de 2023 a 30 de junho de 2024, Visitas Guiadas à MANIFESTHABITAÇÃO, proporcionadas pela MH, e orientadas pela equipe técnica, de divulgação e afirmação dos temas da mostra.

Dirigidas a públicos diversos, dos universitários aos comunitários, de todas as idades, as Visitas Guiadas aprofundaram os temas do Habitar em Matosinhos em Democracia, com especificidades e profundidades temáticas distintas, levando os presentes, da informação mais evocativa ou emotiva, à mais científica ou académica. Avivaram-se memórias e partilharam-se histórias, que criaram conexões e significações importantes para a comunidade matosinhense. Paralelamente, lembrou-se e explicitou-se um tempo que é uma lição laboratorial e experimental sobre o Habitar em Matosinhos e em Portugal, que importa comemorar e lembrar futuramente.

Foram realizadas 21 Visitas Guiadas, com um total de 619 participantes, envolvendo 17 entidades: Associação Vidas e Partilhas, Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, EPROMAT - Escola Profissional de Matosinhos,

Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Rotary Clube de Matosinhos, Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões, ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos, União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da CMM, Cooperativas de Habitação do Concelho de Matosinhos, APF - Associação para o Planeamento da Família, Comissão Permanente de Desenvolvimento da Assembleia Municipal da CMM, Moontosinhos - O Direito à Habitação.

Oficinas Educativas: A Casa da Arquitectura foi parceira da CMM e da MH, nas oficinas da programação paralela da MANIFESTHABITAÇÃO. As oficinas constituíram uma oportunidade de apelo à imaginação, especulação e auscultação aos desejos dos participantes, sobre um futuro centrado na felicidade e qualidade de vida de todos.

As 19 sessões foram desenhadas e direcionadas a grupos de participantes distintos – escolas, famílias, população sénior - que foram desafiados a imaginar e desejar o futuro das cidades e das casas, idealizando um mundo mais saudável e sustentável. Do público mais jovem ao menos jovem, ficou o desejo de um habitat marcado pela diversidade e inclusividade, de uma partilha comum, com felicidade e sustentabilidade futuras. Imaginaram-se simultaneamente lugares qualificados e equilibrados, entre a ruralidade e a centralidade urbana.

Estiveram presentes nestas oficinas 421 participantes, envolvendo as seguintes entidades: Escola Básica do Corpo Santo, Escola Básica Viscondessa, Escola Básica da Quinta de São Gens, Escola Básica da Praia, Escola Básica Dr. José Domingues dos Santos, Escola Básica Professor Óscar Lopes, Escola Básica de Perafita, Colégio Alemão, Externato António Nobre, Escola Básica Professor Óscar Lopes, Escola Secundária João Gonçalves Zarco, EPROMAT - Escola Profissional de Matosinhos, Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, Associação Amigos da Terceira Idade, Associação de Apoio Social de Perafita e Famílias.

Conferências: Paralelamente à mostra MANIFESTHABITAÇÃO, organizadas pela CMM e MH, em parceria com a Casa da Arquitectura, realizaram-se 5 colóquios de apresentação e reflexão sobre os temas associados ao Habitar em Democracia em Matosinhos.

Os temas, dos políticos aos técnicos, presentes na apresentação e explicitação de casos de estudo, motivaram uma discussão e especulação útil sobre a Nova Geração de Políticas de Habitação, nacionais e municipais.

Mais do que olhar para o passado, importou avaliar e antecipar modelos sociais e espaciais futuros que promovam, com contemporaneidade e qualidade, a Habitação e o Habitat futuros em Matosinhos. Marcaram presença responsáveis políticos e técnicos do passado e do presente, responsáveis pelo futuro, e especialistas dos universos social e espacial da arquitetura, com um total de 289 participantes:

Conversa 1 - 4 de abril de 2024

Políticas e Modelos Sociais e Espaciais de Habitação, com Conceição Melo, Luísa Salgueiro, Maria João Freitas e Narciso Miranda, com moderação de Artur Costa.

Conversa 2 - 2 de maio de 2024
Habitar (n)o Futuro, com João Machado do Atelier Oitoo, Francisco Amoedo Pinto, Francisco Pina Cabral, Luís Vitorino Caleiro e Maria Souto de Moura, com moderação de Nuno Valentim.

Conversa 3 - 16 de maio 2024
Processos Colaborativos e Participativos, com Ana Silva Fernandes e Virgílio Borges Pereira, com moderação de João Queiróz.

Conversa 4 - 6 de junho 2024
As Pessoas Precisam de Casas e as Casas Precisam de Pessoas, com Fernanda Rodrigues e Lígia Nunes, com moderação de Nuno Travasso.

Conversa 5 - 13 de junho de 2024
De Volta ao Bairro, com Carlos Guimarães, Joel Moniz do Atelier Carvalho Araújo, com moderação de Tiago Mora Saraiva.

PROJETOS FINANCIADOS

O premente combate às alterações climáticas requer que a MH, se faça dotar de conhecimento nas mais diversas áreas (sustentabilidade, circularidade, eficiência energética, pobreza energética, comunidades de energia, neutralidade carbónica...), que sustentem, no plano técnico, a elaboração de propostas e definição de soluções à luz das políticas de habitação atuais, tendo em conta as melhores práticas internacionais. Está, designadamente, em causa, a adoção de meios inovadores, alinhados com a transição energética, para a transformação das soluções habitacionais, existentes e a construir, tornando-as mais verdes e amigas do ambiente.

Pretende-se que as novas políticas habitacionais a adotar, que visam em primeiro lugar resolver os problemas habitacionais, potenciando a inclusão social e territorial, sejam complementadas com o uso eficiente de recursos, em particular, com a eficiência energética, o conforto térmico e a salvaguarda da sua adequabilidade ao combate à problemática da pobreza energética, que tanto afeta arrendatários municipais.

Na senda dessas problemáticas, a MH, tem vindo a integrar, ao longo dos últimos anos, quer através de candidaturas próprias, quer a convite de outras entidades, consórcios e grupos de trabalho, projetos nacionais e europeus focados no uso eficiente de recursos, na eficiência energética em edifícios, na transição digital e no desígnio da neutralidade carbónica.

A participação nestas iniciativas ajuda a sedimentar práticas que em muito têm contribuído para a promoção e implementação de medidas de melhoria, as quais, quando tecnicamente viáveis e ajustadas às necessidades e oportunidades de financiamento, se traduzem numa melhoria significativa das condições habitacionais.

A MH, em 2024, manteve a sua participação em iniciativas, de âmbito nacional e europeu, com o objetivo de adquirir conhecimento quanto às melhores práticas a colocar à disposição dos/as

munícipes, na forma de soluções que melhor respondam à concretização dos desígnios ambientais.

Entre outras, destaca-se as seguintes iniciativas especificas neste domínio:

ATELIER – (MH participa enquanto entidade gestora de uma das áreas piloto. O parceiro formal é a CMM, no entanto em breve e com a emenda ao GREAT AGREEMENT (GA), a MH passará a figurar como parceiro formal)
Programa: HORIZON2020

Conceito do projeto: Fazer a ligação das Smart Cities, demonstrando a oportunidade e eficácia da implementação e operacionalização dos *Positive Energy Districts* (PED), através de soluções integradas e inovadoras que contendam com a eficiência energética, mobilidade e inclusão de energias renováveis.

O projeto tem como objetivo principal fazer a ligação das *Smart Cities*, demonstrando a eficácia da implementação dos PED, através de soluções integradas e inovadoras que contendam com a eficiência energética, mobilidade e inclusão de energias renováveis.

O desenvolvimento e implementação de PED está a ser trabalhado nas várias cidades europeias envolvidas no projeto, das quais fazem parte Matosinhos, Bratislava, Budapeste, Copenhaga, Cracóvia e Riga, designadas *Fellow Cities* (FC) e Amesterdão e Bilbao como *Lighthouse Cities* (LC). No total e conjuntamente com 30 entidades parceiras, entre institutos, universidades, municípios e parceiros tecnológicos, estão a ser trabalhados dados municipais, abordadas temáticas e casos de estudo e as melhores práticas em curso nas LC, transpondo-as sempre que possível para as FC, numa lógica de aprendizagem *peer-to-peer*, demonstrando a eficácia da sua implementação e objetivando a sua inclusão nos PED e no caso de Matosinhos nas duas áreas piloto, o Corredor Verde do Leça e no caso concreto da MH a replicação de experiências no conjunto habitacional de Custió.

Durante 2024 e para além de várias reuniões online, a MH marcou presença em Cracóvia, entre os dias 16 e 18 de março e em Helsínquia entre os dias 9 e 12 de setembro. Os encontros reuniram representantes das cidades que integram o projeto – Amesterdão e Bilbao (líderes), Budapeste, Riga, Copenhaga, Bratislava e Cracóvia (parceiras) – e consistiu na apresentação dos PED das cidades parceiras, possibilitando a troca de experiências com vista à implementação de medidas inovadoras que promovam a eficiência energética nas cidades e bairros, mobilidade e integração de renováveis nas cidades inteligentes.

O Projeto Atelier é financiado pela Comissão Europeia através do Horizon 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação. Este projeto tem uma duração de 60 meses. Pretende-se, com a sua implementação definir um plano de ação para a descarbonizarão do município até 2050. Esta primeira fase do projeto compreende a elaboração de estudos, que têm por base toda a informação que venha a ser partilhada pelo próprio projeto.

A AdEPorto apoia o município no acompanhamento dos estudos técnicos e na elaboração dos planos de replicação das iniciativas levadas a cabo pelas cidades líder, dando também apoio na gestão administrativa e financeira do projeto, incluindo na preparação dos relatórios intercalares.

Projeto ATELIER – Conjunto Habitacional da Custió como zona "Positive Energy District"

Foram, entretanto, já definidas e caraterizadas duas zonas piloto PED em Matosinhos, uma no Conjunto Habitacional de Custió, e outra no troço do Rio Leça, entre a Ponte da Pedra e a Ponte do Carro, que correspondem às duas primeiras fases da obra do "Corredor Verde do Leça". No troço da primeira fase da obra, localiza-se o centro Empresarial da Lionesa e, na segunda fase, as ligações às estações de metro de Esposade, Araújo e Custió.

O financiamento do projeto em Matosinhos é de cerca de 542 mil euros, sendo 342 mil suportados pelo município, 170 mil pela AdEPorto e 20 mil pela Matosinhos Habit.

Área piloto: CH de Custió.

PROLIGHT – (MH apoia o projeto disponibilizando o demonstrador)
Programa: HORIZON-IA

Conceito do projeto: Explorar o potencial de envolvimento dos cidadãos na transição para sociedades e economias mais verdes e sustentáveis através da implementação de ações inovadoras em edifícios com grande potencial de replicação imediata. Em Matosinhos será implementada uma comunidade de energias renováveis, associada quer a soluções de gestão de procura e armazenamento de energia elétrica, quer a soluções de mobilidade.

No âmbito deste projeto estão a ser monitorizados consumos de energia em cerca de 6 famílias para posterior análise e sensibilização junto dos mesmos.

Demonstrador: CH de Carcavelos

DUT - Driving Urban Transitions

CO2PED | Agência coletiva para transições energéticas inclusivas

A MH, em parceria com a Universidade de Aveiro, avançou com uma candidatura no âmbito do programa HORIZON-IA. Após superar as duas fases de seleção, a candidatura foi aprovada, passando a MH parte integrante do consórcio. O objetivo principal é o desenvolvimento de ferramentas que promovam a participação ativa dos moradores e associações na transição energética, visando a criação de PED.

O projeto envolverá 8 conjuntos habitacionais (habitação social) representativos em diferentes países (Bélgica, Estônia, Holanda e Portugal), além de parceiros acadêmicos e grupos comunitários/associações. Conjuntos habitacionais vulneráveis oferecem oportunidades únicas e estratégicas para transições energéticas urbanas, mas também apresentam desafios significativos na procura por transições justas e equilibradas. Este projeto visa construir ferramentas práticas para capacitar os moradores das habitações sociais e associações,

tornando-os agentes ativos na reabilitação sustentável e fortalecendo a capacidade municipal para uma transição energética mais inclusiva. Além disso, o projeto pretende oferecer abordagens replicáveis para diversos contextos institucionais e geográficos na Europa.

No caso de Matosinhos o Conjunto Habitacional escolhido foi Recarei, e nesse sentido têm sido realizadas reuniões para planear a intervenção a decorrer durante o ano de 2025.

Projeto *"Bairros Positivos"*

Programa: Operação **Comunidades Sustentáveis e Circulares**, projeto cofinanciado pelo **PRR** - Plano de Recuperação e Resiliência - e pela União Europeia NextGenerationEU.

A MH, em parceria com a CMM e a Agência de Energia do Porto (AdEPorto), iniciou a implementação do projeto "Bairros Positivos", sendo esta uma iniciativa com intuito de combater a pobreza energética e promover a sustentabilidade, através da capacitação de comunidades vulneráveis de Matosinhos em boas práticas de eficiência energética e tem duração prevista até ao final do ano de 2025.

A iniciativa assenta em três pilares fundamentais: literacia climática e energética, envolvimento comunitário e participação, e comunidades de energia renovável. Ao longo de 48 sessões dinâmicas, em 16 conjuntos habitacionais municipais, a que combinam conteúdos teóricos com intervenções práticas, são abordados temas como a eficiência energética, fontes de energia renovável, estratégias para reduzir custos e ferramentas para compreender melhor o consumo energético.
Com o apoio das políticas municipais de sustentabilidade, o projeto adota uma abordagem personalizada para responder às necessidades específicas de cada bairro. Esta estratégia promove comunidades mais resilientes e cidadãos informados, fortalecendo a coesão social e contribuindo para um futuro energético mais sustentável.

5º CIHEL

A MH esteve presente no 5º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono que se realizou nos dias 2, 3 e 4 de outubro no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa. Neste evento foram feitas as seguintes apresentações:

- Manutenção de Edifícios de Habitação Social em Matosinhos: Desafios e Perspectivas Futuras - O Caso da MH, Engº Alcino Glória;
- Construção de Habitação Social: Desafios Para Alcançar O Nzeb - O Caso Da MH, Engº José Nunes;
- PRR – Operacionalização, Requisitos, Recursos e Expectativas - O Caso De Matosinhos, Engª Joana Andrade.

Smarter4EU - Better Homes 2024

A MH é parceira do projeto SMARTER4EU, que tem por objetivo promover a definição e operacionalização de mecanismos de financiamento que incluam na avaliação de projetos imobiliários, critérios de sustentabilidade energética, hídrica, ambiental e de recursos. Estes programas, denominados de "hipotecas verdes" (GHGM – green home and green mortages),

fomentam a consideração de critérios de sustentabilidade na avaliação imobiliária de edifícios, promovendo a ligação entre o setor imobiliário "sustentável" e o setor financeiro e bancário. Estes programas GHGM visam a avaliação e consequente valorização positiva de edifícios mais sustentáveis, aos quais devem ser possibilitados programas de financiamento mais atrativos. O SMARTER4EU baseia-se no sucesso do projeto H2020 SMARTER Finance for Families (SFFF), que implementou programas semelhantes em 12 países europeus. Este projeto procurará alargar a implementação dos programas GHGM a Portugal, Espanha e Ucrânia, bem como estabelecer o Centro de Excelência SMARTER, agregador de informação sobre os programas e as várias iniciativas nacionais, visando potenciar a replicação das mesmas noutros países europeus.....

A MH participou numa mesa-redonda da SMARTER4EU que decorreu em Dublin no dia 15 de novembro, com o tema "Vamos construir verde e elevar com foco na cooperação intersetorial no desenvolvimento de soluções híbridas de finanças verdes." O objetivo desta mesa-redonda é facilitar o debate entre os representantes dos setores público e privado interessados em encontrar novos regimes de financiamento híbrido para habitação a preços acessíveis. Os participantes partilharam os seus conhecimentos, os desafios que enfrentam e as boas práticas em matéria de regimes de financiamento híbrido para habitação a preços acessíveis.

Housing Europe

A MH é membro da Housing Europe desde 2020. Implementada em 1988, esta associação agrega 44 federações nacionais e regionais, reunindo perto de 43 mil parceiros no domínio da habitação pública, social bem como cooperativas de habitação, oriundos de 23 países. No total, a Housing Europe abrange mais de 26 milhões de habitações, representando assim cerca de 11% dos domicílios públicos existentes na União Europeia. Ao longo do ano são desenvolvidos pela Housing Europe vários webinares técnicos sobre vários assuntos associados à habitação social onde se partilha conhecimento e boas práticas a nível Europeu.

Em 2024 a MH esteve presente no "*Assembleia Geral da Housing Europe e Conferência Anual*" que decorreu em Amesterdão entre os dias 5 e 7 de junho, tendo participado num painel de discussão com o tema "*MORE AFFORDABLE HOMES IN THE FACE OF THE CLIMATE CRISIS -HEAT ADAPTATION - CLIMATE CHANGE-RELATED HAZARD - The importance of adapting homes to heat waves*". Com esta apresentação ficou demonstrado o compromisso do Município de Matosinhos e da MH com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 das Nações Unidas, explicou-se como estão a ser preparadas as novas habitações atualmente em construção para responder a fenómenos extremos de ondas de calor.

C. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Em 2024, na área socio habitacional, a MH deu continuidade e consolidou as ações voltadas para a promoção e qualificação da habitação e do edificado, aproximando-se da comunidade e promovendo o bem-estar coletivo. A empresa continuou a desenvolver ações no âmbito do desenvolvimento sustentável, com um enfoque no fortalecimento da coesão social e territorial.

A execução das ações previstas na ELH visaram reforçar a intervenção do município na promoção de acesso à habitação, a atração e fixação de residentes, a requalificação do parque habitacional, e a promoção da qualificação e coesão territoriais, consolidando o modelo territorial municipal.

1. ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR E PARTICIPADO

No ano de 2024, a MH continuou a prestar um serviço de qualidade, alinhado com as necessidades da população, abordando questões como a burocratização dos processos, dificuldades de comunicação e acesso à informação. A abordagem privilegiada foi a de manter uma intervenção mais célere, eficaz, de proximidade e em estreita colaboração com os diversos departamentos da empresa e com as entidades externas envolvidas.
O atendimento presencial continuou a ser a principal forma de contacto da população com a MH, sendo implementado um sistema de atendimento simplificado, com o objetivo de otimizar os recursos humanos da empresa e melhorar a gestão do tempo. A equipa social desenvolveu a sua atividade nesta área, mantendo a sua intervenção próxima e constante, no sentido de melhorar as condições socio habitacionais das famílias residentes nos conjuntos habitacionais, conforme quadro abaixo.

Freguesia	Conjunto Habitacional	Fogos	Famílias
Matosinhos	Bairro dos Pescadores	49	47
	Biquinha I	60	59
	Biquinha II	42	42
	Biquinha III	48	47
	Biquinha EX-IGAPHE	224	216
	Biquinha EX-IGF	126	126
	Carcavelos I e II	241	240
	Cruz De Pau	104	104
	Cruz De Pau - 25 de abril	64	63
	Cruz De Pau - Austrálias	48	48
	Refinaria Angola	52	51
	Seara	132	130
	Tarrafal	11	11
Leça da Palmeira	Bataria	75	75
	Monte Espinho	108	106
Senhora da Hora	Lagoa	52	52
	Padrão Da Légua	56	56
	Barranha	1	1
	Estádio Do Mar	56	56

	Estádio Do Mar II	12	12
	Estádio Do Mar III	11	11
	Real De Cima	35	35
São Mamede Infesta	Estação	40	40
	Seixo I	230	228
	Seixo II	94	86
	Moalde	17	17
	Telheiro	44	44
	Laranjeiras	106	106
	Caixa Têxtil	86	81
Custóias	Custóias – Ex Igaphe	60	60
	Fundação Salazar	48	47
	S. Gens	178	178
	S. Gens Pré-Fabricados	13	13
	S. Gens II - 1ª fase	7	7
	S. Gens II - 2ª fase	12	12
	S. Tiago Custóias	44	44
	Teixeira Lopes	48	48
Guifões	Sendim I	80	80
	Sendim II	296	294
	Gatões	263	261
	Ponte Do Carro	66	65
Leça do Balio	Custió	154	144
	Recarei	154	152
Perafita	Guarda I	135	134
	Guarda II	22	22
	Guarda EX- IGAPHE	38	36
	Farrapas	188	185
	Ribeiras I	58	55
	Ribeiras II	83	83
Santa Cruz do Bispo	Chouso	60	58
	Cidres	42	42
	Rio Leça	2	1
Lavra	Praia de Angeiras	24	24

A MH manteve o seu compromisso com a inclusão, garantindo o acompanhamento da população em situação de vulnerabilidade, com mobilidade reduzida e com baixa literacia digital. A presença nos canais digitais foi reforçada, mas a interação digital ainda não teve início, o que será uma das ações para o futuro.

Durante o ano de 2024, em colaboração com o CESIS, foi concluída a aplicação do questionário sociodemográfico à população residente nos diversos conjuntos habitacionais, aos beneficiários do PMAA e aos candidatos à habitação social. O resultado deste inquérito foi apresentado e contribuiu para a definição de novas estratégias de intervenção, assim como para o

aperfeiçoamento das áreas de atuação da empresa municipal e do município. Destacam-se as sugestões de criação de uma maior diversidade de respostas habitacionais, a promoção de condições de autonomia da população idosa e pessoas com deficiência e o repensar o espaço público como um espaço de convivência intergeracional.

Além disso, foram realizados vários atendimentos presenciais, com destaque para o número de famílias acompanhadas e atendidas, sempre com o foco na promoção do bem-estar e na resolução de problemas habitacionais.

Como tal, no ano de 2024, foram efetuados 1906 atendimentos sociais aos/às munícipes residentes nos conjuntos habitacionais e que tiveram por base várias problemáticas associadas, nomeadamente alterações do agregado familiar e/ou de renda, pedidos de transferência/ permuta e conflitos de vizinhança. A redução do nº de atendimentos por relação ao ano 2023 está associado ao facto do processo de atualização dos agregados familiares ter decorrido na sua maior parte em 2023, apesar de concluído em 2024.

	2023	2024
Atendimentos	2395	1906
Visitas domiciliárias	791	565

Nesta abordagem de proximidade, foram realizadas 565 visitas domiciliárias e atualizados 404 agregados familiares. Concretizaram-se ainda 44 transmissibilidades, 15 autorizações de residência, 24 integrações nos agregados familiares e 56 exclusões/renúncias, cumprindo as normas definidas no regulamento municipal e legislação em vigor.

	2023	2024
Atualização de agregados familiares	765	404
Revisão de rendas	2517	354
Transmissibilidades	94	44
Autorizações de residência	68	15
Integrações	57	24
Exclusões/renúncias	176	56

Neste contexto de proximidade, foi possível identificar diversas situações de fogos desocupados há mais de 6 meses ou ocupados indevidamente, tendo-se iniciado os trâmites legais com vista à tomada de posse de 14 imóveis.

Deu-se continuidade ao acompanhamento e ao esclarecimento às famílias, nomeadamente no que concerne à receção e à avaliação de pedidos de transferência, de desdobramento e de permutas habitacionais dos agregados familiares. Neste contexto, foram avaliados 25 pedidos de transferência, 1 pedido de desdobramento e 2 pedidos de permuta habitacional. Em relação à concretização destes pedidos, foram aprovadas 14 transferências e 1 permuta, em virtude da priorização de atribuição de habitação social por parte do Conselho de Administração

	2023	2024
Pedidos de transferência avaliados	60	25
Aprovadas	13	14
Pedidos de desdobramento avaliados	1	2
Aprovados	0	0
Pedidos de permuta avaliados	2	2
Aprovados	2	1

Relativamente às obras de reabilitação dos conjuntos habitacionais Seixo II, Guarda FFH 1ª e 2ª Fases, Chouso, Recarei, Custió e Ponte do Carro, a equipa manteve um acompanhamento de proximidade junto das famílias, através da realização de visitas, de contactos telefónicos regulares e reuniões com moradores/as, numa perspetiva de constante mediação entre a equipa de obras e os arrendatários/as. Este acompanhamento foi essencial na gestão das expectativas dos/as arrendatários/as que, à semelhança do sucedido anteriormente, se mostraram resistentes ao processo de mudança temporária de alojamento ou à concretização da reabilitação nos moldes predefinidos. O trabalho da equipa técnica revelou-se um elemento facilitador no processo de concretização das obras de reabilitação, diminuindo os constrangimentos sentidos pelos/as arrendatários e/ou famílias.

Aconselhamento Jurídico

Face ao crescente número de situações de vulnerabilidade decorrentes das cessações de contratos de arrendamento e outros litígios no domínio habitacional, torna-se fundamental garantir a continuidade do serviço de atendimento jurídico. Este serviço visa fornecer aconselhamento e orientação gratuitos aos munícipes, sendo acessível a todos, e permitindo mediar as relações entre proprietários e inquilinos. Dessa forma, busca-se evitar o recurso dispendioso ao sistema judicial, promovendo soluções mais rápidas e eficazes para as partes envolvidas. Em 2024, o serviço de aconselhamento jurídico realizou 391 atendimentos, apoiando aproximadamente 250 famílias em diversas questões habitacionais.

2. INTERVENÇÃO DE PROXIMIDADE

Com o objetivo de continuar a promover uma intervenção local junto dos residentes dos diversos conjuntos habitacionais do concelho, a MH manteve o compromisso de combater as desigualdades sociais, o isolamento social, casos de mau uso das habitações, promover o envelhecimento ativo, o défice de competências na gestão habitacional e a saúde mental. Para isso, foram criadas medidas que respondessem a essas problemáticas, de forma eficaz e integrada, aumentando a proximidade entre a empresa e as pessoas.

Neste contexto, durante o ano de 2024, as duas equipas de intervenção multidisciplinar, compostas por técnicos do Departamento de Intervenção Social (DIS) e do Departamento de Obras e Projetos (DOP), realizaram um total de 65 visitas aos conjuntos habitacionais. Essas visitas permitiram aumentar o conhecimento sobre os problemas que afetam os moradores,

corrigir anomalias identificadas e promover uma atuação mais eficaz no cumprimento da legislação e dos contratos de arrendamento.

A intervenção de proximidade também englobou momentos recreativos e de partilha entre a MH e a comunidade, fortalecendo a relação de confiança entre todos os envolvidos. A atuação das equipas visou, ainda, o fortalecimento da coesão social, a promoção da integração e o combate ao isolamento social.

2.1. Bairro Inclusivo

A equipa multidisciplinar do Bairro Inclusivo foi implementada para construir uma relação próxima, positiva e de compromisso entre a MH e os/as moradores/as dos conjuntos habitacionais. A abordagem foi guiada pelos princípios de proximidade territorial, comunicação assertiva, sensibilidade para compreender as dinâmicas familiares e de vizinhança, e adaptação das intervenções conforme as caraterísticas específicas de cada local.

Em 2024, a equipa realizou 221 visitas aos conjuntos habitacionais, tendo sido identificadas 9 famílias com défice de competências, com destaque para os seguintes problemas:

- Dificuldades na manutenção das condições das habitações, nomeadamente com situações de falta de higiene e desorganização dos espaços habitacionais;
- Conflitos familiares;
- Problemas de dependência de álcool com consequências na gestão do quotidiano familiar;
- Problemas de saúde incapacitantes e promotores de situações de isolamento social.

A equipa concentrou-se nos agregados familiares com dificuldades na gestão e organização das habitações, problemas de saúde e défice de competências pessoas e sociais. Para isso, foram realizadas 25 diligências em articulação com as instituições da Rede Social, promovendo competências pessoais e sociais para garantir a manutenção das condições mínimas de higiene, segurança e salubridade nas habitações e espaços comuns.

2.2. Eventos Recreativos

Em 2024, com o objetivo de promover uma maior aproximação entre os/as residentes nos conjuntos habitacionais e fortalecer os laços comunitários, foram realizados 4 eventos recreativos e lúdicos. Estas atividades visaram proporcionar momentos de partilha, promover a identificação dos/as moradores/as com o território e fomentar o desenvolvimento de uma solidariedade local. Através desses eventos, procurou-se fortalecer as redes de vizinhança, contribuindo para a diminuição do isolamento social e incentivando a convivência harmoniosa entre os/as moradores/as.

Os eventos musicais ocorreram no CH das Farrapas e da Cruz de Pau, abrangendo um total de 375 participantes. Foram também promovidas 2 representações teatrais desenvolvidas em parceria com o Aurora da Liberdade (Matosinhos) e GETEPETE (Perafita) que contaram com a presença de cerca de 350 munícipes. Cada evento foi cuidadosamente pensado para atender às

necessidades e interesses da comunidade local, promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo.

Essas iniciativas não apenas facilitaram a integração social dos/as moradores/as, mas também ofereceram uma plataforma para a expressão cultural e social, sendo uma ferramenta importante para a construção de um ambiente mais unido e participativo nas comunidades.

3. GESTÃO SOCIAL E PROJETOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Dando prosseguimento à missão da empresa municipal e tendo em linha os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi dada continuidade a uma intervenção que visa promover a redução das desigualdades, a economia circular, comunidades mais participativas e sustentáveis, maior proximidade aos territórios e às pessoas e uma eficiência no uso dos recursos.

3.1 Economia circular, Ambiente, Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos

Banco de Bens

O Banco de Bens é um projeto dirigido à comunidade que assenta na recolha de mobiliário, equipamento elétrico e outros bens que, após uma verificação do estado de conservação, são atribuídos a famílias em situação de vulnerabilidade económica ou instituições que intervêm no concelho de Matosinhos. Esta ação conta com uma intervenção concertada entre a MH, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a MatosinhoSport e as Uniões de Freguesia, tanto na identificação das famílias com necessidades como na realização dos transportes para a recolha e entrega de bens.

No ano de 2024, a MH recebeu 52 pedidos das instituições da Rede Social de atribuição de bens para famílias residentes no concelho. Foram recebidos 76 bens, provenientes de doações de munícipes, instituições, empresas ou de fogos sociais devolutos. Após avaliação dos pedidos existentes foram atribuídos 40 bens a 18 famílias constituídas por 37 munícipes e 11 bens a instituições de Matosinhos.

A implementação deste projeto promove a economia circular, o combate ao desperdício a reutilização dos bens e um espírito de solidariedade comunitária reduzindo as situações de carência económica com a atribuição de bens.

Projeto CREW

O projeto CREW tem por base o protocolo com a LIPOR – Centro de Recuperação de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, que promove a recolha, reparação e posterior reutilização dos bens. À semelhança do Banco de Bens, a MH promove a recolha destes equipamentos que, depois de reparados no centro LIPOR, são atribuídos a famílias ou instituições do concelho.

No ano de 2024 a MH procedeu à recolha de 27 equipamentos com potencial de recuperação que foram posteriormente encaminhados para a LIPOR. Dos bens disponíveis, foram atribuídos 12 equipamentos a 7 famílias constituídas por 15 indivíduos e 4 equipamentos a instituições.

A nível ambiental e ecológico o projeto CREW assume-se como uma ação com um contributo importante na promoção da reutilização de equipamentos elétricos e eletrónicos e na consciencialização da necessidade cada vez mais fundamental do reaproveitamento dos recursos existentes, do combate ao desperdício e, na impossibilidade de recuperação dos equipamentos, a importância de um adequado tratamento dos resíduos.

Certificação Coração Verde

O projeto Certificação Coração Verde surge duma parceira com a LIPOR que visa a promoção de uma economia circular, a criação de comunidades sustentáveis e a mudança de comportamentos que promovam a proteção dos ecossistemas. Dando continuidade à intervenção realizada nos anos transatos, a MH, em articulação com a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, continuou a desenvolver os esforços com os residentes do CH das Ribeiras I para a criação de uma comunidade ecológica e sustentável. Pretendeu-se promover a adoção de práticas que promovem a sustentabilidade ambiental, a prevenção, tratamento local e reciclagem de resíduos, a preservação dos ecossistemas, capacitando ambientalmente todos os agentes envolvidos.

Em 2024 a MH recebeu a Certificação Coração Verde atribuída pela LIPOR ao CH das Ribeiras I pelo trabalho desenvolvido em áreas como a prevenção e reciclagem de resíduos, a proteção dos ecossistemas, o contínuo envolvimento e a sensibilização dos cidadãos (atores chave para a real mudança). Assim, foram concretizados os principais objetivos como a implementação de práticas sustentáveis na área dos resíduos, o envolvimento da comunidade com uma participação mais ativa nas ações de responsabilidade ambiental e a monitorização do impacto das iniciativas implementadas.

A atribuição desta certificação constituiu-se como um reconhecimento da intervenção realizada pois deveu-se ao crescimento e à consolidação de processos ambientalmente responsáveis e sustentáveis por parte dos/as cidadãos/as envolvidos/as.

Campanha Recolha Tampinhas

A campanha de recolha de tampinhas surge no âmbito de um projeto da LIPOR que consiste na recolha de tampinhas de plástico e consequente processo de reciclagem. A receita deste procedimento é utilizada na doação de equipamentos médicos ou ortopédicos. A MH em 2024 continuou com os pontos de recolha distribuídos por várias uniões de freguesia, diligenciando pelo levantamento e entrega na LIPOR do material plástico para reciclagem.

Ao longo do ano de 2024, a MH, através dos 5 pontos de recolha distribuídos pelo concelho, recolheu 430 Kg de tampinhas plásticas que foram posteriormente transportados para a LIPOR. No último trimestre, devido a dificuldades operacionais, cerca de 250 kg de tampas foram recolhidas, mas não foram entregues na LIPOR, valor que será contabilizado no ano de 2025.

Apesar do impacto ambiental deste projeto, nomeadamente com o processo de reciclagem de uma quantidade enorme de tampas plásticas (1033 toneladas), a LIPOR investiu 668.254,00€ na entrega de 2094 equipamentos ortopédicos e similares a 740 beneficiários. Porém, a legislação

agora em vigor preconiza que as embalagens colocadas no mercado devem ter as tampas "presas" à embalagem principal, o que coloca alguns entraves ao sucesso do projeto, que, por isso, não terá continuidade no ano de 2025.

3.2. Saúde e Estilos de Vida Saudáveis

Diversidade Funcional

Atendendo à diversidade dos públicos-alvo da MH, torna-se essencial estarmos preparados para responder a todos, nas mesmas condições e cobrindo todas as necessidades nomeadamente pessoas com diversidade funcional. Assim, foi pertinente manter a parceria com a ADEIMA que disponibiliza uma intérprete de língua gestual portuguesa para a realização de atendimentos e visitas domiciliárias.

No decorrer do ano de 2024 foram elaborados 3 vídeos informativos sobre as temáticas Atendimento ao consumo, PMAA e Gestor de Entrada, que conseguirão chegar a todos uma vez que foram realizados com as várias vertentes; locução, legendado e com tradução da intérprete de língua gestual portuguesa. Foram também iniciadas as diligências para a tradução em braille de diversos documentos que estão disponíveis para os/as munícipes, como por exemplo os pedidos de audiência, os formulários / requerimentos ou os memorandos de documentos.
A adoção de comportamentos mais globalizantes e inclusivos contribuem seguramente para a melhoria da eficácia do serviço de atendimento, pelo que estes esforços de adaptação a todos os públicos terão impactos positivos no quotidiano da MH e de todos os cidadãos.

CROAM

No seguimento do recenseamento animal realizado junto das famílias residentes nos conjuntos habitacionais, desenvolveu-se uma parceria com o CROAM no sentido de desenvolver ações de sensibilização e educação sobre os animais de companhia, junto dos/as moradores/as.

No ano de 2024 foram realizadas 2 ações de sensibilização no conjunto habitacional das Farrapas e de Gatões que contaram com a presença de 21 munícipes. Estas ações visaram a transmissão de conhecimentos e boas práticas com o cuidado dos animais de companhia, a importância do sistema de identificação individual assim como as campanhas de vacinação e o bem-estar dos animais domésticos.

Com o desenvolvimento destas ações, promove-se o aumento do conhecimento e os bons tratos aos animais de companhia e simultaneamente uma maior responsabilização dos/as munícipes na promoção de uma saúde pública e ambiental e na proteção animal.

3.3. Associativismo, Cidadania e Cultura

Após a identificação de algumas problemáticas no CH do Seixo nomeadamente os conflitos familiares e de vizinhança, a má utilização dos espaços comuns e das zonas envolventes, a desresponsabilização sobre a danificação de bens comuns e património público e a escassa identificação/apropriação territorial dos munícipes ao CH, considerou-se pertinente

desenvolver um diagnóstico social do território com vista à formalização de uma intervenção comunitária e concertada com a população.

No ano de 2024 foi elaborado e aplicado um questionário aos/às residentes no CH do Seixo no sentido de auscultar perceções, vontades, motivações que orientassem uma intervenção futura neste território. Assim, foram aplicados 130 questionários que serviram de base a um estudo comparativo com o inquérito aplicado em 2019 e que poderá fundamentar a intervenção comunitária a realizar neste território.

Toda a intervenção comunitária pressupõe a participação de todos os agentes, pelo que qualquer fundamentação deverá advir da auscultação das perceções dos/as residentes e de todos/as que intervém no território. Assim, com os inquéritos aplicados e com o estudo realizado estarão reunidas as condições para a formalização de uma intervenção que tenha impacto comunitário e promova uma mudança de comportamento.

4. SEGURANÇA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito do atendimento de proximidade e dos projetos que se encontram a ser implementados, a equipa tem sensibilizado as famílias residentes nos conjuntos habitacionais para adoção de comportamentos seguros e cívicos, utilizando estratégias preventivas que visam a sustentabilidade social dos territórios e simultaneamente o fomento de uma apropriação positiva dos espaços comuns e públicos. O acompanhamento às obras de reabilitação dos conjuntos habitacionais permitiu também uma grande proximidade com os munícipes e uma perceção das problemáticas identificadas, fomentando desta forma uma boa preservação dos espaços públicos.

D. ATIVAÇÃO COMUNITÁRIA

No final de agosto de 2024, foi estruturado, e posteriormente aprovado, o Plano de Ativação Comunitária, que tem como principal missão a promoção do desenvolvimento humano dos territórios, através da implementação de ações e projetos de orientação coletiva e comunitária, de carater transversal, que impulsionem os recursos e potencialidades existentes, contribuindo para a criação de um ecossistema social de mobilização aberta e de transformação sustentável. O objetivo é que esta atuação se desenvolva em cooperação ativa, e permanente, com diferentes entidades locais, assumindo o compromisso mútuo de levar à população dos conjuntos habitacionais do concelho de Matosinhos, respostas, serviços, dinâmicas e oportunidades que potenciem o surgimento de novos contextos mais seguros, mais inclusivos, mais estimulantes, fortalecedores do tecido social, do encontro das pessoas e promotores da participação ativa – o propósito é fazer "com as pessoas" e não "para as pessoas".

Durante os meses de setembro e outubro, decorreram 17 reuniões, que permitiram estabelecer parcerias, e consolidar trabalhos, no âmbito dos 9 projetos que foram aprovados neste Plano. Destes contactos, surgiram contextos de estreita articulação com diferentes entidades como a Lipor, a Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, a AdE Porto, a Adeima, o Centro Social de Leça do Balio, o Agrupamento de Escolas Irmãos Passos, a Escola Superior de Artes e Design, o Projeto Trinsheira, a União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, a União das Freguesias de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo, a União das Freguesias de S. Mamede de Infesta e Sra. Da Hora, a Porto Business School, e também com distintos gabinetes e serviços da CMM.

No decorrer do mês de outubro, integramos o processo de fundamentação, construção e submissão da candidatura do projeto "BOOST Matosinhos - Building Opportunities and Outcomes for Social Transformation @ Matosinhos", no âmbito do Aviso de Concurso "Parcerias para a Inovação Social" do Programa Regional Norte 2030.

Nos meses de novembro e dezembro, foi dado o arranque à implementação de dois projetos do Plano de Ativação Comunitária, os quais passamos a explanar:

Boas Práticas de Gestão Ambiental e Eficiência Energética

Num contexto de alterações significativas às habitações, e ao edificado, torna-se imperativo informar e capacitar as pessoas para a boa utilização e manutenção das novas estruturas e equipamentos. Uma nova caldeira, a energia renovável pelos painéis solares, a leitura correta das faturas, a nova caixilharia das janelas, a aplicação de capoto, esquentadores, todas estas modificações e acrescentos devem ser alvo de explicação e da apropriação consciente por parte dos moradores. Deve-se ainda, sensibilizar para as boas práticas de consumo energético de forma a, por um lado, proteger e contribuir para ecossistemas mais sustentáveis, mas também, no sentido de potenciar uma maior poupança energética e de consumo de água, que se refletirá de forma positiva no orçamento familiar.

Partindo destes princípios, realizaram-se sessões com o tema em epígrafe, para os agregados residentes em conjuntos habitacionais que sofreram intervenção profunda (recentemente, ou ainda a decorrer), e noutros, para que esta informação se difunda atempadamente e

exponenciem os conhecimentos para uma melhor otimização/manutenção dos recursos. Esta iniciativa foi promovida em estreita parceria com a **Lipor** e com a **AdEPorto**. Estas sessões decorreram aos sábados e em articulação com entidades locais que ficam localizadas perto, dos próprios CH's visados.

Durante os meses de novembro e dezembro, foram dinamizadas 10 sessões no âmbito deste projeto, em 10 territórios diferentes, nas quais participaram 261 moradores.

Boas Práticas de Gestão Ambiental e Eficiência Energética			
	Territórios	**Participantes**	**Entidades Parceiras**
16/nov	Custió	39	Centro Social de Leça do Balio
	Recarei	41	
23/nov	Laranjeiras	26	Agrup. 143 S. Mamede de Infesta; Adeima
	Custóias	27	
	F. Salazar	23	
07/dez	Ponte do Carro	16	ASDG; Associação +
	Seixo II	36	
14/dez	Carcavelos	26	Biblioteca Municipal Florbela Espanca
	Seara	11	
	Estádio do Mar	16	

Alimentação Desperdício Zero

Segundo os dados nacionais mais recentes, em média, desperdiça-se, no nosso país, cerca de 1 milhão e 800 toneladas de alimentos por ano. Além das questões ambientais, este subaproveitamento traduz-se também numa má gestão do orçamento familiar, e recorrentemente, em escolhas alimentares deficitárias, e não equilibradas nutricionalmente.

Após feedback recolhido junto de diferentes entidades parceiras, percebemos que esta questão é transversal, também, a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, beneficiárias de apoio alimentar em género. Assim surgiram as Sessões de Alimentação Desperdício Zero, assentes numa lógica de "Aprender Fazendo", apresentando-se como uma forma interativa de transmitir conhecimentos e estratégias que, por um lado, previnem o desperdício alimentar, e por outro, potenciam uma maior diversidade alimentar das famílias residentes nos conjuntos habitacionais. Estes momentos são compostos por elementos informativos, mas sobretudo, por uma forte componente prática e convival para que se promova, em simultâneo, a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento pessoal e social, com a criação de laços de cumplicidade pela partilha de experiências. A Lipor apresenta-se como entidade parceira de excelência neste projeto, bem como o Departamento do Ambiente da CMM. Entre o mês de novembro de dezembro, foram dinamizadas 5 sessões no âmbito deste projeto, tendo envolvido 61 participantes.

Alimentação Desperdício Zero			
	Territórios	**Participantes**	**Entidades Parceiras**
18/nov	Biquinha, Seixo, S. Gens, Cruz de Pau	17	Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos
29/nov	Custóias, F. Salazar, Teixeira Lopes, S. Gens	8	União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões
22/nov	Sendim, Gatões	20	Agrup. De Escolas Irmãos Passos - Projeto "Sou Capaz"
16/dez	2 Grupos Guarda, Ribeiras II, Farrapas, Chouso	16	União das Freguesias de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo; Conf. Vicentina de Nossa Sra. De Fátima

E. REABILITAÇÃO URBANA

A reabilitação urbana é uma componente essencial no que se refere à política das cidades, em particular nas suas áreas mais antigas.

Não obstante os pequenos avanços e muitos recuos que se tem vivido nas últimas décadas em matéria de Reabilitação Urbana em Portugal, e perante recursos que são escassos, a MH, em estreita articulação com a CMM, continua a valorizar o papel fundamental da Reabilitação Urbana, como motor da economia e como forte potencial em termos da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, no concelho de Matosinhos.

No ano de 2024, a MH, no que à Reabilitação Urbana diz respeito, tendo por referencial os instrumentos de apoio de natureza financeira, regulamentar e fiscal, ao dispor dos interessados, para obras de reabilitação urbana, e nos termos estabelecidos na legislação em vigor, desenvolveu a sua atividade centrada nas matérias abaixo explicitadas.

1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA – IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AOS PROCESSOS DE DELIMITAÇÃO E CRIAÇÃO

No ano de 2024, prosseguiu-se com a divulgação e acompanhamento das 11 ARU delimitadas no concelho de Matosinhos (incluindo a ampliação da ARU de Leça da Palmeira, publicada no Diário da República n.º 211/2023, Série II, de 31/10, Aviso n.º 21050/23, e as ARU e ORU de S. Mamede de Infesta, publicadas no Diário da República n.º 10/2024, Série II, de 15/01/2024, Aviso n.º 879/23).

Concederam-se todas as informações solicitadas pelos munícipes, nesta matéria, sendo que, nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (artigo 13.º, n.º 4), os elementos que integram as deliberações das delimitações das ARU e das ORU, publicadas em Diário da República, se encontram disponíveis para consulta, nas páginas eletrónicas CMM (https://www.cm-matosinhos.pt/p/reabilitacao-urbana) e da MH (www.matosinhoshabit.pt).

Em fase de estudo, ficou a identificação de uma nova ARU, a criar na antiga freguesia de Matosinhos, aguardando reflexão e discussão interna aos serviços da MH e da CMM, sobre a possibilidade desta nova delimitação se vir a concretizar, ou através do alargamento da zona anteriormente definida ou da criação de uma nova área.

Divulgação, Acompanhamento e Informação	11 ARU
Criação nova ARU antiga freguesia Matosinhos	1 ARU (*em estudo*)

2. OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA: PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA E ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO URBANA

No que respeita aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana/PERU, da responsabilidade de gestão da CMM, no período em referência e conforme procedimento habitual, foram prestados todos os esclarecimentos e fornecida toda a informação solicitada, no cumprimento da estreita articulação e cooperação entre ambas as entidades, em exercício. Mais, em relação às 6 ARU ultimamente delimitadas e às quais corresponderam ORU simples, deu-se prosseguimento ao trabalho de cooperação iniciado anteriormente com a CMM, em matéria da elaboração das Estratégias de Reabilitação Urbana/ERU, designadamente através da consulta e

análise dos documentos estratégicos das ORU de Perafita, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Leça do Balio, Lavra e Senhora da Hora.

Simultaneamente, deu-se continuidade ao registo na Plataforma Informática conjunta entre a CMM e a MH, de todos os imóveis/frações autónomas localizados em ARU e/ou concluídos há mais de 30 anos, com Vistorias para Determinação do Nível de Conservação – Iniciais e Finais, registo esse que comporta informação desde 2016 até abril de 2024.

Em complementaridade, continuou-se a alimentar o sistema interno de registo na plataforma de gestão de informação, com mais elementos sobre o nível de conservação atribuído ao imóvel/fração autónoma, decorrente das Vistorias de Determinação do Nível de Conservação e de acordo com o MAEC/Método de Avaliação do Estado de Conservação dos Edifícios, isto é: *"Péssimo"; "Mau"; "Médio"; "Bom" ou "Excelente".*

Para estes dois últimos trabalhos, contou-se com um estágio do Mestrado de Sistema de Informações Geográficas e Ordenamento do Território, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que veio auxiliar nesses registos e que teve o seu términus neste período, em abril de 2024.

Prosseguiu-se com a organização e sistematização do acervo de informação existente no Gabinete de Reabilitação Urbana e que nos vai chegando da CMM, sobre as ARU criadas e respetivos PERU/ERU, a saber: ARU e PERU Matosinhos; ARU e PERU Matosinhos Sul; ARU e PERU Leça da Palmeira; ARU S. Mamede de Infesta; ARU Lavra; ARU Santa Cruz do Bispo; ARU Guifões; ARU Perafita; ARU Leça do Balio; ARU Senhora da Hora; ARU Custóias; e ampliação da ARU de Leça da Palmeira; com vista a um mais fácil e acessível manuseamento e consulta. Nesta conformidade, foi incluída nesse acervo, a informação respeitante aos documentos estratégicos das ORU de Perafita, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Leça do Balio, Lavra e Senhora da Hora, cuja aprovação da Delimitação e da Operação de Reabilitação Urbana viria a ser publicada em Diário da República, já no início de 2025.

Cooperação com CMM para novas ORU	6 ORU
Acompanhamento às restantes	5 ORU
Registo informação VDNC na Plataforma Informática MH/CMM (*colaboração 1 estágio Mestrado Sistema Informações Geográficas e Ordenamento Território*)	Atualizado a abril de 2024
Acervo informação ORU Perafita, Santa Cruz Bispo, Guifões, Leça Balio, Lavra e Senhora da Hora	Atualização
Acervo informação ORU existentes	Manutenção

3. INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA: FINANCEIROS, REGULAMENTARES E FISCAIS

Quanto aos incentivos à Reabilitação Urbana, atendeu-se à publicação de todas as medidas constantes da Nova Geração de Políticas de Habitação e de Reabilitação Urbana, e constantes do Programa/Pacote + Habitação/ Plano Nacional de Habitação (Proposta de Lei n.º 71/XV/1.ª), bem como a todas as alterações legislativas que vieram a ser publicadas com efeitos diretos na

reabilitação do edificado, designadamente as decorrentes da alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais e da pandemia causada pelo vírus SARS – COV 2, que motivaram, por parte do governo, a adoção de um vasto leque de medidas excecionais, designadamente as constantes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), também com repercussões na Reabilitação Urbana.

Ainda no âmbito destes incentivos, prosseguiu-se, conforme vem sendo habitual, com a divulgação dos Programas "*Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível*", *IFRRU 2024* e "*Casa Eficiente*".

Da mesma forma, deu-se continuidade à informação prestada/respostas a solicitações recebidas por parte de particulares/empresas, para acesso aos Benefícios Fiscais (mormente, art.º 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, EBF), quer de natureza municipal (IMI, IMT), quer da competência da administração central (IRS, IVA, Rendimentos Prediais, Mais-Valias Prediais, ...), sobretudo quanto aos procedimentos a seguir para a sua concretização, aplicáveis a imóveis/frações autónomas localizados em ARU ou fora destas e concluídos há mais de 30 anos, que venham a ser objeto de obras de reabilitação, incorporando alterações legislativas que decorreram de Orçamentos de Estado vindouros (designadamente, n.º 8, alíneas a), b) e c) e n.º 9 do art.º 45.º do EBF) e do Programa/Pacote + Habitação, que foi publicado a 5 de janeiro de 2024, através da Lei n.º 2/2024, sob a designação "*Programa Nacional de Habitação 2022-2026*".

	Programa/Plano Nacional Habitação
Atualização e Divulgação	Programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível"
	IFRRU 2024
	Programa "Casa Eficiente"
	Alterações art.º 45.º EBF
	Resposta solicitações art.º 45.º EBF

4. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DE NATUREZA MUNICIPAL. RECEÇÃO, VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS LEGAIS E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS

Neste capítulo, de salientar a delegação de competências da CMM na MH, respeitante à direção do procedimento administrativo, com vista à concessão de benefícios fiscais previstos no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, ficando à responsabilidade da MH/GRU a análise/verificação de toda a documentação reencaminhada pela CMM, juntamente com os Formulários devidamente preenchidos pelos interessados, a solicitação aos interessados de esclarecimentos/documentação em falta, bem como a produção dos Relatórios Finais/fundamentos legais de isenções/reembolsos de IMI e/ou IMT, tendo sido concebida, para este efeito, uma informação-tipo.

No período em apreciação, foram analisados 88 processos de prédios urbanos objeto de obras de reabilitação no concelho, respeitantes a imóveis/frações autónomas nas ARU de Matosinhos, Matosinhos Sul, Leça da Palmeira, S. Mamede de Infesta, Senhora da Hora e Custóias e com mais de 30 anos, correspondentes a 15 prédios em propriedade total, 1 em propriedade horizontal e

a 72 frações autónomas, tendo sido validados 75 processos com parecer técnico favorável, para acesso a benefícios fiscais, com a respetiva informação remetida à CMM.

Ainda nesta matéria dos Benefícios Fiscais e de apoio aos processos de obras de reabilitação em imóveis/frações localizados dentro das ARU e fora com mais de 30 anos, é de salientar a estreita articulação que se tem mantido com os Departamentos Financeiro e de Urbanismo da CMM, com o Balcão da Reabilitação Urbana da Loja do Munícipe, bem como com a Autoridade Tributária/Serviço de Finanças de Matosinhos.

BF	Nº processos analisados isenção/reembolso IMI e IMT c/ obras de RU respetivas ARU e com + de 30 anos	88	Prédios propriedade total	15
			Prédios propriedade horizontal	1
			Frações autónomas	72
	Nº pareceres favoráveis		75	

5. PRÉ-VISTORIAS, VISTORIAS DE SEGURANÇA, SALUBRIDADE E ARRANJO ESTÉTICO (VSSAE) E VISTORIAS PARA DETERMINAÇÃO DE NÍVEIS DE CONSERVAÇÃO (VDNC)

Ao abrigo da legislação em vigor e por delegação de competências da CMM, a MH/GRU promove e garante a execução e o acompanhamento às Vistorias de Segurança, Salubridade ou Arranjo Estético/VSSAE, até ao seu desfecho, que pode tomar uma de duas vias: extinção por via da realização de obras ou, e em caso contrário, arquivamento e prossecução para a CMM, para efeitos contraordenacionais.

Assim, nesta matéria, durante o ano de 2024, foram instruídos 23 novos processos (2 dos quais, oficiosos), e deu-se início a 22 VSSAE, a requerimento de proprietários e inquilinos.

Para além destas situações, continuou-se a dar prioridade e particular atenção aos processos em curso, com toda a complexidade técnica e processual que lhes está associada, no sentido do seu acompanhamento e monitorização, para, nos casos em que foi possível, propor a sua extinção ou arquivamento e dar o encaminhamento/resposta adequada, nestas fases de execução e em sede de audiências prévias, também por imperativos legais. Neste período, foram extintos 9 processos VSSAE, por execução de obras ou por várias impossibilidades/inutilidades, tendo sido arquivados 4 processos, com prossecução para contraordenação, pelo não cumprimento do preconizado nos Autos. Em acompanhamento encontravam-se 76 processos.

Procedeu-se ainda, ao registo do ónus em 2 processos, em cumprimento ao prescrito no artigo 89.º n.º 5 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). E, igualmente em observância da mesma legislação, procedeu-se ao desaverbamento em 2 processos, na medida em que foram realizadas todas as obras preconizadas nos Autos das respetivas VSSAE.

Nesta conformidade, em sede de audiência prévia, foram notificados 19 processos para execução de obras (homologação e/ou manutenção de autos e notificação às partes

interessadas) e realizadas 14 Visitas Técnicas de confirmação de execução de obras ou de acompanhamento aos trabalhos. Foram ainda notificados 13 processos de decisão final ou de prorrogação de prazos.

Foram ainda aprovados 2 processos de isenção do pagamento da taxa de VSSAE, por comprovada insuficiência económica.

Foram instruídos, pela Comissão de Vistorias, 12 novos processos de carácter urgente, encaminhado pela CMM/PC, para avaliar das condições de segurança de muros, escarpas, fachadas de edifícios ou equipamentos coletivos.

Foram realizadas 231 Visitas Técnicas de avaliação das condições de habitabilidade de situações candidatas a habitação social municipal e/ou reavaliados Pedidos de Habitação, ao abrigo da emergência social.

A somar a este trabalho, e para responder às preocupações dos munícipes relativamente à falta de condições de habitabilidade e de salubridade dos fogos de propriedade privada onde residem, no ano de 2024, realizaram-se 27 Visitas Técnicas respeitantes a Pedidos de Pré-Vistoria existentes, para além de terem dado entrada 26 novos processos, bem como se efetuou um número relevante de atendimentos presenciais, telefónicos e via e-mail, para responder a estas situações e a todas as outras da mesma natureza que ainda se encontram ativas.

Foram arquivados 4 processos de Pré-Vistoria, 1, por execução de obras por parte de senhorio/proprietário, 2, encaminhados para VSSAE, e 1, por outros motivos, designadamente falta de competência da MH na matéria em causa.

Foram também realizadas Visitas Técnicas a situações que podiam pôr em risco pessoas e/ou bens na via pública, que corresponderam a 114 respostas a participações da Proteção Civil/CMM/ Fiscalização.

Deram entrada, durante o ano transato, 201 novos pedidos de Vistorias para Determinação do Nível de Conservação/VDNC, para imóveis/frações autónomas que iam entrar em obras de reabilitação, com a finalidade da obtenção de Benefícios Fiscais, ao abrigo da delimitação das ARU ou para imóveis/frações autónomas concluídos há mais de 30 anos, com toda a tramitação técnica e processual respeitante.

Foram realizadas 195 VDNC e notificados 193 requerentes de VDNC, Iniciais (75) e Finais (118), dos respetivos Relatórios Técnicos concluídos neste período, com os respeitantes Níveis de Conservação atribuídos.

Ainda no que diz respeito às melhorias de gestão/acesso/organização de processos/documentos, foi iniciada neste período, a utilização de uma dashboard/painel de gestão de informações, respeitante à consulta de todos os processos existentes na MH, por morada, de grande utilidade para o trabalho objeto da nossa atuação.

Igualmente, e no sentido de se rentabilizar o espaço disponível no disco rígido do PC, passou a ser utilizado o *Programa Thumbnail*, para o arquivo de imagens.

Todas estas ações - Pré-Vistorias, Vistorias de Segurança, Salubridade ou Arranjo Estético (incluindo os processos encaminhados pela Proteção Civil/CMM/ Fiscalização) e Vistorias para Determinação do Nível de Conservação (incluindo prestação de informações e esclarecimentos adicionais sobre apoios de natureza financeira, regulamentar e fiscal às obras de reabilitação urbana) - traduziram-se, no período em análise, em atendimentos presenciais, salientando-se, contudo, o aumento exponencial do número de atendimentos/solicitações e de respostas através de outros meios de comunicação disponíveis, tais como o telefone e o email.

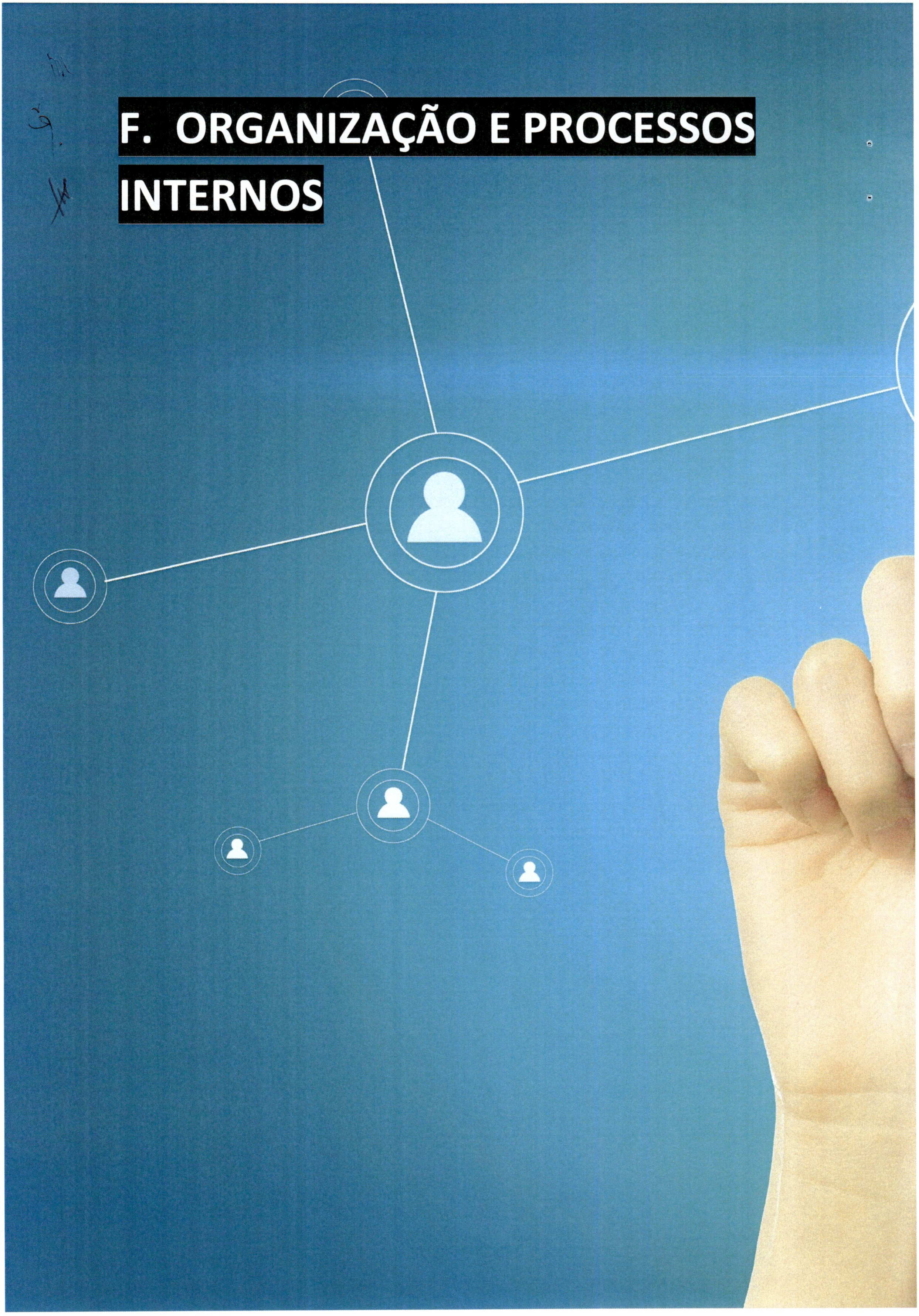
Em conformidade com o compromisso de alinhar as atividades com os ODS, em 2024, genericamente, foram feitas pesquisas e contactos exploratórios, bem como reuniões com entidades de referência nas matérias tendentes à Elaboração do *Guia / Manual* direcionado para as tipologias construtivas, os problemas e as soluções mais disseminadas de boas práticas, e a utilização de materiais mais sustentáveis, de forma a reforçar a sustentabilidade ambiental e urbana.

Por último, de salientar a participação do GRU na XII Semana da Reabilitação Urbana do Porto, que decorreu entre os dias 5 e 7 de novembro, em Vila Nova de Gaia. Este evento, com mais de uma década de existência e com programas anuais regulares desde 2012, tem contado com a participação assídua do Gabinete de Reabilitação Urbana da MH, desde 2014, marcando sempre presença nas conferências, exposições e nas sessões paralelas.

Tabela resumo dos processos do GRU:

VSSAE	Nº novos processos			22
	Nº processos instruídos			23
	Nº processos acompanhamento			76
	Nº processos extintos			9
	Nº averbamentos/desaverbamentos ónus			4
	Nº processos notificados execução obras			19
	Nº VT acompanhamento obras			14
	Nº processos notificados decisão final ou prorrogação prazos			13
	Nº pedidos isenção pagamento Taxa			2
Proteção Civil	Nº participações Proteção Civil/CMM/ Fiscalização, situações risco pessoas e/ou bens na via pública			114
	Nº processos instruídos pela CV caráter urgente			12
PPV	Nº novos processos			26
	Nº VT			27
DNC	Nº novos processos	221		
	Nº VT	195		
	Nº requerentes notificados	193	VDNC iniciais	75
			VDNC finais	118
PH/PMAA	Nº VT			231

F. ORGANIZAÇÃO E PROCESSOS INTERNOS



O desenvolvimento da atividade da MH, pela sua complexidade e pelo impacto que gera na qualidade de vida das pessoas e também pela grande responsabilidade inerente à confiança manifestada pelo Município de Matosinhos por confiar à empresa Municipal atribuições tão expostas e importantes como as que lhe estão confiadas, carece de um suporte forte e coeso, orientado permanentemente no sentido da melhoria contínua, aberto à mudança e sem receio dessa mudança.

Essa estrutura de suporte passa necessariamente pelas estruturas técnicas e de ação social que, de algum modo, protagonizam as ações referidas na exposição antecedente.

Essa estrutura representa a linha da frente da Empresa, representando-a junto dos cidadãos, sendo a sua voz e o seu rosto.

Porém, a estrutura da empresa carece igualmente de um suporte de retaguarda, cuja ação se dissolve aparentemente na ação concreta da MH, passando aparentemente despercebida, mas que se afigura de enorme importância para melhorar a eficiência e a definição dos procedimentos internos, potenciando as condições necessárias ao desenvolvimento da ação específica que é a matriz de atuação da Empresa.

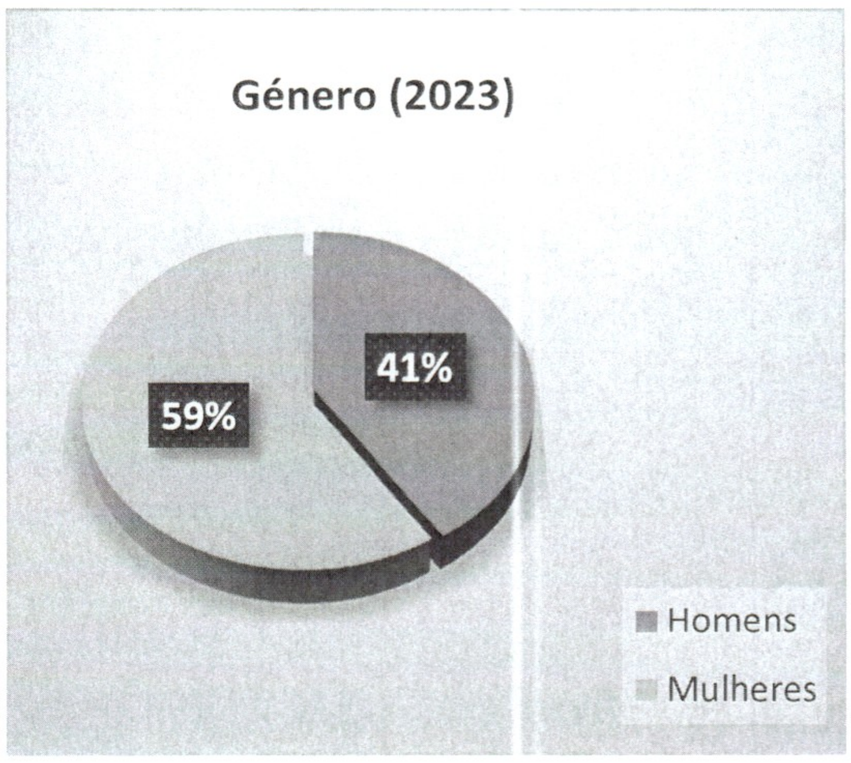
Sendo certo que a componente financeira, retaguarda fundamental para qualquer empresa, municipal ou não, se revela nos documentos que seguem anexos ao presente Plano de Atividades, importa também fazer uma referência à ação a desenvolver durante 2023 pelas outras áreas de retaguarda, sem as quais, a atividade da MH acabaria por ficar comprometida.

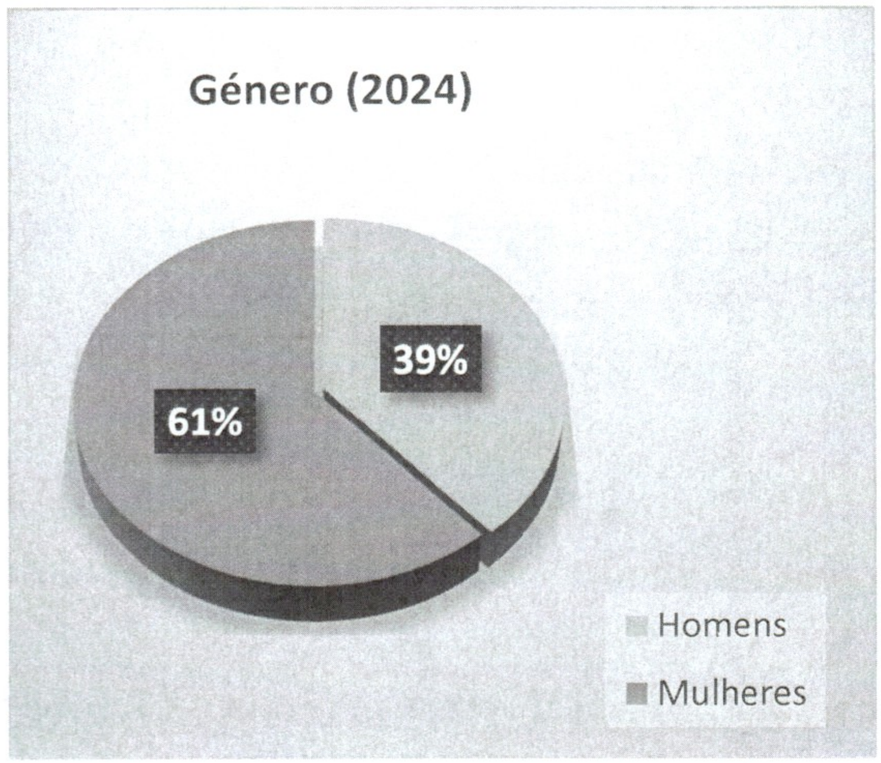
1. RECURSOS HUMANOS

Mapa de pessoal, Orçamento e Caracterização dos Recursos Humanos

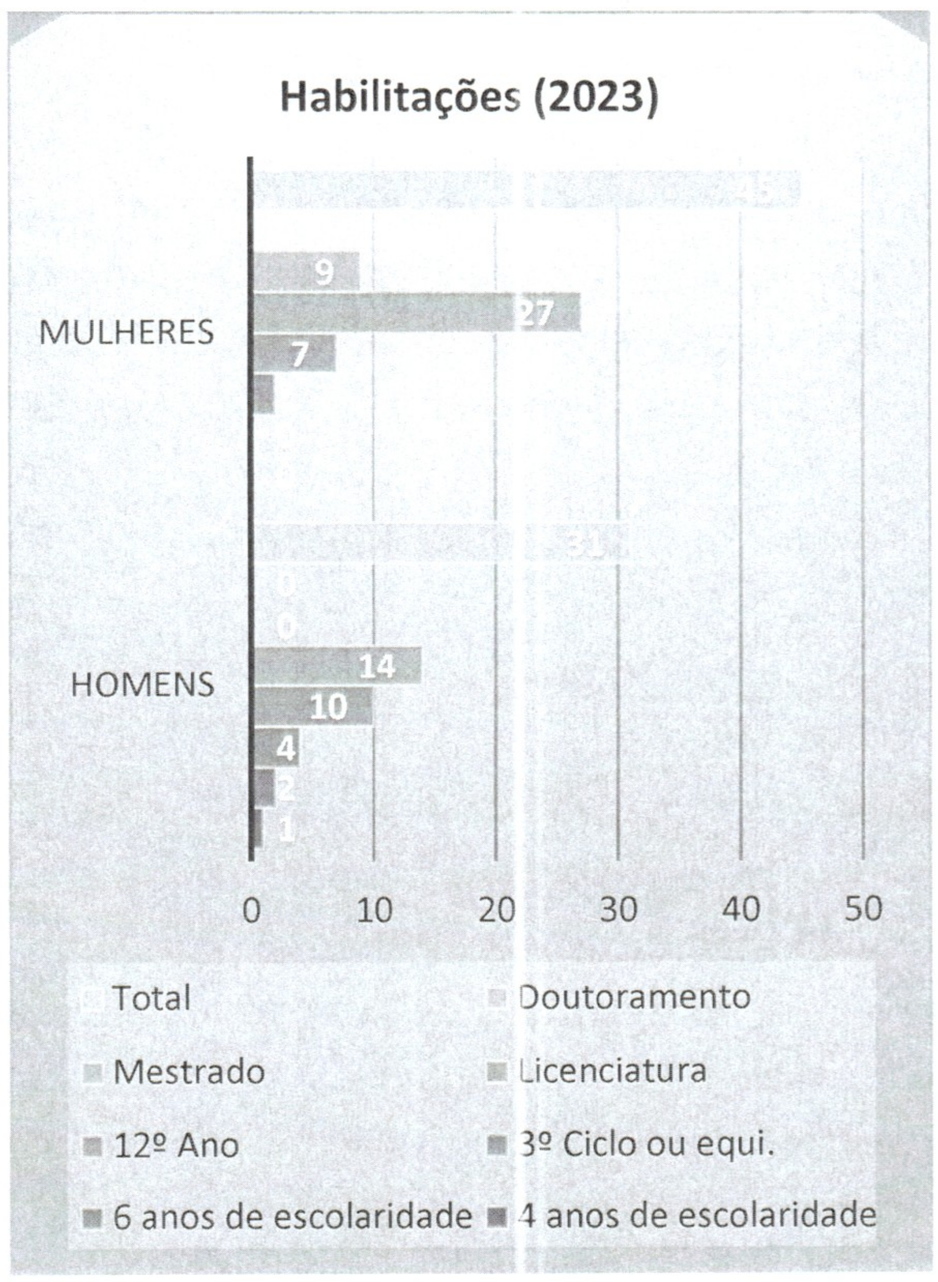
Todos os processos de recrutamento e seleção foram previamente considerados no Orçamento Previsional, face às necessidades identificadas pelos serviços e do acréscimo de atividade da MH. Tratando-se de substituições diretas ou indiretas do/a trabalhador/a, igualmente, verificaram-se refletidas no mesmo documento. A 31 de dezembro de 2024, o número de trabalhadores/as da MH ascende a 75, dos quais 11 em regime de trabalho a termo, 13 em regime de cedência de interesse público e os restantes ao abrigo do contrato individual de trabalho.

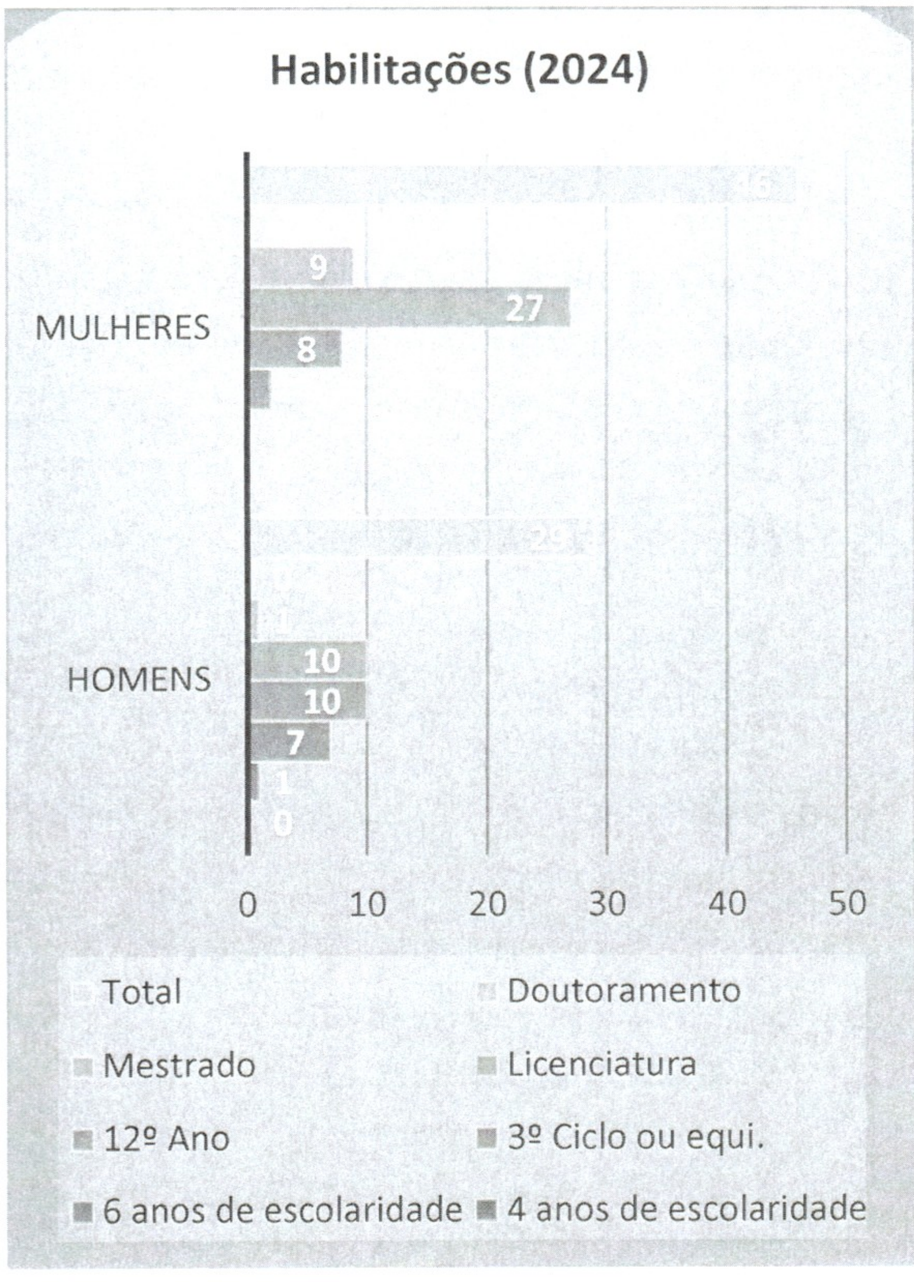
Relativamente à análise de Recursos Humanos da empresa por género, constata-se que o universo feminino continua a ser o mais expressivo, em número de 46, face ao universo masculino, em número de 29, num total de 75 trabalhadores/as.



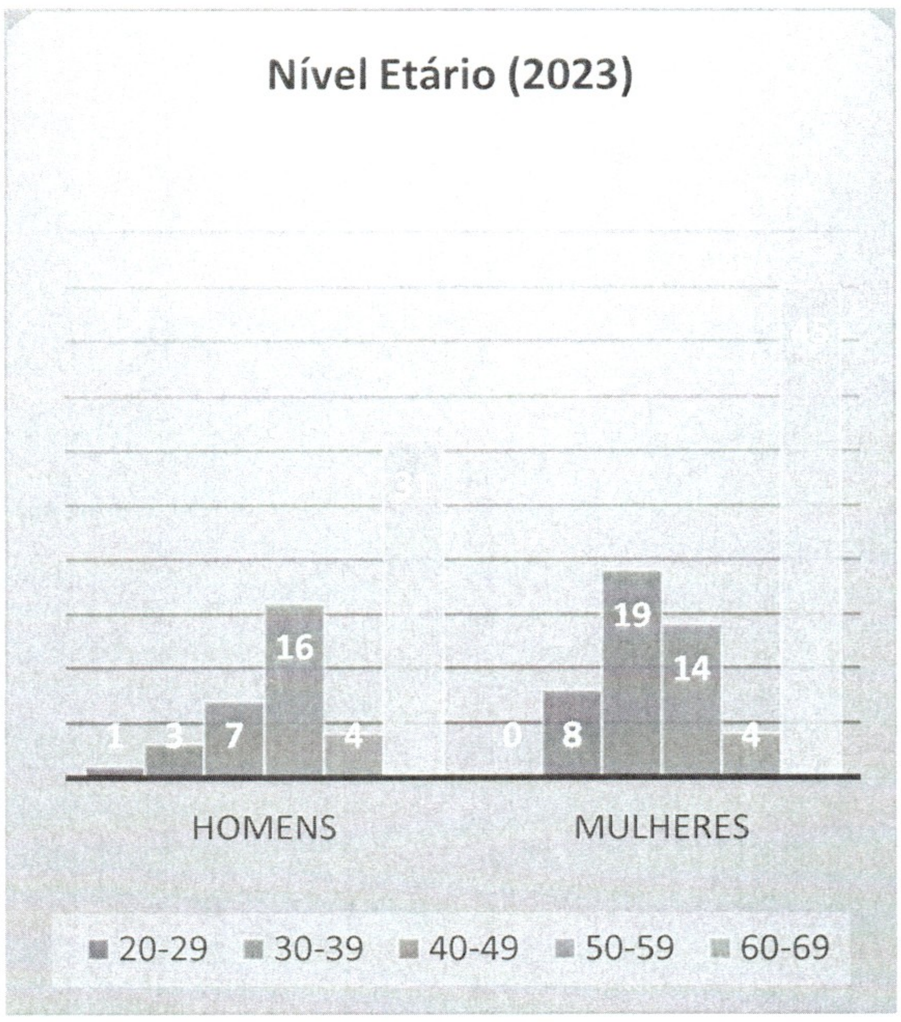


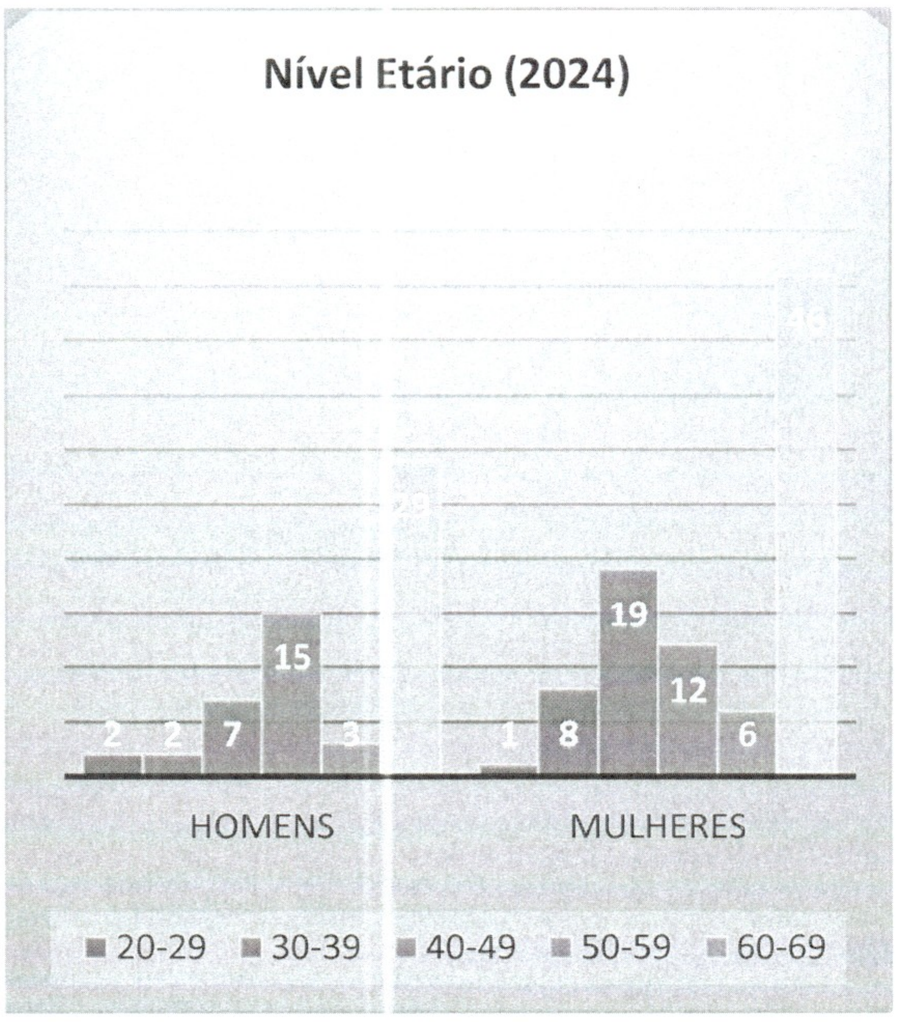
No que respeita às habilitações académicas, observa-se que 37 dos/as trabalhadores/as são detentores do Grau de Licenciatura, 10 do Grau de Mestrado e os restantes 28, detém a escolaridade mínima obrigatória, estando estes últimos, compreendidos entre o 6º e o 12º ano.





Quando analisado o nível etário, verifica-se que 25 trabalhadores/as se inserem na faixa etária dos 40 aos 49, 24 dos 50 aos 59 anos, 14 dos 60 aos 69 anos, 10 dos 30 aos 39 e 2 dos 20 aos 29 anos. Destaca-se desta forma, a faixa etária dos 40 aos 49 anos, com maior predominância de mulheres.





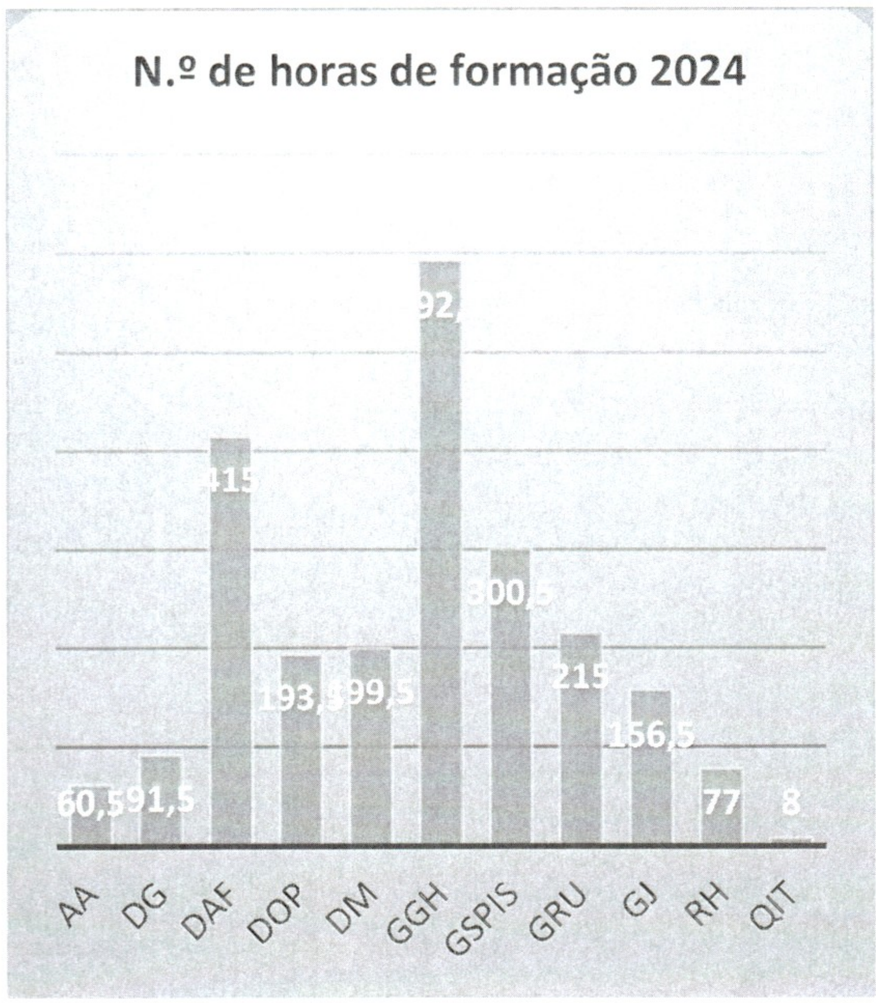
Formação Interna e Externa

Estabeleceu-se como objetivo para o ano de 2024 a realização de 1600 horas de formação, tendo como objetivo a qualificação, a aquisição de novas competências e a consolidação de competências já existentes.

Posto isto, promoveram-se 71 ações de formação, das quais 55 não implicaram qualquer tipo de custo para a empresa, uma vez que se tratou de ações financiadas. Simultaneamente, de forma a dar resposta às necessidades que a formação financiada não conseguiu suprir, registou-se um investimento de 12.603,70€ para formação especializada.

Assim, foram ministradas um total de 2309 horas aos/às trabalhadores/as, ultrapassando largamente a meta estabelecida, e que se refletiu numa média de 31h/ano/trabalhador/a.

Esta total de horas formativas, deveu-se ao cumprimento do Plano de Formação, à participação em formações financiadas, à participação em fóruns técnicos de relevante interesse para as funções do pessoal trabalhador, mas o maior contributo relaciona-se com a formação ao abrigo dos novos programas informáticos da MH.



Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

Neste capítulo continuou-se a promover as boas condições de trabalho, providenciando material adequado e ergonómico a todos/as os/as trabalhadores/as.

Neste sentido, foi elaborado um estudo da iluminância nos gabinetes da empresa, dos quais resultou, a necessidade de intervenção na iluminação proveniente de luz artificial, mais concretamente ao nível da substituição da luminária, assim como, noutros casos, ao nível do reposicionamento da mesma.

Relativamente aos Equipamentos de Proteção Individuais/Coletivos, nomeadamente, calçado adequado, capacetes de proteção, fatos de proteção, luvas, e os demais EPI's específicos para o exercício de funções, foram distribuídos aos trabalhadores/as mediante as necessidades identificadas.

2. SERVIÇO JURÍDICO

Os Serviços Jurídicos têm como principal incumbência assegurar o suporte jurídico adequado e garantir a conformidade legal nas múltiplas ações da entidade. Neste contexto, o Gabinete Jurídico assume um papel central na avaliação, monitorização e implementação de medidas preventivas, com o intuito de mitigar riscos jurídicos, bem como assegurar a execução das políticas públicas em estrita conformidade com o ordenamento jurídico vigente. Este trabalho contribui decisivamente para a manutenção da estabilidade e da segurança jurídica da organização, garantindo a integridade das suas operações e decisões.

Além do acompanhamento contínuo, o Gabinete Jurídico presta atendimento regular e sistemático aos munícipes, particularmente no que se refere aos processos em análise. O serviço garante também uma resposta permanente às solicitações externas formais provenientes de agentes legais, como advogados, solicitadores, tribunais e o Ministério Público, e que não se limita a assegurar a qualidade das respostas mas exige medidas efetivas aos diversos serviços sendo este um instrumento essencial para promover a clareza nas comunicações e facilitar o

acesso à informação administrativa por parte de todos os intervenientes e da população e reforça a correcta atuação da empresa . Com isso, o Gabinete Jurídico reforça a transparência e a confiança nos processos da administração pública local.

Adicionalmente, o Gabinete Jurídico tem assumido a responsabilidade pela implementação e monitorização do cumprimento do regime geral de proteção de dados pessoais no âmbito da empresa municipal. Este processo tem como objetivo garantir a segurança, confidencialidade e integridade das informações tratadas, em estrita observância às disposições legais aplicáveis, contribuindo assim para a preservação da confiança da população na gestão pública.

A colaboração estreita com os serviços responsáveis pela Contratação Pública tem-se revelado igualmente um pilar fundamental para a aceleração da centralização das aquisições e a otimização da gestão dos recursos públicos. Este esforço colaborativo tem sido determinante para a promoção de uma maior eficiência e transparência nos processos contratuais, fundamentais para a implementação de políticas públicas eficazes.

No que se refere à avaliação e resposta às reclamações apresentadas, tanto na empresa municipal como no município em relação à atuação da mesma, o Gabinete Jurídico tem exercido um papel crucial. Através desta avaliação contínua, procura-se garantir que as ações da administração pública sejam ajustadas às reais necessidades da população, promovendo uma gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada aos princípios da boa governação.

Simultaneamente, o Gabinete Jurídico tem promovido a simplificação e agilização dos procedimentos jurídicos, particularmente no que respeita ao acesso à informação ou à cessação contratual, assegurando uma permanente reflexão sobre os pressupostos legais, a qualidade das informações disponibilizadas e a maior celeridade na tomada de decisões e nas intervenções. Este trabalho procura respeitar, em todas as suas vertentes, a equidade e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, mantendo sempre um elevado padrão de exigência nos processos que conduz.

O Gabinete Jurídico tem contribuído de forma significativa para aumentar a clareza, a transparência e a confiança nas suas ações, ao mesmo tempo em que fomenta a melhoria contínua dos serviços prestados aos munícipes. Este esforço reforça a cidadania ativa, promovendo uma população mais informada e participativa nos processos administrativos e jurídicos da empresa municipal.

O ano de 2024 representa um marco de grande relevância no que se refere à regulação jurídica da principal atividade da empresa municipal, nomeadamente a gestão habitacional destinada à habitação social. Este momento culmina com a aprovação, pela Assembleia Municipal de Matosinhos, do novo regulamento de gestão do parque habitacional do Município, um ato formal que traduz um esforço significativo de revisão e atualização normativa, sendo um reflexo de um processo de colaboração e envolvimento de diversos serviços, com destaque para o serviço jurídico da referida empresa municipal.

O regulamento agora aprovado contempla alterações substanciais, as quais têm sido amplamente aguardadas e que respondem a necessidades evidentes no âmbito da gestão habitacional. Estas modificações visam, em última instância, aprimorar a eficácia da gestão e assegurar um acesso mais equitativo e transparente à habitação social, promovendo a sua manutenção e a cessação de contratos de forma mais condizente com as exigências legais e sociais.

De forma a consolidar os objetivos do regulamento, este inclui um conjunto abrangente de ponderações e iniciativas que agregam uma multiplicidade de ideias e propostas oriundas de diferentes serviços. Tais contribuições resultam de um trabalho conjunto, que reflete a experiência acumulada ao longo dos 20 anos de existência da empresa municipal, período durante o qual se tem consolidado um conhecimento profundo das necessidades e especificidades relacionadas com o acesso à habitação social, a gestão das propriedades habitacionais e a gestão da cessação de contratos.

Este momento configura-se, portanto, como um marco jurídico de importância ímpar, não apenas para o gabinete jurídico da empresa municipal, mas também para a própria empresa e para o município de Matosinhos em geral. A aprovação do novo regulamento representa um passo decisivo na promoção de uma gestão mais eficiente e adaptada às exigências atuais, sendo um reflexo do compromisso da autarquia com a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Em 2024, o Gabinete Jurídico da empresa municipal de Matosinhos consolidou, de forma inequívoca, o seu papel enquanto pilar essencial na modernização e eficiência dos processos administrativos. A sua atuação tem-se pautado pelos princípios fundamentais da boa administração pública, contribuindo de maneira significativa para a implementação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável da comunidade local, tendo sempre em vista a qualidade e a legalidade nas suas ações.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacam-se as contribuições diretas do Gabinete Jurídico para o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), com o objetivo de promover uma maior justiça social e uma maior eficiência nos processos legais, garantindo a equidade e a transparência nas ações públicas.

Plano de Prevenção e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A empresa municipal tem demonstrado um compromisso inabalável na implementação de medidas eficazes para a prevenção da corrupção, considerando este tema como crucial para a boa governação e transparência da administração pública. A luta contra a corrupção e as infrações conexas é fundamental para garantir a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e assegurar a correta utilização dos recursos públicos, alinhando-se com os princípios de ética, responsabilidade e legalidade que regem a atividade pública.

Ao longo de 2024, o Gabinete Jurídico esteve ativamente envolvido na análise das orientações e diretrizes emitidas pelo Mecanismo Nacional de Anticorrupção (MENAC). Além disso, o

Gabinete foi responsável por disseminar as medidas e orientações transmitidas pelas entidades fiscalizadoras, garantindo que todas as alterações legislativas relevantes fossem compreendidas e adotadas pelos diversos serviços da empresa, assegurando a conformidade com a legislação em vigor.

Em abril de 2024, foi elaborado um relatório detalhado sobre o plano de prevenção e combate à corrupção em vigor na empresa. O documento refletiu as ações realizadas e as medidas em curso para mitigar os riscos associados à corrupção e infrações conexas.

Porém, embora tenham sido dados passos significativos, reconhece-se que ainda há muito a fazer, especialmente em relação às ambições delineadas no plano, bem como às novas exigências que poderão surgir no futuro, dentro de um esforço contínuo e permanente de melhoria. Este processo visa sempre atender às preocupações da sociedade e às exigências das entidades fiscalizadoras, acompanhando a evolução dos padrões de ética e integridade no setor público.

O Gabinete tem trabalhado em estreita colaboração com o Departamento Financeiro e os demais serviços da empresa, proporcionando apoio jurídico especializado no acompanhamento e na orientação das práticas de contratação pública na empresa municipal, sem dúvida, um dos grandes focos onde os riscos de corrupção e infrações conexas podem ser mais evidentes, sendo fundamental que todas as etapas do processo, desde o planeamento até a execução, sejam acompanhadas com rigor.

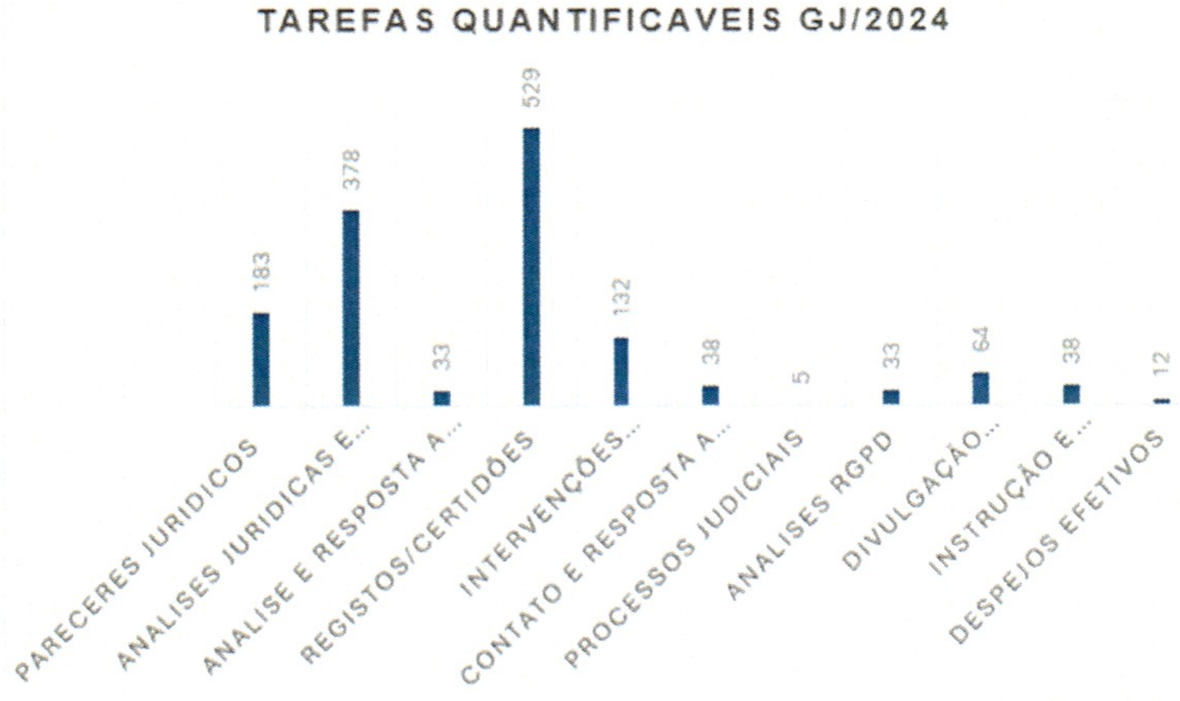
Este envolvimento tem permitido à empresa aplicar as melhores práticas na gestão dos processos de contratação, desde a elaboração de cadernos de encargos transparentes até à monitorização da execução dos contratos, promovendo sempre a transparência e a integridade nos processos.

Além disso, o Gabinete tem enfatizado a importância de uma abordagem colaborativa, garantindo que todos os serviços envolvidos no processo de contratação compreendam a relevância das medidas anticorrupção e atuem de forma a minimizar os riscos de infrações. Este esforço coletivo é essencial para garantir que a empresa continue a ser um exemplo de boa prática na contratação pública.

A empresa municipal, consciente da sua responsabilidade social e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 16 – "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", compromete-se a reforçar continuamente as suas políticas e práticas de prevenção da corrupção e infrações conexas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa, transparente e responsável.

Em síntese, a atuação do Gabinete Jurídico em 2024 reflete o compromisso inabalável da empresa municipal com os princípios da justiça social, da transparência e da eficiência. Esta atuação está totalmente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial na promoção da redução das desigualdades e na implementação eficaz de políticas públicas, assegurando a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Adicionalmente, e a título ilustrativo, apresentamos no mapa abaixo um conjunto de tarefas quantificáveis, que se entendem autonomizar, e que foram assumidas pelo serviço jurídico ao longo do ano de 2024, as quais, embora representativas, não esgotam o vasto leque de atividades realizadas no decorrer do ano em questão.



Tarefas quantificáveis	Totais
Pareceres jurídicos	183
Analises jurídicas e respostas (tribunais /advogados munícipes)	378
Analise e resposta a Reclamações (livro de reclamações/portal da queixa e emails)	33
Registos/Certidões	529
Intervenções contratação publica	132
Contato e resposta a Tribunais	38
Processos Judiciais	5
Analises RGPD	33
Divulgação Legislação com análise jurídica	64
Instrução e acompanhamento resoluções contratuais/ocupações ilícitas	38
Despejos efetivos	12

3. QUALIDADE, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

3.1. Gestão da Qualidade

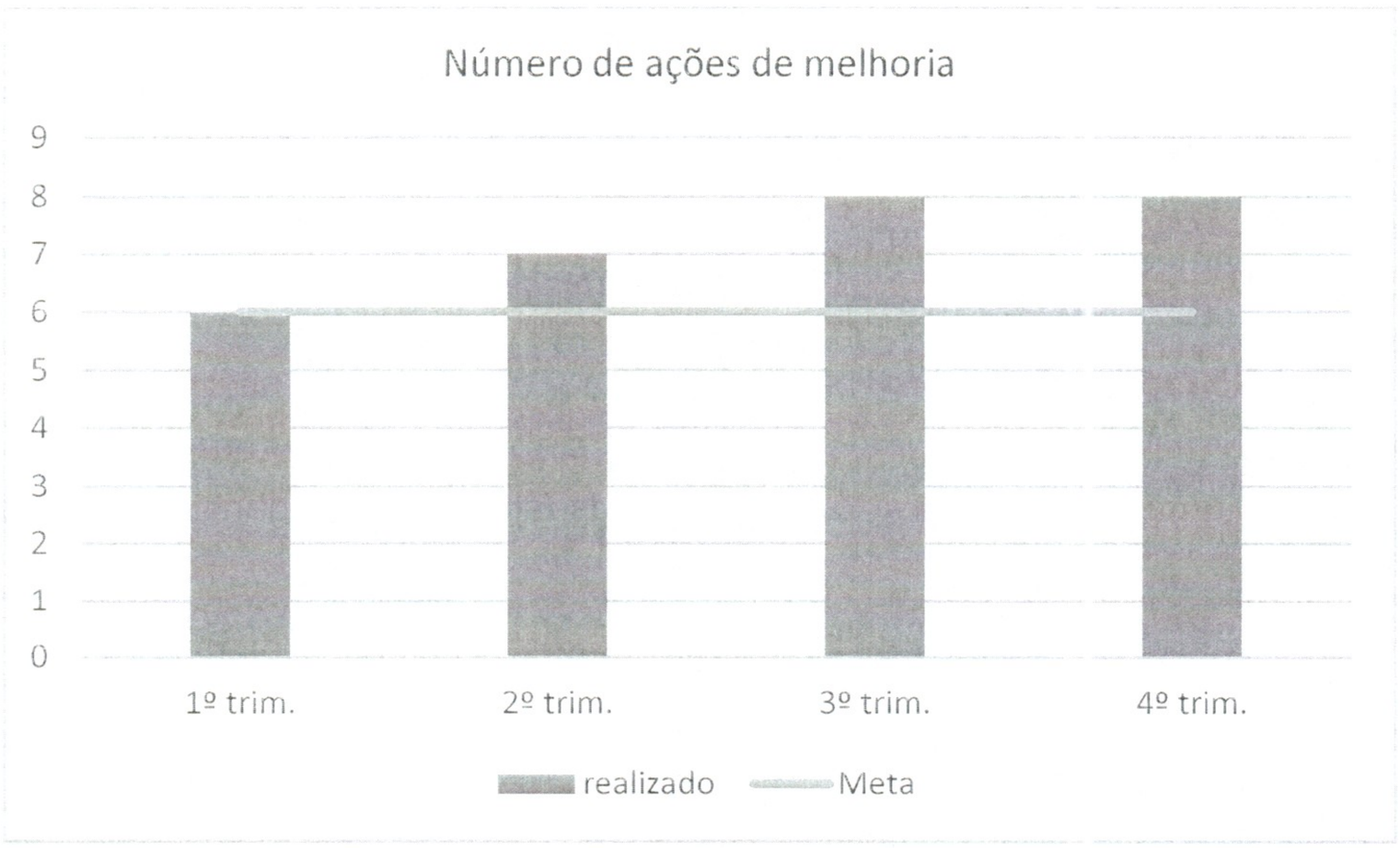
A MH encontra-se certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 9001:2015 desde 2009. No ano 2024 iniciou o sexto ciclo de certificação (2024/2026) com sucesso suportado por um relatório que apenas registou oportunidades de melhoria, resultado garantido pela SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência (SGS), entidade independente e devidamente creditada pelo organismo internacional de certificação.

Em 2024 foram realizadas duas auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade, uma auditoria interna e com recurso a auditor internos disponível no universo CMM e a auditoria externa de acompanhamento ao SGQ realizada a 03 e 04 de setembro.

Paralelamente a empresa procedeu a uma revisão intensa de todos os seus procedimentos de trabalho fundamentais, tendo sido esta uma consequência da implementação na nova gestão documental, que fruto de uma nova dinâmica de abordagem dos processos obrigou a um repensar de toda a forma de atuação e tramitação processual, adequada às novas dinâmicas exigidas pela nova aplicação. Este é obrigatoriamente um processo dinâmico, em continua evolução, e essencialmente suportado nas experiências vivenciadas através da tramitação processual que permitem às equipes identificar continuas oportunidades de melhoria.

A empresa manteve a sua política e estratégia organizacional e deu continuidade às mudanças necessárias à evolução do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) nomeadamente através da revisão de sistema, medindo ao longo do ano um total de 68 indicadores, divididos pelo vários processos, numa clara aposta num processo que se pretende abrangente e robusto, tendo por base uma análise assertiva aos contextos internos e externos sempre com o foco no cliente e restantes partes interessadas da nossa atividade, valorizando as várias oportunidades de melhoria e identificando com particular atenção os riscos à operação da empresa.

Em 2024, foram registadas e tratadas 29 ações de melhoria diretamente relacionadas com a atividade da empresa, monitorizados 68 indicadores dos vários processos, revistos um total de 45 documentos estruturais de sistema, entre procedimentos, instruções de trabalho e formulários e auditados 4052 processos da manutenção habitacional, mantendo assim o foco no que se pretende do SGQ, o processo por excelência de melhoria continua que garante a qualidade dos serviços prestados, bem como a elevada satisfação dos clientes e restantes partes interessadas.



A MH, procura ao longo dos anos um caminho de evolução assente no desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua, orientada para o desenvolvimento dos seus processos de forma sustentada, neste momento surge como fundamental a introdução de novas análises que

promovam ainda mais estes princípios básicos na evolução da empresa. Com base neste pressuposto, e nos resultados obtidos nos workshops desenvolvidos no processo Kaizen, iniciamos em 2024 uma mudança a todos os níveis no processo de atendimento dos nossos munícipes, que envolveu as suas várias dimensões, presencial, telefónica e digital. Este processo pretende revolucionar por completo a relação da MH com todas as suas partes interessadas, sendo a sua face mais visível a remodelação da Loja da Habitação e a implementação de um espaço de Call Center com quatro postos de atendimento e ferramentas de monitorização de chamadas.

No âmbito do processo de melhoria Kaizen, que teve ao longo de 2024, processo que visa criar mais valor para o cliente através do aperfeiçoamento de processos e da eliminação de tarefas desnecessárias, foram utilizadas várias ferramentas para melhorar os resultados e promover uma cultura de organização, nomeadamente através da realização de workshops de discussão dos procedimentos em vigor, com um foco na sua melhoria e da criação de dashboards de medição de performance dos processos que resultaram na remodelação de todo o espaço de atendimento ao munícipe.

Hoje, o Sistema de Gestão de Qualidade deixou de ser simplesmente um diferencial competitivo para se tornar um critério qualificador, este é sem sombra de dúvida um conceito que faz com que a empresa se consiga destacar no mercado, satisfazer os seus clientes, superar as suas expectativas e elevar o seu prestígio no panorama da habitação social nacional.

3.2. Informática e Telecomunicações

Em 2024 e com o objetivo de proceder à reformulação dos sistemas de suporte à sua atividade, a MH iniciou a implementação de um sistema documental que garanta uma maior flexibilidade e melhor resposta às necessidades da sua atividade:

Gestão documental – A MH procedeu à implementação de um sistema de Gestão Documental e respetivos workflows, num total de 26 workflows. O sistema dá suporte à gestão com ambiente de backoffice via web/browser, plataforma na qual se disponibilizam interfaces/serviços padronizados no sistema. Iniciamos ainda a disponibilização de um conjunto de interfaces/serviços padronizados no Sistema para exploração de informação através de um conjunto de indicadores / relatórios / dashboards para cada workflow.

Balcão de Atendimento Virtual – A MH iniciou a implementação no sistema um ambiente de Self-Service ou de serviços ao cliente, usando canais WEB para acesso pelos seus clientes, credenciados através de registo individual, cartão do cidadão ou chave móvel digital, protocolando com a Agência para a Modernização Administrativa este processo.

Gestão de Reuniões – Iniciamos ainda com este módulo a disponibilização de uma aplicação que permita gerir online e em tempo real todo o processo associado à preparação e acompanhamento de reuniões. A aplicação permite o envio de convocatória, definir tópicos a discutir, ações a tomar antes, no decorrer e após a reunião, aprovação e assinatura de propostas, e elaboração/envio da ata da reunião.

A constante renovação do parque informático da empresa mereceu uma atenção especial. Durante o ano de 2024 foram renovados entre outros materiais, computadores, monitores e outros periféricos informáticos, proporcionando assim as melhores condições de trabalho aos nossos colaboradores sempre à medida das suas necessidades, contribuindo para que possam prestar aos munícipes um serviço de excelência.

Em 2024 procedemos à implementação de um espaço de um Call Center, valorizando assim o processo de atendimento telefónico dos munícipes. Este processo consistiu na criação de um espaço físico apropriado às necessidades, com quatro postos de atendimento apoiados em tecnologia que permite o acompanhamento continuo dos fluxos de chamadas e respetivas ferramentas de controlo, dashboard estatístico e gestão da fila de espera. Este processo permitiu atingir um service level médio de 77%, tendo como objetivo o atendimento das chamadas em amenos de um minuto.

Demos ainda continuidade ao processo de apoio às necessidades dos colaboradores da empresa através de assistências a avarias, apoio a duvidas e solução de necessidades informáticas especificas, tendo procedido à implementação de uma ferramenta de gestão de pedidos informáticos.

Apreciação dos Resultados do Exercício e Proposta de sua aplicação

APRECIAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA APLICAÇÃO

Através da publicação do INE da lista retificada das entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas a MH faz parte das empresas reclassificadas nos subsetores regionais e locais e como tal fica abrangida pelas novas normas do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas).

A MH em 2024, dando cumprimento a esta imposição, apresenta o Relatório e Contas obedecendo ao normativo contabilístico SNC-AP.

A MH tem como principal fonte de receita as rendas faturadas pelos fogos ocupados, cujo cálculo obedece a critérios previamente definidos pelo regime jurídico da renda apoiada que determina o montante de faturação e consequentemente o principal rendimento da empresa.
Como forma de colmatar as diferenças entre as rendas apoiadas e as rendas técnicas é celebrado um Contrato Programa com o Município de Matosinhos que constitui uma fonte de rendimento importante para a empresa.

Com base nestes rendimentos a atividade da MH desenvolveu-se tendo como princípios basilares a afetação equilibrada dos seus recursos às necessidades mais prementes da empresa seja no âmbito da gestão patrimonial e social do parque habitacional, mas também em todos os programas que lhe estão delegados pelo Município de Matosinhos. Entre estes destaca-se as competências delegadas na MH com a implementação, gestão e monitorização da Estratégia Local de Habitação nomeadamente, a elaboração e submissão de candidaturas ao Programa 1.º Direito/PRR, de promoção municipal e dos Beneficiários Diretos (privados).

Refira-se ainda que por inerência da sua atividade, acentuada pela gestão de proximidade que executa nos conjuntos habitacionais, deve aferir e comunicar ao Município de Matosinhos as necessidades de efetuar obras de reabilitação nas habitações, equipamentos e infraestruturas nos edifícios e nos espaços exteriores aos conjuntos habitacionais.

Estas obras de reabilitação nos fogos, espaços comuns e exteriores, bem como as obras de requalificação nos conjuntos habitacionais, excedem as competências da MH – no sentido da assunção da responsabilidade financeira pois que consistem em investimento no património da autarquia, pelo que deverão ser assumidas integralmente pelo Município.
A MH tem vindo a celebrar Contratos de Prestação de Serviços com o Município, para a execução destas obras e/ou prestações de serviços, assegurando que os encargos imputados são apenas decorrentes das adjudicações efetuadas para a realização das mesmas. Em 2024 a MH apresenta uma faturação, no âmbito dos Contratos de Prestações de Serviços, efetuados, no montante de 2.086.509.40€.

Feita esta introdução, que permite uma melhor avaliação do esforço necessário para o equilíbrio económico-financeiro da MH, apresenta-se uma análise sucinta das rubricas mais relevantes do Balanço e Demonstração dos Resultados de 2024.
"Balanço"

- **"Ativo não Corrente"**

Conforme nota 3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras verificam-se os seguintes acréscimos ao Ativo não Corrente:

A conta de "**Ativos Intangíveis** ", apresenta um acréscimo de 83.283,30€, referente, à aquisição de software "Gestão Documental, Gestão de Reuniões e Balcão de Atendimento Virtual", que visa permitir uma maior flexibilidade e melhor resposta às necessidades da atividade da MH, uniformizando os procedimentos, criando uma maior integração dos sistemas e informação de gestão.

Quanto ao aumento de 96.765,96€ verificado na rubrica de "**Ativos Fixos Tangíveis**", deste valor 78.872,27€ corresponde a obras de reabilitação efetuadas na área de atendimento ao público e à necessidade de melhoria da qualidade de iluminação e climatização dos diferentes gabinetes de trabalho da MH. 16.322,76€ com Equipamento Administrativo, com a aquisição de material informático e administrativo, nomeadamente, telemóveis, computadores, monitores e algum mobiliário de escritório. O valor residual de 1.570,93€ refere-se a pequenas aquisições de ferramentas necessárias para a atividade do piquete de manutenção.

- **"Clientes"**

No ano de 2024, foram recuperados cerca de 113.000,00€ de débitos de renda.
Os débitos de Clientes de renda de habitação social aumentaram em 53.347,08€, representando um acréscimo de 6,74% em relação a 2023.

	2023	2024	Variação	Δ %
Clientes de rendas de Habitações:				
Débitos	791 125,86	844 472,94	53 347,08	6,74%

- **"Fornecedores"**

A conta de "Fornecedores" ascende a 46.249,78€, sendo que 36.649,79€ respeitam a "Fornecedores por Cauções", o que evidencia a não existência de pagamentos em atraso que possam ser abrangidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

- **"Dívidas ao Estado e outros Entes Públicos"**

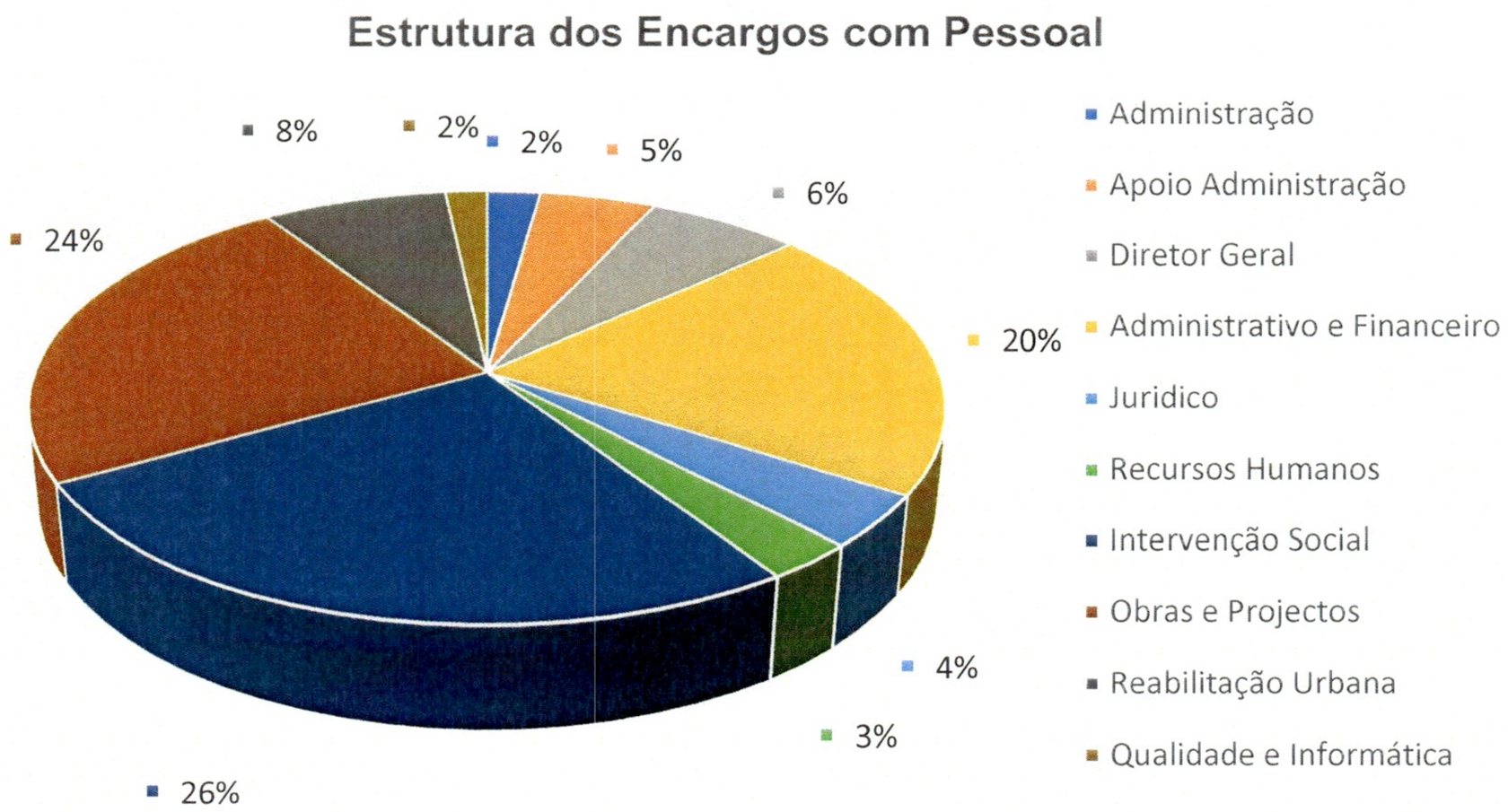
As dívidas ao Estado e outros Entes Públicos, conforme nota 24.1 do anexo ao Balanço, reflete os valores das contribuições e impostos a liquidar ao Estado, cujos pagamentos são efetuados dentro dos prazos legais.

"Gastos do Exercício"

- **"Gastos com Pessoal"**

Nos Gastos do Exercício salienta-se a rubrica de Gastos com Pessoal (Remunerações e Encargos Obrigatórios) que ascende ao valor de 2.435.142,11€, traduzindo um acréscimo de 12% relativamente ao ano transato.
Este aumento advém de novas contratações efetuadas e dos aumentos salariais obrigatórios.

Apresenta-se a sua repartição por sectores de atividade:



- **"Fornecimentos e Serviços Externos"**

A rúbrica de Fornecimentos e Serviços Externos ascende a 4.380.329,98€, discriminados de acordo com o quadro abaixo:

Rubricas	Valor
Subcontratos	3 314 010,89
Trabalhos Especializados	345 459,56
Publicidade	19 375,36
Vigilância e Segurança	28 828,62
Conservação e Reparação	52 690,08
Encargos Bancários	16 306,59
Materiais	20 091,71
Energia e Fluídos	276 259,95
Deslocações e Estadas	10 742,33
Rendas e Alugueres	207 947,01
Comunicação	47 960,41

Seguros		4 660,24
Contencioso		3 816,24
Limpeza, Higiene e Conforto		19 406,76
Outros Serviços		12 774,23
	Total	**4 380 329,98**

O valor de 3.314.010,89€, inscrito em **Subcontratos**, respeita às intervenções efetuadas nos conjuntos habitacionais, dos quais 2.086.509,40€, foram realizados em obras de grande reabilitação e projetos no âmbito dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados com o Município. Tendo em conta a importância da realização destas obras de beneficiação do Parque Habitacional do Município de Matosinhos importa comparar com os valores realizados em 2023, verificando-se conforme quadro abaixo que existiu uma redução na execução de grandes obras em 74%.

Reabilitação e Grande Reparação				
	2024	**2023**	**Δ**	**Δ%**
Reabilitação de Fogos	1 844 710,64	2 312 102,61	-467 391,97	-20,22%
Revisões de Preços	100 755,01	241 797,37	-141 042,36	-58,33%
Fiscalização	25 820,00	66 590,00	-40 770,00	-61,23%
Reabilitação de Equipamentos	27 449,75	29 699,75	-2 250,00	-7,58%
Projetos de Reabilitação	87 774,00	72 224,00	15 550,00	21,53%
Total	2 086 509,40	2 722 413,73	2 019 198,90	74,17%

Em termos de conservação e manutenção do Parque Habitacional com recurso aos meios financeiros da MH foram efetuadas as seguintes intervenções:

Conservação e Manutenção:	
Habitações	747 611,94
Espaços Comuns	216 548,68
Coberturas e Telhados	95 446,29
Equipamentos Sociais	23 127,45
Ajudas Técnicas	25 866,40
Higiene e Salubridade	114 386,63
Total	1 222 987,39

Para além destas intervenções foram gastos cerca de 4.500,00€ com a limpeza das zonas comuns dos conjuntos habitacionais.

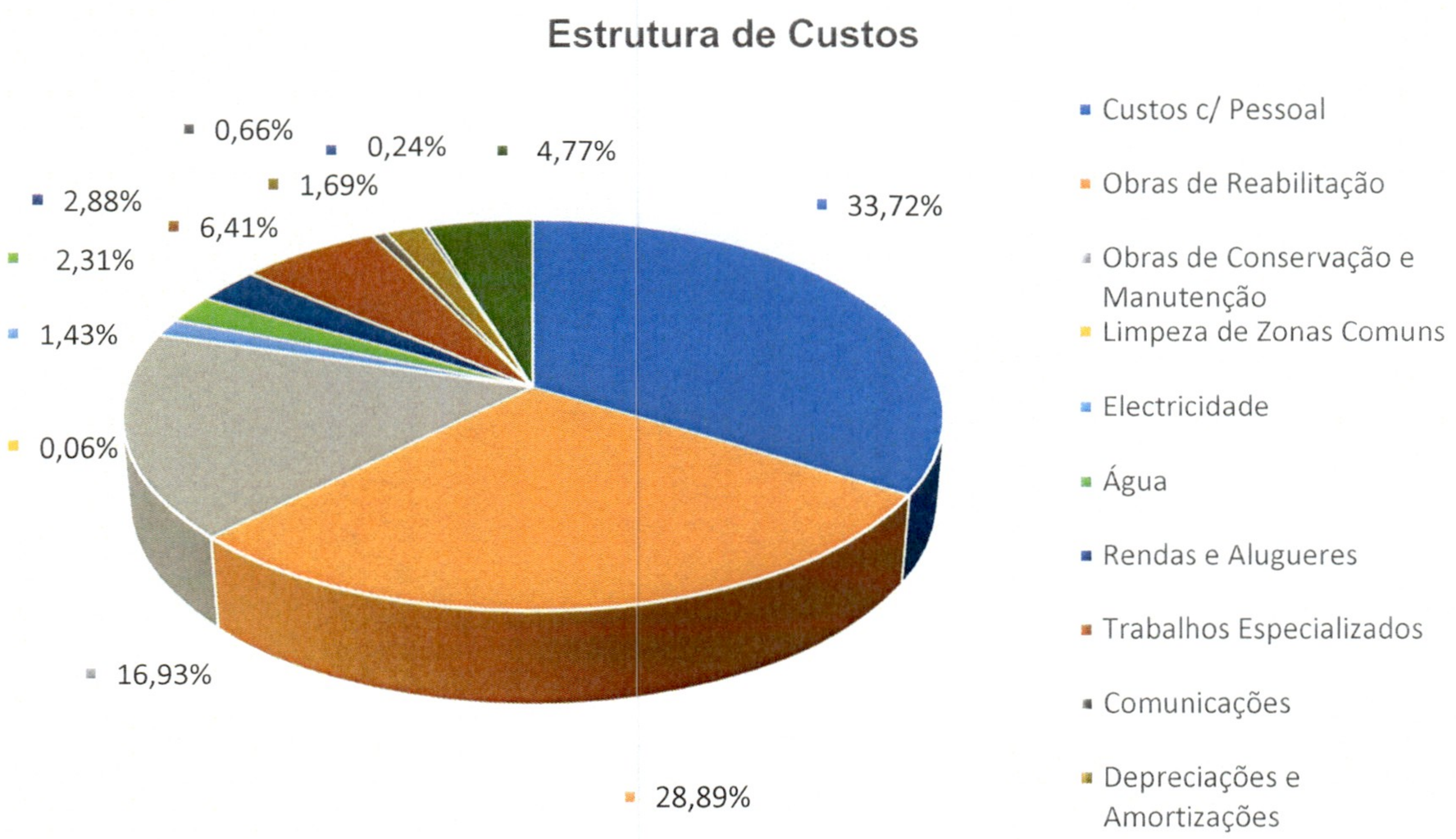
Destacam-se, ainda pela sua relevância na estrutura de custos, os gastos com energia e água, no valor total de 269.986,51€ que correspondem essencialmente aos gastos com os espaços comuns dos conjuntos habitacionais.

As restantes rubricas representam os gastos com outros fornecimentos e serviços indispensáveis para a atividade desenvolvida pela empresa, nomeadamente em serviços especializados, rendas e alugueres de equipamento, comunicações e serviços diversos.

- **"Imparidades"**

O valor das Imparidades por dividas a receber registou um valor negativo de 78.797,30€. Este valor resulta da diferença das imparidades de clientes efetuadas em 2024 que ascendeu a 17.051,63€ e das reversões às imparidades no valor de 95.848,93€. Este valor traduz o valor de débitos de rendas recebidos de anos anteriores e cujas imparidades já estavam efetuadas nos anos respetivos, constituindo deste modo um rendimento de exploração.

Apresenta-se de seguida a estrutura de custos inerentes à atividade da empresa:



"Rendimentos do Exercício"

- **"Prestações de Serviços"**

Nos Proveitos do exercício na conta "Prestações de Serviços – Rendas MH" verifica-se um acréscimo das rendas faturadas na ordem dos 8,91% resultante das atualizações de renda efetuadas, bem como da aplicação de rendas máximas.

	2023	2024	Variação	Δ%
Faturação	3 730 144,82	4 062 609,72	332 464,90	8,91%

A rubrica de Prestações de Serviços inclui ainda o montante de 2.086.509,40€ respeitantes aos contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Município de Matosinhos e a MH para a realização de obras de reabilitação nos conjuntos habitacionais. Estas obras respeitam a adjudicações contratualizadas pela MH pelo montante dos contratos celebrados e cuja

contabilização está expressa na conta de custos "Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos CMM".

- **"Subsídios à Exploração"**

A título de Subsídios à Exploração foi contabilizado o valor de 845.000,00€, respeitante ao Contrato-Programa celebrado entre a CMM e a MH, de acordo com o preceituado na Lei n.º 50/ 2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em temos de execução orçamental apresenta-se mapa resumo da receita e despesa a 31 de dezembro de 2024.

Período: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024				
	Designação	**Dotação Atual**	**Execução**	**% Execução**
	RECEITAS			
	RECEITAS CORRENTES			
01	Impostos Diretos	1,00	0,00	0,00%
05	Rendimentos de Propriedade	3 809 140,00	3 980 048,77	104,49%
06	Transferências Correntes	874 737,19	852 782,02	97,49%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	3 312 604,01	2 270 084,93	68,53%
08	Outras Receitas Correntes	100,00	54 240,04	54240,04%
	Total das Receitas Correntes	**7 996 582,20**	**7 157 155,76**	**89,50%**
	OUTRAS RECEITAS			
16	Saldo de Gerência Anterior	450 542,29		0,00%
	Total das Outras Receitas	**450 542,29**		**0,00%**
	Total Geral	**8 447 124,49**	**7 157 155,76**	**84,73%**
	DESPESAS			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Despesas com Pessoal	2 430 728,50	2 391 314,77	98,38%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5 494 725,13	4 422 608,66	80,49%
03	Juros e outros Encargos	200,00	0,00	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	415 484,86	262 355,41	63,14%
	Total das Despesas Correntes	**8 341 138,49**	**7 076 278,84**	**84,84%**
	DESPESAS DE CAPITAL			
07	Aquisição de Bens de Capital	105 986,00	104 281,26	**98,39%**
11	Outras Despesas de Capital			
	Total das Despesas Capital	**105 986,00**	**104 281,26**	**98,39%**
	Total Geral	**8 447 124,49**	**7 180 560,10**	**85,01%**

Da leitura do mapa supra verifica-se que a taxa de execução da receita e despesa ascendeu a 89,50% e 85,01% respetivamente.
O valor inscrito na rubrica de "Rendimentos de Propriedade "respeita essencialmente a recebimento de rendas de habitação, tendo ultrapassado o valor estimado no orçamento 2024.

Conforme mapa das demonstrações da execução orçamental, considera-se relevante a análise das rubricas mais significativas.

"Receita Orçamental"

- **"Rendimentos de Propriedade"**

O valor inscrito na rubrica de "Rendimentos de Propriedade" respeita essencialmente ao valor recebido pelas rendas faturadas às habitações sociais no montante de 3.980.048,77€, representando um acréscimo de 170.908,77€ ao valor estimado no orçamento de 2024 no montante de 3.809.140,00€, resultando numa taxa de execução de 104,49%.
Verifica-se em 2024 um aumento da taxa de faturação de rendas em 8,91%. A taxa de cobrança anual manteve -se nos 96%.

Apresenta-se mapa da evolução da faturação e dos recebimentos de 2021 a 2024, que evidencia referido acima.

	2021	2022	2023	2024	Δ (2024/2023)	Δ % (2024/2023)
▪**Faturação de Rendas**	3 412 553,99	3 426 801,38	3 730 144,82	4 062 609,72	332 464,90	8,91%
▪**Recebimentos da faturação do ano**	3 217 064,91	3 270 777,52	3 575 417,96	3 899 610,89	324 192,93	9,07%
▪**Taxa de Cobrança anual**	94,27%	95,45%	96,00%	96,00%	0,00%	0,00%
▪**Recebimentos Totais**	3 383 645,61	3 448 916,99	3 757 984,20	3 980 048,77	222 064,57	5,91%
▪**Recebimentos por débitos em atraso**	166 580,70	178 139,47	183 395,09	112 836,09	-70 559,00	-38,47%

Em comparação com o ano anterior de 2023, verifica-se um decréscimo na recuperação de divida, que poderá ser explicado com a aplicação de rendas máximas e com um aumento da formalização de acordos, que transforma a divida vencida em divida vincenda (futura).

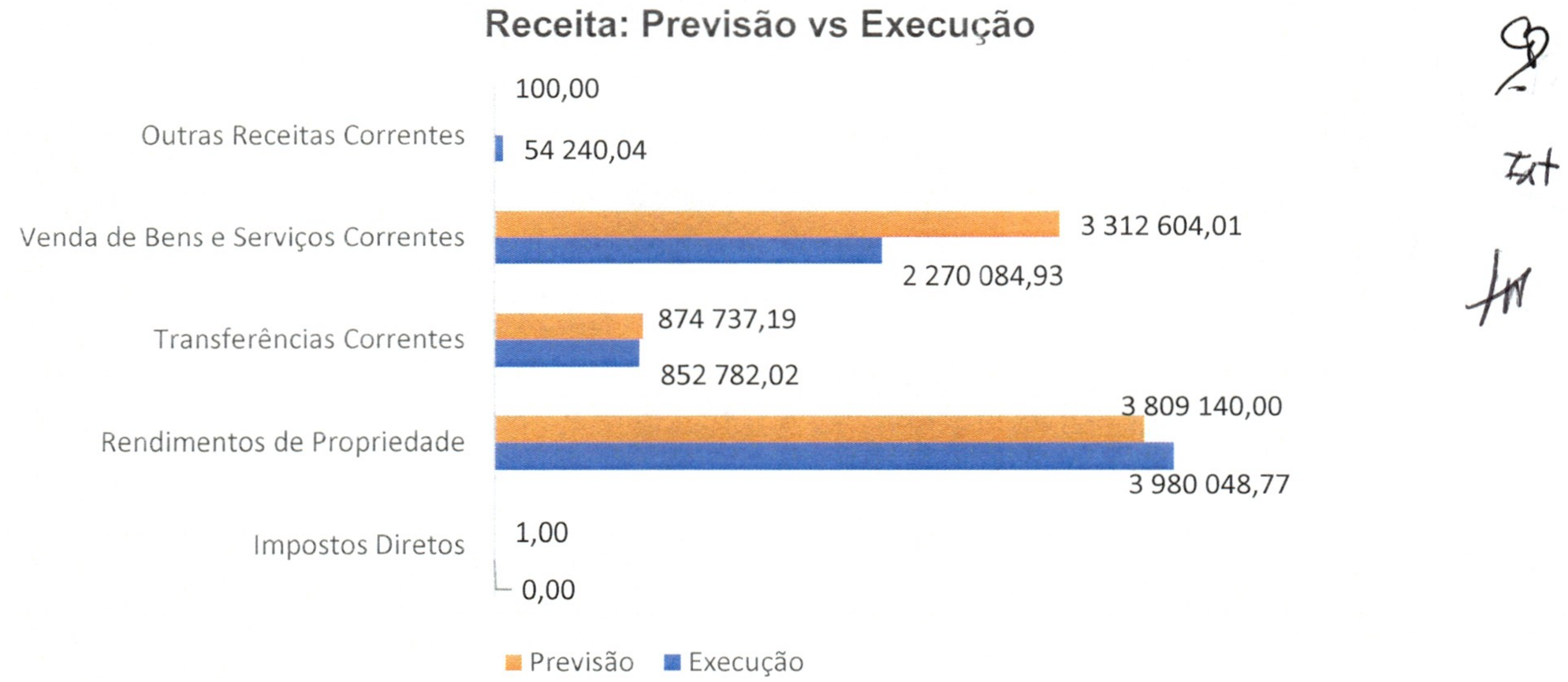
- **" Transferências Correntes"**

A rubrica de "Transferências Correntes" respeita aos valores recebidos no âmbito do Contrato Programa celebrado com o Município de Matosinhos e o montante recebido no âmbito da candidatura Municipal às Comunidades Carenciadas, dentro do PRR, que ascendeu a 852.782,02€, conforme já analisado na conta patrimonial – Subsídios à Exploração.

- **"Vendas de Bens e Serviços Correntes"**

O montante considerado na rubrica de "Vendas de Bens e Serviços Correntes" contempla essencialmente os valores recebidos pela faturação à CMM, no âmbito dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados, pela realização de obras de reabilitação e projetos para execução de obras nos conjuntos habitacionais no montante de 2.222.124,61€. Para além deste valor inclui ainda o valor recebido pelas taxas de vistorias de 14.454,66€.

Apresenta-se gráfico da Previsão / Execução do orçamento da receita orçamental de 2024:



"Despesa Orçamental"

- **"Aquisição de Bens e Serviços"**

A despesa inscrita em "Aquisição de Bens e Serviços" ascendeu ao valor de 4.422.608,66€, distribuídos pelas seguintes rubricas:

Aquisição de Bens e Serviços	
- Aquisição de Bens	34 921,33
- Aquisição de Serviços	
Encargos de Instalação	270 733,31
Limpeza e Higiene	22 764,66
Conservação de Bens	
Reabilitação e Grande Reparação	2 114 885,65
Conservação e Manutenção nos Conjuntos Habitacionais	1 222 987,39
Locação de Edifícios, Material Informático e de Transporte	206 289,51
Comunicações	50 220,43
Trabalhos Especializados	344 786,29
Outros	155 020,09
Total	4 422 608,66

O valor com as despesas de Aquisição de Bens e Serviços verificaram uma diminuição de 9,90% em relação ao ano transato, que se deve em grande parte à redução da rubrica de Reabilitação e Grande Reparação que em 2023 ascendeu a 2.753.866,39€.

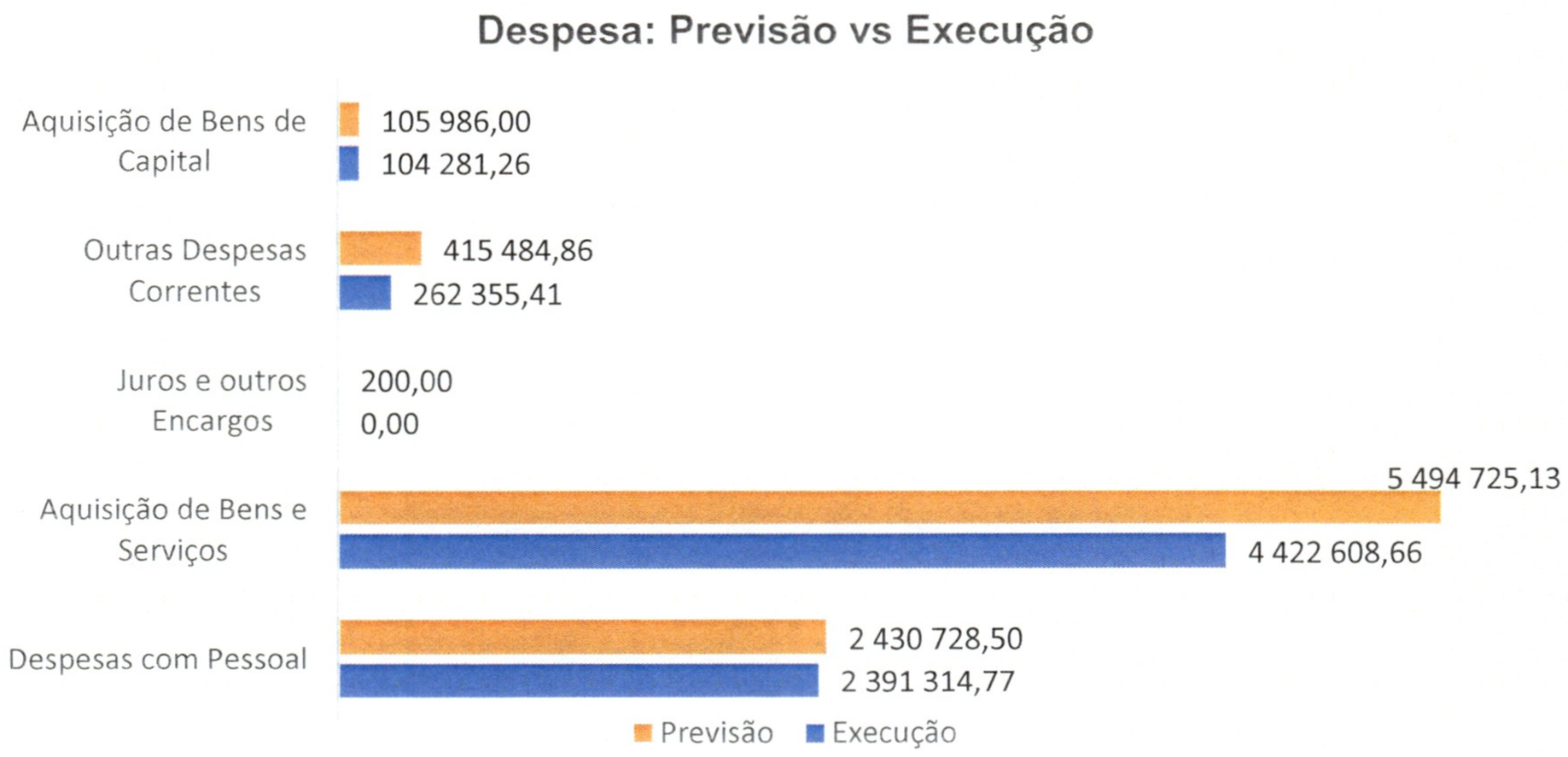
- **"Outras Despesas Correntes"**

A rubrica "Outras Despesas Correntes" incluem impostos, taxas e outras despesas. Relativamente a impostos e taxas o valor ascendeu a 12.129,81€. Na parte de outras despesas destaca-se o valor de 155.758,45€ respeitante ao IVA a pagar à Autoridade Tributária, e o valor

de 60.215,10€ referente ao pagamento das quotas de condomínio das frações que pertencem ao Parque Habitacional do Município de Matosinhos, sob a responsabilidade da MH.

"Despesas de Capital"

Relativamente às Despesas de Capital, no montante de 104.281,26€, respeitam essencialmente à aquisição de software "Gestão Documental, Gestão de Reuniões e Balcão de Atendimento Virtual", sendo o restante em equipamentos diversos já explicados na conta dos Ativos Fixos. Apresenta-se gráfico da Previsão / Execução do orçamento da despesa orçamental de 2024:



Para além da obrigatoriedade da aplicação do normativo contabilístico SNC-AP e reforçando que a MH integra as empresas reclassificadas nos subsetores regionais e locais, deve obedecer à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), pelo que todas as aquisições foram objeto de compromisso, sendo que estes foram atribuídos de acordo com os Fundos Disponíveis existentes, garantindo o risco de liquidez para as obrigações contratadas.

De acordo com as peças contabilísticas apresentadas a MH não está sujeita aos critérios vertidos no artigo 62.º n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atualizada, ficando assim salvaguardada a sua continuidade, para exercer as atividades delegadas pelo Município de Matosinhos.

Por último importa referir que no momento de apresentação deste relatório pese as adversidades a nível mundial, seja pelos conflitos de guerra existentes seja pelos impactos que se repercutem na economia mundial a Administração desta Empresa está convicta que saberá adaptar as medidas à conjuntura futura e por tal não prevê que possa estar em causa a continuidade da empresa.

O exercício de 2024 apresenta um resultado líquido positivo de 52.351,37€ propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

Aprovado pelo Conselho de Administração da MH, em reunião ordinária de 31 de março de 2025.

A Presidente do Conselho de Administração

(Eng.ª Manuela Álvares)

A Administradora Executiva

(Eng.ª Helena Vaz)

O Administrador Não-Executivo

(Dr. Carlos Mouta)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

MATOSINHOS HABIT - MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
N.º Contribuinte: 504597221

BALANÇO do período findo em 31 de dezembro 2024 **U.M. EUR**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/12/2024	DATAS 31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	434 241,02	433 885,25
Ativos intangíveis	3	66 862,69	85 309,69
Outros ativos financeiros		12 510,84	12 792,38
		513 614,55	531 987,32
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	435 217,77	274 237,72
Estado e outros entes públicos	24.1	7 008,14	13 050,28
Outras contas a receber	18.2	24 854,57	102 299,64
Diferimentos		2 210,88	800,09
Caixa e depósitos	1.1	584 879,82	626 455,88
		1 054 171,18	1 016 843,61
Total do Ativo		1 567 785,73	1 548 830,93
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		264 362,89	264 362,89
Reservas legais		81 658,22	81 658,22
Outras reservas		46 834,43	46 834,43
Resultados transitados		549 351,14	526 896,50
Resultados líquido do período		52 351,37	22 454,63
Total do Património Liquido		994 558,05	942 206,67
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		-	-
Provisões		-	-
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	18.3	46 249,78	95 252,52
Estado e outros entes públicos	24.1	38 770,83	75 083,70
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	18.3	488 207,07	436 288,04
Diferimentos		-	-
		573 227,68	606 624,26
Total do Passivo		573 227,68	606 624,26
Total do Património Líquido e Passivo		1 567 785,73	1 548 830,93

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(A Presidente, Eng.ª Manuela Álvares)

(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 31 de março de 2025
MATOSINHOSHABIT-MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
N.º Contribuinte: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS do período findo em 31 de dezembro 2024 U.M. EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2024	PERÍODOS 2023
Prestações de serviços	13	6 163 573,78	6 474 974,93
Trabalhos para a própria entidade		7 782,02	0,00
Transferências e subsídios correntes	24.3	845 000,00	700 601,72
Fornecimentos e serviços externos	24.4	-4 380 329,98	-4 882 385,36
Gastos com o pessoal	19	-2 435 142,11	-2 146 097,35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	78 797,30	47 643,97
Aumentos / Reduções de justo valor		-281,54	63,68
Outros rendimentos e ganhos	24.5	7 175,91	27 015,93
Outros gastos e perdas	24.6	-91 899,00	-77 948,31
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		194 676,38	143 869,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-122 372,49	-109 756,53
Resultado operacional (antes de gastos fin. imp.)		72 303,89	34 112,68
Juros e gastos similares suportados	24.7	0,00	-111,68
Resultados antes de impostos		72 303,89	34 001,00
Imposto sobre o rendimento do período		-19 952,52	-11 546,37
Resultado líquido do período		52 351,37	22 454,63

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes

(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(A Presidente, Eng.ª Manuela Álvares)

(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 31 de março de 2025

MATOSINHOSHABIT-MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
N.º Contribuinte: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO do período findo em 31 de dezembro 2024

U.M. EUR

DESCRIÇÃO		Notas	PATRIMÓNIO LIQUIDO								
			Capital/ património realizado	Outros instrumentos do patr. Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Outras variações no patr.liquido	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01.01.2023	1		264 362,89	-	81 658,22	46 834,43	430 844,26	-	-	94 784,86	918 484,66
Alterações no período											
Aplicação do resultado líquido do período anterior			-	-	-	-	94 784,86	-	-	(94 784,86)	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido			-	-	-	-	1 267,38	-	-	-	1 267,38
Total de alterações no período	2		-	-	-	-	96 052,24	-	-	(94 784,86)	1 267,38
Resultado líquido do período	3									22 454,63	22 454,63
Resultado integral	4=2+3									(72 330,23)	23 722,01
Operações com detentores de capital no período											-
Realização de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31.12.2023	6=1+2+3+5		264 362,89	-	81 658,22	46 834,43	526 896,50	-	-	22 454,63	942 206,67

U.M. EUR

DESCRIÇÃO		Notas	PATRIMÓNIO LIQUIDO								
			Capital/ património realizado	Outros instrumentos do patr. Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Outras variações no patr.liquido	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01.01.2024	1		264 362,89	-	81 658,22	46 834,43	526 896,50	-	-	22 454,63	942 206,67
Alterações no período											
Aplicação do resultado líquido do período anterior			-	-	-	-	22 454,63	-	-	(22 454,63)	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido			-	-	-	-	0,01	-	-	-	0,01
Total de alterações no período	2		-	-	-	-	22 454,64	-	-	(22 454,63)	0,01
Resultado líquido do período	3									52 351,37	52 351,37
Resultado integral	4=2+3									29 896,74	52 351,38
Operações com detentores de capital no período											-
Realização de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31.12.2024	6=1+2+3+5		264 362,89	-	81 658,22	46 834,43	549 351,14	-	-	52 351,37	994 558,05

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes

(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 31 de março de 2025

MATOSINHOSHABIT-MH, EM
Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º
4450-023 MATOSINHOS
N.º Contribuinte: 504597221

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO em 31 de dezembro 2024 **U.M. EUR**

RUBRICA	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		6 250 133,70	6 663 020,80
Recebimento do contrato programa		845 000,00	695 000,00
Pagamentos a fornecedores		(4 422 608,66)	(4 909 105,92)
Pagamentos ao pessoal		(2 391 314,77)	(2 117 931,92)
Caixa gerada pelas operações		281 210,27	330 982,96
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 533,54)	23 991,41
Outros recebimentos/pagamentos		(212 971,53)	(118 542,38)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**62 705,20**	**236 431,99**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(96 765,96)	(68 068,37)
Ativos intangíveis		(7 515,30)	(90 165,15)
		(104 281,26)	(158 233,52)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(104 281,26)**	**(158 233,52)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Amortizações cont. locação financeira		-	-
Juros e gastos similares		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-**	**-**
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		(41 576,06)	78 198,47
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.1	626 455,88	548 257,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.1	584 879,82	626 455,88
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no inicío do período		626 455,88	548 257,41
Parte do saldo de gerência que não constituí equivalentes de caixa		175 913,59	101 891,01
Saldo da gerência anterior		450 542,29	446 366,40
De Execução orçamental		450 542,29	446 366,40
De operações de tesouraria		175 913,59	101 891,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período		584 879,82	626 455,88
Parte do saldo de gerência que não constituí equivalentes de caixa		157 741,87	175 913,59
Saldo para a gerência seguinte		427 137,95	450 542,29
De Execução orçamental		427 137,95	450 542,29
De operações de tesouraria		157 741,87	175 913,59

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes

(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 31 de março de 2025

Anexo - Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM
Sede: Rua Alfredo Cunha 99-1º Código Postal 4450-023 Matosinhos
Natureza Jurídica: Empresa Municipal, E.M.

O período de relato abrangido pelas presentes demonstrações financeiras corresponde a 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.
As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP para a apresentação de demonstrações financeiras, por sua vez as notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente Anexo.

1.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, art.º 3º, de 11 de setembro, incluindo as entidades públicas reclassificadas.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela seguinte ordem:

a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
b) O SNC;
c) As Normas Internacionais de Contabilidade;

Não se registaram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com o SNC-AP.
Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis nos dois períodos apresentados.

Não houve necessidade de proceder a qualquer reclassificação das quantias comparativas decorrentes de quaisquer erros reportados a períodos anteriores e não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Empresa que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a caraterística qualitativa das informações disponibilizadas.

e) Desagregação de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta		**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa	Numerário	2 300,00 €	4.062,93 €
	...		
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	582 579,82 €	622 392,95 €
	Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
	...		
Total de caixa e depósitos		**584 879,82 €**	**626 455,88 €**

2 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis que se encontram reconhecidos compreendem essencialmente programas de computador.

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

	Anos	Taxa de Amortização
Programas de Computador	3	33,33%

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento de transporte	1-10
Equipamento administrativo	1-8
Outros ativos fixos tangíveis	1-10

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo é registado como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Imparidade de ativos

Sendo a Imparidade uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial serviço de um ativo, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são avaliadas em cada relato para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, a MH procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável é determinada pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o seu valor de uso, isto é, o justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. Sendo que, o valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando a quantia escriturada de um ativo seja reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia for menor do que a quantia escriturada estamos perante uma perda por imparidade que é reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

A MH reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, quando aplicável, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

h) Rendimentos

A MH aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a MH benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestação de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Subsídios correntes obtidos

Os subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a MH cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Regime de acréscimo

A MH regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas: outros créditos a receber, outras dívidas a pagar ou diferimentos.

j) Partes relacionadas

A MH identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes. Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:
- As entidades do perímetro de consolidação do Grupo Município de Matosinhos;
- O Fiscal Único;
- As pessoas chave da gestão;

k) Enquadramento fiscal

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 21% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 8,50% e 32,50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.
Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da MH e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no atual período de relato foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período de relato anterior.

Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o período seguinte, a menos que: (a) seja evidente, depois de uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou de uma revisão das suas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada tendo em atenção os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas da NCP 2; (b) uma outra NCP exija uma alteração na apresentação.

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

Continuidade

As demonstrações financeiras da MH foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados e elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período. A MH aplica as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, pelo que as alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

Os principais juízos de valor refletidos na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que após a data de relato sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Principais Fontes de Incerteza relativas ao futuro

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão da MH na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais que a MH poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

2.6. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o período de relato não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores ou existem fontes de incerteza que envolvam um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3 — ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos intangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo intangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

c) Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
44 – Ativos Intangíveis								
Programas de computador	73 879,10 €	64 337,41 €	0,00 €	9 541,69 €	157 162,40 €	90 299,71 €	0,00 €	66 862,69 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangiveis em Curso	75 768,00 €	0,00 €	0,00 €	75 768,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	**149 647,10 €**	**64 337,41 €**	**0,00 €**	**85 309,69 €**	**157 162,40 €**	**90 299,71 €**	**0,00 €**	**66 862,69 €**

d) Os ativos intangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações								
		Adições	Transf. Interna à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
44 – Ativos Intangíveis										
Programas de computador	9 541,69 €	83 283,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-25 962,30 €	0,00 €	0,00 €	66 862,69 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangiveis em Curso	75 768,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-75 768,00 €	0,00 €
Total	**85 309,69 €**	**83 283,30 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-25 962,30 €**	**0,00 €**	**-75 768,00 €**	**66 862,69 €**

e) Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes adições

Quadro 3.2 A - Ativos intangíveis – adições

Rubricas	Internas	Adições								
		Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação,Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
44 – Ativos Intangíveis										
Programas de computador	75 768,00 €	7 515,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83 283,30 €
Outros ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangiveis em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	**75 768,00 €**	**7 515,30 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**83 283,30 €**

5 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foram as seguintes:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
43 - Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e Outras Construções	975 311,96 €	567 524,21 €	0,00 €	407 787,75 €	1 054 184,23 €	644 636,97 €	0,00 €	409 547,26 €
Equipamento Básico	159,00 €	159,00 €	0,00 €	0,00 €	159,00 €	159,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de Transporte	49 000,00 €	49 000,00 €	0,00 €	0,00 €	49 000,00 €	49 000,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	570 539,82 €	546 893,92 €	0,00 €	23 645,90 €	586 862,58 €	569 899,06 €	0,00 €	16 963,52 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	107 163,26 €	104 711,66 €	0,00 €	2 451,60 €	108 734,19 €	101 003,95 €	0,00 €	7 730,24 €
Total	**1 702 174,04 €**	**1 268 288,79 €**	**0,00 €**	**433 885,25 €**	**1 798 940,00 €**	**1 364 698,98 €**	**0,00 €**	**434 241,02 €**

d) Os ativos fixos tangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Variações no período								
		Adições	Transf. Interna à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidades	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
43 - Ativos Fixos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e Outras Construções	407 787,75 €	78 872,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-77 112,76 €	0,00 €	0,00 €	409 547,26 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	23 645,90 €	16 322,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-23 005,14 €	0,00 €	0,00 €	16 963,52 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	2 451,60 €	1 570,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 707,71 €	0,00 €	0,00 €	7 730,24 €
Total	**433 885,25 €**	**96 765,96 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-96 410,19 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**434 241,02 €**

e) Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes adições:

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação,Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
43 - Ativos Fixos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e Outras Construções	0,00 €	78 872,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	78 872,27 €
Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	0,00 €	16 322,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 322,76 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00 €	1 570,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 570,93 €
Total	**0,00 €**	**96 765,96 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**96 765,96 €**

9 — IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

As imparidades decorrem da dificuldade financeira, incumprimento no pagamento ou probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

Durante o exercício findo em 31/12/2024, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	**Saldo inicial**	**Reforço**	**Reversão**	**Saldo final**
Imparidade de clientes	655 586,43	17 051,63	95 848,93	576 789,13
Imparidade de dívidas a receber	83 312,64	0,00	0,00	83 312,64
Total	**738 899,07**	**17 051,63**	**95 848,93**	**660 101,77**

13 — RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As Prestações de serviços ascendem ao valor de 6.163.573,78€ distribuídos da seguinte forma:

Prestação de Serviços	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Rendas	4 062 609,72 €	3 730 144,82 €
Outros Serviços	2 086 509,40 €	2 722 413,73 €
Vistorias	14 454,66 €	22 416,38 €
Total	**6 163 573,78 €**	**6 474 974,93 €**

Esta rubrica inclui o valor de 2.086.509,40€, recebidos no âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados entre a MH e a CMM.

17 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

17.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2025.

17.2 Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

Entre a data de balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações de alterações das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração até à data da elaboração das presentes demonstrações financeiras, não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade da sua atividade, embora a conjuntura económica atual, decorrente dos conflitos de guerra, principalmente com as implicações nos preços dos materiais e outros bens e serviços. No entanto estamos convictos que estes impactos não obriguem a suspender ou reduzir significativamente a atividade da Empresa.

Assim, a Administração entende que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

17.3 Atualização da divulgação acerca de condições à data de relato

Após o encerramento do período e até à emissão do presente anexo, não se registaram factos subsequentes suscetíveis de alterar as condições que existiam à data do balanço e de modificar a situação revelada nas contas.

18 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Nos termos da NCP 18 – Instrumentos financeiros, o reconhecimento de um ativo ou passivo financeiro ou de um instrumento de capital próprio, apenas ocorre quando a MH se torne uma parte das disposições contratuais dos mesmos. Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no património líquido apenas quando a MH emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a quantia a receber é reconhecida como ativo. São mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade acumuladas:

i. investimentos em obrigações não convertíveis;
ii. instrumentos financeiros desde que sejam à vista ou tenha uma maturidade definida; que os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, ou de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo -se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente:
    a. clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários;
    b. contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira, porém, qualquer alteração na quantia a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração dos resultados;
    c. empréstimos a entidades controladas ou associadas que sejam exigíveis;
    d. um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente não cumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida.

18.2 Quantia Escriturada dos ativos financeiros

No final do período de relato, encontra-se escriturada a seguinte quantia em ativos financeiros:

Valores 2024

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Clientes, contribuintes e utentes	1 012 006,90 €	576 789,13 €	435 217,77 €
Outras contas a receber	108 167,21 €	83 312,64 €	24 854,57 €

Valores 2023

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Clientes, contribuintes e utentes	929 824,15 €	655 586,43 €	274 237,72 €
Outras contas a receber	185 612,28 €	83 312,64 €	102 299,64 €

18.3. Quantia Escriturada dos passivos financeiros

No final do período de relato, encontra-se escriturada a seguinte quantia em passivos financeiros:

	Quantia escriturada 31.12.2024	Quantia escriturada 31.12.2023
Fornecedores c/c	9 599,99 €	14 031,57 €
Fornecedores - cauções	36 649,79 €	78 595,34 €
Fornecedores -faturas em receção e conferência	0,00 €	2 625,61 €
Fornecedores	**46 249,78 €**	**95 252,52 €**
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos	**0,00 €**	**0,00 €**
Empréstimos bancários	0,00 €	0,00 €
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos	**0,00 €**	**0,00 €**
Credores por acréscimo de gastos	359 849,26 €	331 015,56 €
Outros Credores	128 357,81 €	105 272,48 €
Outras Contas a Pagar	**488 207,07 €**	**436 288,04 €**

19 — BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

No período de relato, foram reconhecidos como gastos relativos a benefícios de curto-prazo:

Quadro 19.1 - Benefícios dos empregados

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações órgãos sociais	52 577,78 €	56 104,24 €
Remunerações do pessoal	1 894 936,80 €	1 642 495,85 €
Encargos sobre remunerações	437 254,30 €	383 535,51 €
Seguros de acidente no trabalho	28 256,96 €	24 849,20 €
Gastos de ação Social	3 587,30 €	32 032,10 €
Outros gastos com pessoal	18 528,97 €	7 080,45 €
Total	**2 435 142,11 €**	**2 146 097,35 €**

20 — PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contrato-programa para financiamento da atividade de exploração no montante de 845.000,00€ (Subsídio à Exploração).
No âmbito dos contratos de prestação de serviços celebrados entre a CMM e a MH, foi faturado o montante de 2.086.509,40€.

O valor de 10.149,12€ inscrito na conta "outras contas a receber e outras contas a pagar" refere-se a valores a regularizar com a CMM, a saber:

- PMAA – débito de 400,00€;
- Contratos de Prestação de Serviços – crédito de 10.549,12€

23 — DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

23.1 Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:

A Empresa não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.

23.2 Código Contributivo (art.º 210º):

A Empresa não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

23.3 Remunerações dos órgãos sociais

Os membros do Conselho de Administração tiveram remunerações até 31 de dezembro de 2024 no valor total de 52.577,78€.

24 — OUTRAS DIVULGAÇÕES

24.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica tinha a seguinte desagregação:

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Estimativa de imposto + tributação autónoma + derrama	19 952,52 €	11 546,37 €
Retenção na fonte IRC	623,64 €	623,63 €
Imposto a recuperar	23 973,02 €	23 973,02 €
Pagamento por conta	2 364,00 €	0,00 €
Pagamento Especial por Conta	0,00 €	0,00 €
	7 008,14 €	**13 050,28 €**
Passivo		
Estimativa de imposto + tributação autónoma + derrama	0,00 €	0,00 €
Retenção na fonte IRC	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	0,00 €	0,00 €
Pagamento Especial por Conta	0,00 €	0,00 €
Retenção IRS, Rendimentos prediais	1 657,50 €	0,00 €
IVA	37 113,33 €	75 083,70 €
Contribuições para a Segurança Social	0,00 €	0,00 €
Total	**38 770,83 €**	**75 083,70 €**

24.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 a empresa tinha assumido responsabilidade por garantia prestada, no âmbito do processo de IRC 2003, de acordo com a informação que se segue:

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
CGD	DGCI	IRC 2003	125 501,19 €

24.3 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

No âmbito do Contrato Programa efetuado com a CMM foi contabilizado 845.000,00€ como proveito em 2024.

Relativamente ao montante de 7.782,02€, este resulta do âmbito da candidatura Municipal das Comunidades Carenciadas, dentro do PRR.

24.4 Fornecimento e serviços externos

Quadro comparativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	3 314 010,89 €	3 770 031,17 €
Trabalhos especializados	345 459,56 €	429 312,40 €
Publicidade	19 375,36 €	4 701,28 €
Vigilância e segurança	28 828,62 €	26 530,93 €
Conservação e reparação	52 690,08 €	29 820,60 €
Encargos bancários	16 306,59 €	16 263,91 €
Materiais	20 091,71 €	14 299,07 €
Energias e fluídos	276 259,95 €	284 673,42 €
Deslocações e estadas	10 742,33 €	5 392,74 €
Rendas e alugueres	207 947,01 €	206 065,43 €
Comunicação	47 960,41 €	56 217,44 €
Seguros	4 660,24 €	4 184,97 €
Contencioso	3 816,24 €	8 932,06 €
Limpeza, higiene e conforto	19 406,76 €	18 890,35 €
Outros serviços	12 774,23 €	7 069,59 €
Total	**4 380 329,98 €**	**4 882 385,36 €**

24.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	24,63 €	101,01 €
Outros	7 151,28 €	26 914,92 €
Total	**7 175,91 €**	**27 015,93 €**

24.6 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros Gastos e Perdas" tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	1 202,87 €	383,58 €
Outros	0,00 €	0,01 €
Quotizações	7 100,00 €	8 100,00 €

Outros	83 596,13 €	69 464,72 €
Total	**91 899,00 €**	**77 948,31 €**

24.7 Juros e gastos similares suportados

Quadro comparativo dos juros e gastos similares suportados no período de 2024 e 2023:

Juros e Gastos Similares Suportados	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Locações financeiras	0,00 €	0,00 €
Juros de mora e compensatórios	0,00 €	111,68 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Total	**0,00 €**	**111,68 €**

Verifica-se que em 2024, não existiram quaisquer movimentos relacionados com juros e gastos similares suportados.

25— PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O exercício de 2024 apresenta um resultado líquido positivo no montante de 52.351,37€, propondo-se que este seja levado a Resultados Transitados.

26— IDENTIFICAÇÃO DOS ORGÃO SOCIAIS

26.1 Período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Carvalho Álvares
NIF: 161198198
Cargo: Presidente do C.A.

Eng.ª Helena Adelina Simões Nunes Vaz
NIF: 179212184
Cargo: Vogal do C.A.

Dr. º Carlos Manuel Amorim Mouta
NIF: 223280720
Cargo: Vogal do C.A.

Fiscal Único
Crowe & Associados, SROC, Lda
Cargo: SROC n.º 186

Demonstrações Orçamentais

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental das entidades, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

A finalidade das demonstrações orçamentais nos termos da NCP 26, consiste em proporcionar informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e os recebimentos, bem como o desempenho orçamental.

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Esta demonstração permite a analise do desempenho orçamental da entidade que relata. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico de 2024, que se reportem à execução orçamental. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital). Apresenta ainda informação organizada pela forma de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Ano/mês - 2024/12

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2024						2023
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
RA01	**Saldo da gerencia anterior**	**450 542,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**175 913,59**	**626 455,88**	**548 257,41**
RI01	Operações orçamentais (1)	450 542,29	0,00	0,00	0,00	0,00	450 542,29	446 366,40
RI02	Devolução do saldo oper Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	175 913,59	175 913,59	0,00
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RI03	Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 891,01
R	**Recebimentos**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 991,41
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 991,41
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuiçoes para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	3 980 048,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3 980 048,77	3 757 984,20
R5	Transferencias e subsidios correntes	852 782,02	0,00	0,00	0,00	0,00	852 782,02	700 601,72
R51	Transferencias correntes	852 782,02	0,00	0,00	0,00	0,00	852 782,02	700 601,72
R511	Administrações públicas	852 782,02	0,00	0,00	0,00	0,00	852 782,02	700 601,72
R5111	Administração central - Estado Português	7 782,02	0,00	0,00	0,00	0,00	7 782,02	5 601,72
R5112	Administração central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5113	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração local	845 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	845 000,00	695 000,00
R512	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R513	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R52	Subsidios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	2 270 084,93	0,00	0,00	0,00	0,00	2 270 084,93	2 905 104,55
R7	Outras receitas correntes	54 240,04	0,00	0,00	0,00	0,00	54 240,04	2 923,51
RA02	**Receita Corrente**	**7 157 155,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 157 155,76**	**7 390 605,39**
RA03	**Receita de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferencias e subsidios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R91	Transferencias de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R911	Administrações publicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9111	Administração central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9112	Administração central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9113	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsidios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RA03	**Total Receita Capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RA04	**Receita efetiva (2)**	**7 157 155,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 157 155,76**	**7 390 605,39**
RA05	**Receita não efetiva (3)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RA06	**Soma (4) = (1) + (2) + (3)**	**7 607 698,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 607 698,05**	**7 836 971,79**
ROT	**Operações de tesouraria (B**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**42 725,69**	**42 725,69**	**109 960,70**

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Ano/mês - 2024/12

Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2024						2023
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
D	**Despesa corrente**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D1	Despesas com o pessoal	2 391 314,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2 391 314,77	2 117 931,92
D11	Remunerações certas e permanentes	1 908 861,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1 908 861,68	1 671 462,16
D12	Abonos variáveis ou eventuais	15 918,66	0,00	0,00	0,00	0,00	15 918,66	8 639,87
D13	Segurança social	466 534,43	0,00	0,00	0,00	0,00	466 534,43	437 829,89
D2	Aquisição de bens e serviços	4 422 608,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4 422 608,66	4 909 105,92
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111,68
D4	Transferencias e subsidios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D41	Transferencias correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D411	Administrações publicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4111	Administração central - Estado português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Subsidios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	262 355,41	0,00	0,00	0,00	0,00	262 355,41	199 470,00
DA01	**Total despesa corrente**	**7 076 278,84**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 076 278,84**	**7 226 619,52**
D	**Despesa de capital**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**
D6	Aquisição de bens de capital	104281,26	0,00	0,00	0,00	0,00	104 281,26	158 233,52
D7	Transferencias e subsidios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações publicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração central - Estado português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 576,46
DA02	**Total despesa de capital**	**104 281,26**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**104 281,26**	**159 809,98**
DA03	**Despesa Efetiva (5)**	**7 180 560,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 180 560,10**	**7 386 429,50**
DA04	**Despesa não efetiva (6)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DA05	**Soma (7) = (5) + (6)**	**7 180 560,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7 180 560,10**	**7 386 429,50**
DOT1	**Operações de tesouraria (C)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**60 897,41**	**60 897,41**	**35 938,12**
DA06	Saldo para a gerencia seguinte	427 137,95	0,00	0,00	0,00	0,00	584 879,82	626 455,88
DA07	Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	427 137,95	0,00	0,00	0,00	0,00	427 137,95	450 542,29
DA08	Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	157 741,87	157 741,87	175 913,59

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Ano/mês - 2024/12

Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO 2024						2023
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
DA09	Saldo Global	-23 404,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 404,34	4 175,89
DA10	Despesa primária	7 180 560,10	0,00	0,00	0,00	0,00	7 180 560,10	7 386 317,82
DA11	Saldo corrente	80 876,92	0,00	0,00	0,00	0,00	80 876,92	163 985,87
DA12	Saldo de capital	-104 281,26	0,00	0,00	0,00	0,00	-104 281,26	-159 809,98
DA13	Saldo primário	-23 404,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 404,34	4 287,57
DA14	Receita total	7 607 698,05	0,00	0,00	0,00	0,00	7 607 698,05	7 836 971,79
DA15	Despesa total	7 180 560,10	0,00	0,00	0,00	0,00	7 180 560,10	7 386 429,50

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Esta demonstração tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico de 2024, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas usadas no orçamento.

Permite controlar todas as fases de execução orçamental da receita, nomeadamente as liquidações, os valores cobrados e por receber. Contempla ainda as informações das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita.

Na análise realizada, as previsões corrigidas no orçamento foram de 8.447.124,49 euros com a incorporação do saldo de gerência anterior de 450.542,29 euros.

As receitas cobradas líquidas atingiram o montante de 7.157.155,76 euros, correspondendo a um grau de execução do orçamento no final do período de 89,50%

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Dezembro / 2024

Código	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Graus de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
01	***Impostos diretos***	***1,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**0,00**	***0,00%***	***0,00%***
01.01	***Sobre o rendimento***	***1,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**0,00**	***0,00%***	***0,00%***
01.01.02	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
05	***Rendimentos de propriedade***	***3.809.140,00***	***909.506,23***	***4.062.609,72***	***0,00***	***3.980.048,77***	***0,00***	***0,00***	***112.836,09***	***3.867.212,68***	***3.980.048,77***	**992.067,18**	***12,41%***	***101,52%***
05.10	***Rendas***	***3.809.140,00***	***909.506,23***	***4.062.609,72***	***0,00***	***3.980.048,77***	***0,00***	***0,00***	***112.836,09***	***3.867.212,68***	***3.980.048,77***	**992.067,18**	***12,41%***	***101,52%***
05.10.03	Habitações	3.809.139,00	766.834,37	4.062.609,72	0,00	3.980.048,77	0,00	0,00	112.836,09	3.867.212,68	3.980.048,77	849.395,32	14,71%	101,52%
05.10.99	***Outros***	***1,00***	***142.671,86***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**142.671,86**	***0,00%***	***0,00%***
05.10.99.01	Equipamentos	1,00	142.671,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.671,86	0,00%	0,00%
06	***Transferências correntes***	***874.737,19***	***0,00***	***852.782,06***	***0,00***	***852.782,06***	***0,04***	***0,04***	***0,00***	***852.782,02***	***852.782,02***	**0,00**	***0,00%***	***97,49%***
06.03	***Administração central***	***29.737,19***	***0,00***	***7.782,02***	***0,00***	***7.782,02***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***7.782,02***	***7.782,02***	**0,00**	***0,00%***	***26,17%***
06.03.01	***Estado***	***1,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**0,00**	***0,00%***	***0,00%***
06.03.01.99	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	29.736,19	0,00	7.782,02	0,00	7.782,02	0,00	0,00	0,00	7.782,02	7.782,02	0,00	0,00%	26,17%
06.05	***Administração local***	***845.000,00***	***0,00***	***845.000,04***	***0,00***	***845.000,04***	***0,04***	***0,04***	***0,00***	***845.000,00***	***845.000,00***	**0,00**	***0,00%***	***100,00%***
06.05.01	***Continente***	***845.000,00***	***0,00***	***845.000,04***	***0,00***	***845.000,04***	***0,04***	***0,04***	***0,00***	***845.000,00***	***845.000,00***	**0,00**	***0,00%***	***100,00%***
06.05.01.01	Municípios	845.000,00	0,00	845.000,04	0,00	845.000,04	0,04	0,04	0,00	845.000,00	845.000,00	0,00	0,00%	100,00%
07	***Venda de bens e serviços correntes***	***3.312.604,01***	***33.519,80***	***2.250.796,29***	***0,00***	***2.273.728,20***	***3.643,27***	***3.643,27***	***33.481,03***	***2.236.603,90***	***2.270.084,93***	**10.587,89**	***99,88%***	***67,52%***
07.01	***Venda de bens***	***200,00***	***38,77***	***24,63***	***0,00***	***24,63***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***24,63***	***24,63***	**38,77**	***0,00%***	***12,32%***
07.01.08	***Mercadorias***	***200,00***	***38,77***	***24,63***	***0,00***	***24,63***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***24,63***	***24,63***	**38,77**	***0,00%***	***12,32%***
07.01.08.03	Eletricidade	200,00	38,77	24,63	0,00	24,63	0,00	0,00	0,00	24,63	24,63	38,77	0,00%	12,32%
07.02	***Serviços***	***3.312.404,01***	***33.481,03***	***2.250.771,66***	***0,00***	***2.273.703,57***	***3.643,27***	***3.643,27***	***33.481,03***	***2.236.579,27***	***2.270.060,30***	**10.549,12**	***100,00%***	***67,52%***
07.02.03	Vistorias e ensaios	23.460,00	0,00	14.454,66	0,00	14.454,66	0,00	0,00	0,00	14.454,66	14.454,66	0,00	0,00%	61,61%
07.02.99	Outros	3.288.944,01	33.481,03	2.236.317,00	0,00	2.259.248,91	3.643,27	3.643,27	33.481,03	2.222.124,61	2.255.605,64	10.549,12	100,00%	67,56%
08	***Outras receitas correntes***	***100,00***	***1.281,05***	***54.240,04***	***0,00***	***54.240,04***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***54.240,04***	***54.240,04***	**1.281,05**	***0,00%***	***54.240,04%***
08.01	***Outras***	***100,00***	***1.281,05***	***54.240,04***	***0,00***	***54.240,04***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***54.240,04***	***54.240,04***	**1.281,05**	***0,00%***	***54.240,04%***
08.01.99	***Outras***	***100,00***	***1.281,05***	***54.240,04***	***0,00***	***54.240,04***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***54.240,04***	***54.240,04***	**1.281,05**	***0,00%***	***54.240,04%***
08.01.99.99	Outras	100,00	1.281,05	54.240,04	0,00	54.240,04	0,00	0,00	0,00	54.240,04	54.240,04	1.281,05	0,00%	54.240,04%

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Dezembro / 2024

Código	Designação	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Graus de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Total Receita Correntes :	**7.996.582,20**	**944.307,08**	**7.220.428,11**	**0,00**	**7.160.799,07**	**3.643,31**	**3.643,31**	**146.317,12**	**7.010.838,64**	**7.157.155,76**	**1.003.936,12**	**15,49%**	**87,67%**
16	***Saldo da gerência anterior***	***450.542,29***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**0,00**	***0,00%***	***0,00%***
16.01	***Saldo orçamental***	***450.542,29***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	**0,00**	***0,00%***	***0,00%***
16.01.01	Na posse do serviço	450.542,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total Receita Outras Receitas :	**450.542,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
	Totais Receita :	**8.447.124,49**	**944.307,08**	**7.220.428,11**	**0,00**	**7.160.799,07**	**3.643,31**	**3.643,31**	**146.317,12**	**7.010.838,64**	**7.157.155,76**	**1.003.936,12**	**15,49%**	**83,00%**

Orgão executivo

Em ____ de _____ de _____

Orgão deliberativo

Em ____ de _____ de _____

_____

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Esta demonstração tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico de 2024, sendo as despesas desagregadas de acordo com as contas usadas no orçamento.

Permite controlar todas as fases de execução orçamental da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos, os valores pagos e por pagar e ainda contempla informação das dotações corrigidas.

Da análise deste mapa ressalva que o orçamento da despesa corrigido foi de 8.447.124,49 euros, correspondendo às despesas com compromissos assumidos um total de 7.180.560,10 euros sendo 7.076.278,84 euros referentes às despesas correntes e 104.281,26 euros às despesas de capital.

O grau de execução do orçamento no final do período de 85,01%

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da despesa

Dezembro / 2024

Código	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Graus de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
01	***Despesas com o pessoal***	***0,00***	***2.430.728,50***	***0,00***	***2.391.314,77***	***2.391.314,77***	***0,00***	***2.391.314,77***	***2.391.314,77***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,38%***
01.01	***Remunerações certas e permanentes***	***0,00***	***1.934.540,67***	***0,00***	***1.908.861,68***	***1.908.861,68***	***0,00***	***1.908.861,68***	***1.908.861,68***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,67%***
01.01.04	***Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho***	***0,00***	***1.253.484,56***	***0,00***	***1.241.892,70***	***1.241.892,70***	***0,00***	***1.241.892,70***	***1.241.892,70***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***99,08%***
01.01.04.01	Pessoal em funções	0,00	1.253.482,56	0,00	1.241.892,70	1.241.892,70	0,00	1.241.892,70	1.241.892,70	0,00	0,00	0,00%	99,08%
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.01.06	***Pessoal contratado a termo***	***0,00***	***224.331,28***	***0,00***	***222.651,11***	***222.651,11***	***0,00***	***222.651,11***	***222.651,11***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***99,25%***
01.01.06.01	Pessoal em funções	0,00	224.256,14	0,00	222.651,11	222.651,11	0,00	222.651,11	222.651,11	0,00	0,00	0,00%	99,28%
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	0,00	75,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0,00	3.321,00	0,00	2.262,64	2.262,64	0,00	2.262,64	2.262,64	0,00	0,00	0,00%	68,13%
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	37.371,45	0,00	37.364,64	37.364,64	0,00	37.364,64	37.364,64	0,00	0,00	0,00%	99,98%
01.01.11	Representação	0,00	42.081,60	0,00	40.737,06	40.737,06	0,00	40.737,06	40.737,06	0,00	0,00	0,00%	96,80%
01.01.13	Subsidio de refeição	0,00	96.492,00	0,00	96.474,00	96.474,00	0,00	96.474,00	96.474,00	0,00	0,00	0,00%	99,98%
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	0,00	277.457,78	0,00	267.479,53	267.479,53	0,00	267.479,53	267.479,53	0,00	0,00	0,00%	96,40%
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.02	***Abonos variáveis ou eventuais***	***0,00***	***18.384,84***	***0,00***	***15.918,66***	***15.918,66***	***0,00***	***15.918,66***	***15.918,66***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***86,59%***
01.02.02	Horas extraordinárias	0,00	5.200,00	0,00	5.102,69	5.102,69	0,00	5.102,69	5.102,69	0,00	0,00	0,00%	98,13%
01.02.04	Ajudas de custo	0,00	3.000,00	0,00	1.818,47	1.818,47	0,00	1.818,47	1.818,47	0,00	0,00	0,00%	60,62%
01.02.05	Abono para falhas	0,00	6.783,84	0,00	6.183,58	6.183,58	0,00	6.183,58	6.183,58	0,00	0,00	0,00%	91,15%
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.02.13	***Outros suplementos e prémios***	***0,00***	***3.400,00***	***0,00***	***2.813,92***	***2.813,92***	***0,00***	***2.813,92***	***2.813,92***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***82,76%***
01.02.13.02	Outros	0,00	3.400,00	0,00	2.813,92	2.813,92	0,00	2.813,92	2.813,92	0,00	0,00	0,00%	82,76%
01.03	***Segurança social***	***0,00***	***477.802,99***	***0,00***	***466.534,43***	***466.534,43***	***0,00***	***466.534,43***	***466.534,43***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***97,64%***
01.03.01	Encargos com a saúde	0,00	1.000,00	0,00	145,52	145,52	0,00	145,52	145,52	0,00	0,00	0,00%	14,55%
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	7.981,80	0,00	5.651,95	5.651,95	0,00	5.651,95	5.651,95	0,00	0,00	0,00%	70,81%
01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	631,08	0,00	625,08	625,08	0,00	625,08	625,08	0,00	0,00	0,00%	99,05%
01.03.04	Outras prestações familiares	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
01.03.05	***Contribuições para a segurança social***	***0,00***	***439.628,11***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,23%***

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da despesa

Dezembro / 2024

Código	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Graus de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
01.03.05.02	***Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)***	***0,00***	***439.628,11***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,23%***
01.03.05.02.03	***Outros***	***0,00***	***439.628,11***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***431.854,92***	***431.854,92***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,23%***
01.03.05.02.03.01	Segurança Social - Regime geral	0,00	327.396,43	0,00	321.932,16	321.932,16	0,00	321.932,16	321.932,16	0,00	0,00	0,00%	98,33%
01.03.05.02.03.02	Caixa Geral de Aposentações	0,00	112.231,68	0,00	109.922,76	109.922,76	0,00	109.922,76	109.922,76	0,00	0,00	0,00%	97,94%
01.03.09	***Seguros***	***0,00***	***28.560,00***	***0,00***	***28.256,96***	***28.256,96***	***0,00***	***28.256,96***	***28.256,96***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,94%***
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	28.560,00	0,00	28.256,96	28.256,96	0,00	28.256,96	28.256,96	0,00	0,00	0,00%	98,94%
01.03.10	***Outras despesas de segurança social***	***0,00***	***1,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***0,00%***
01.03.10.01	Eventualidade Matermidade, paternidade e adopção	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
02	***Aquisição de bens e serviços***	***9.563,75***	***5.494.725,13***	***0,00***	***4.428.523,49***	***4.428.523,49***	***9.514,91***	***4.413.093,75***	***4.422.608,66***	***0,00***	***5.914,83***	***0,17%***	***80,32%***
02.01	***Aquisição de bens***	***437,75***	***41.550,00***	***0,00***	***34.921,33***	***34.921,33***	***437,75***	***34.483,58***	***34.921,33***	***0,00***	***0,00***	***1,05%***	***82,99%***
02.01.02	***Combustíveis e lubrificantes***	***377,75***	***8.500,00***	***0,00***	***6.316,62***	***6.316,62***	***377,75***	***5.938,87***	***6.316,62***	***0,00***	***0,00***	***4,44%***	***69,87%***
02.01.02.01	Gasolina	211,97	3.000,00	0,00	2.020,92	2.020,92	211,97	1.808,95	2.020,92	0,00	0,00	7,07%	60,30%
02.01.02.02	Gasóleo	165,78	5.500,00	0,00	4.295,70	4.295,70	165,78	4.129,92	4.295,70	0,00	0,00	3,01%	75,09%
02.01.04	Limpeza e higiene	0,00	3.350,00	0,00	3.090,46	3.090,46	0,00	3.090,46	3.090,46	0,00	0,00	0,00%	92,25%
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	0,00	4.000,00	0,00	3.780,03	3.780,03	0,00	3.780,03	3.780,03	0,00	0,00	0,00%	94,50%
02.01.08	Material de escritório	0,00	9.000,00	0,00	7.931,21	7.931,21	0,00	7.931,21	7.931,21	0,00	0,00	0,00%	88,12%
02.01.14	Outro material - Peças	0,00	500,00	0,00	240,00	240,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00%	48,00%
02.01.17	Ferramentas e utensílios	0,00	1.500,00	0,00	809,96	809,96	0,00	809,96	809,96	0,00	0,00	0,00%	54,00%
02.01.18	Livros e documentação técnica	60,00	500,00	0,00	450,12	450,12	60,00	390,12	450,12	0,00	0,00	12,00%	78,02%
02.01.21	Outros bens	0,00	14.200,00	0,00	12.302,93	12.302,93	0,00	12.302,93	12.302,93	0,00	0,00	0,00%	86,64%
02.02	***Aquisição de serviços***	***9.126,00***	***5.453.175,13***	***0,00***	***4.393.602,16***	***4.393.602,16***	***9.077,16***	***4.378.610,17***	***4.387.687,33***	***0,00***	***5.914,83***	***0,17%***	***80,29%***
02.02.01	Encargos das instalações	1.409,51	290.000,00	0,00	271.539,65	271.539,65	1.366,47	269.366,84	270.733,31	0,00	806,34	0,47%	92,89%
02.02.02	***Limpeza e higiene***	***0,00***	***27.320,00***	***0,00***	***22.764,66***	***22.764,66***	***0,00***	***22.764,66***	***22.764,66***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***83,33%***
02.02.02.01	Limpeza do edificio sede e outros equipamentos	0,00	22.320,00	0,00	18.250,56	18.250,56	0,00	18.250,56	18.250,56	0,00	0,00	0,00%	81,77%
02.02.02.02	Limpeza das zonas comuns dos conjuntos habitacionais	0,00	5.000,00	0,00	4.514,10	4.514,10	0,00	4.514,10	4.514,10	0,00	0,00	0,00%	90,28%
02.02.03	***Conservação de bens***	***1.084,51***	***4.386.880,13***	***0,00***	***3.391.869,24***	***3.391.869,24***	***1.084,51***	***3.390.784,73***	***3.391.869,24***	***0,00***	***0,00***	***0,02%***	***77,29%***
02.02.03.01	Reabilitação dos Conj. Habitacionais - CMM	0,00	3.057.642,29	0,00	2.114.885,65	2.114.885,65	0,00	2.114.885,65	2.114.885,65	0,00	0,00	0,00%	69,17%
02.02.03.02	Conservação e manutenção nos Conj. Habitacionais	0,00	1.270.187,84	0,00	1.222.987,39	1.222.987,39	0,00	1.222.987,39	1.222.987,39	0,00	0,00	0,00%	96,28%
02.02.03.03	Outras conservações e reparações	1.084,51	59.050,00	0,00	53.996,20	53.996,20	1.084,51	52.911,69	53.996,20	0,00	0,00	1,84%	89,60%

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da despesa

Dezembro / 2024

Código	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Graus de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
02.02.04	Locação de edifícios	0,00	83.382,00	0,00	79.560,00	79.560,00	0,00	77.902,50	77.902,50	0,00	1.657,50	0,00%	93,43%
02.02.05	Locação de material de informática	0,00	86.046,00	0,00	83.491,40	83.491,40	0,00	83.491,40	83.491,40	0,00	0,00	0,00%	97,03%
02.02.06	Locação de material de transporte	0,00	51.351,00	0,00	44.895,61	44.895,61	0,00	44.895,61	44.895,61	0,00	0,00	0,00%	87,43%
02.02.09	Comunicações	4.247,44	55.907,00	0,00	52.207,85	52.207,85	4.247,44	45.972,99	50.220,43	0,00	1.987,42	7,60%	82,23%
02.02.11	Representação dos serviços	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
02.02.12	Seguros	0,00	6.685,00	0,00	6.071,03	6.071,03	0,00	6.071,03	6.071,03	0,00	0,00	0,00%	90,82%
02.02.13	Deslocações e estadas	0,00	11.000,00	0,00	10.510,73	10.510,73	0,00	10.510,73	10.510,73	0,00	0,00	0,00%	95,55%
02.02.15	Formação	0,00	5.500,00	0,00	5.285,20	5.285,20	0,00	5.285,20	5.285,20	0,00	0,00	0,00%	96,09%
02.02.17	Publicidade	0,00	19.450,00	0,00	19.375,36	19.375,36	0,00	19.375,36	19.375,36	0,00	0,00	0,00%	99,62%
02.02.18	Vigilância e segurança	429,76	38.547,00	0,00	29.258,38	29.258,38	429,76	28.828,62	29.258,38	0,00	0,00	1,11%	74,79%
02.02.19	Assistência técnica	0,00	7.880,00	0,00	7.770,08	7.770,08	0,00	7.770,08	7.770,08	0,00	0,00	0,00%	98,61%
02.02.20	Outros trabalhos especializados	1.186,68	355.177,00	0,00	345.754,99	345.754,99	1.186,68	343.599,61	344.786,29	0,00	968,70	0,33%	96,74%
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	762,30	16.800,00	0,00	15.821,52	15.821,52	762,30	14.644,35	15.406,65	0,00	414,87	4,54%	87,17%
02.02.25	Outros serviços	5,80	10.750,00	0,00	7.426,46	7.426,46	0,00	7.346,46	7.346,46	0,00	80,00	0,00%	68,34%
03	***Juros e outros encargos***	***0,00***	***200,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***0,00%***
03.05	***Outros juros***	***0,00***	***200,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***0,00%***
03.05.02	***Outros***	***0,00***	***200,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***0,00%***
03.05.02.99	Outros	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
06	***Outras despesas correntes***	***0,00***	***415.484,86***	***0,00***	***262.355,41***	***262.355,41***	***0,00***	***262.355,41***	***262.355,41***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***63,14%***
06.02	***Diversas***	***0,00***	***415.484,86***	***0,00***	***262.355,41***	***262.355,41***	***0,00***	***262.355,41***	***262.355,41***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***63,14%***
06.02.01	Impostos e taxas	0,00	40.000,00	0,00	12.129,81	12.129,81	0,00	12.129,81	12.129,81	0,00	0,00	0,00%	30,32%
06.02.03	***Outras***	***0,00***	***375.484,86***	***0,00***	***250.225,60***	***250.225,60***	***0,00***	***250.225,60***	***250.225,60***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***66,64%***
06.02.03.02	IVA pago	0,00	278.784,86	0,00	155.758,45	155.758,45	0,00	155.758,45	155.758,45	0,00	0,00	0,00%	55,87%
06.02.03.04	Serviços bancários	0,00	1.700,00	0,00	1.614,34	1.614,34	0,00	1.614,34	1.614,34	0,00	0,00	0,00%	94,96%
06.02.03.05	Outras	0,00	95.000,00	0,00	92.852,81	92.852,81	0,00	92.852,81	92.852,81	0,00	0,00	0,00%	97,74%
	Total Despesa Correntes :	**9.563,75**	**8.341.138,49**	**0,00**	**7.082.193,67**	**7.082.193,67**	**9.514,91**	**7.066.763,93**	**7.076.278,84**	**0,00**	**5.914,83**	**84,84%**	**84,72%**
07	***Aquisição de bens de capital***	***0,00***	***105.986,00***	***0,00***	***104.281,26***	***104.281,26***	***0,00***	***104.281,26***	***104.281,26***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,39%***
07.01	***Investimentos***	***0,00***	***105.986,00***	***0,00***	***104.281,26***	***104.281,26***	***0,00***	***104.281,26***	***104.281,26***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***98,39%***
07.01.02	***Habitações***	***0,00***	***79.200,00***	***0,00***	***78.872,27***	***78.872,27***	***0,00***	***78.872,27***	***78.872,27***	***0,00***	***0,00***	***0,00%***	***99,59%***
07.01.02.03	Reparação e beneficiação	0,00	79.200,00	0,00	78.872,27	78.872,27	0,00	78.872,27	78.872,27	0,00	0,00	0,00%	99,59%

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Controlo Orçamental

Demonstração de execução orçamental da despesa

Dezembro / 2024

Código	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Graus de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
07.01.07	Equipamento de informática	0,00	7.000,00	0,00	6.869,27	6.869,27	0,00	6.869,27	6.869,27	0,00	0,00	0,00%	98,13%
07.01.08	Software informático	0,00	8.136,00	0,00	7.515,30	7.515,30	0,00	7.515,30	7.515,30	0,00	0,00	0,00%	92,37%
07.01.09	Equipamento administrativo	0,00	10.000,00	0,00	9.453,49	9.453,49	0,00	9.453,49	9.453,49	0,00	0,00	0,00%	94,53%
07.01.11	Ferramentas e utensílios	0,00	1.650,00	0,00	1.570,93	1.570,93	0,00	1.570,93	1.570,93	0,00	0,00	0,00%	95,21%
	Total Despesa de Capital :	**0,00**	**105.986,00**	**0,00**	**104.281,26**	**104.281,26**	**0,00**	**104.281,26**	**104.281,26**	**0,00**	**0,00**	**98,39%**	**98,39%**
	Totais Despesa :	**9.563,75**	**8.447.124,49**	**0,00**	**7.186.474,93**	**7.186.474,93**	**9.514,91**	**7.171.045,19**	**7.180.560,10**	**0,00**	**5.914,83**	**84,89%**	**84,89%**

Orgão executivo

Em ____ de _____ de _____

_____

Orgão deliberativo

Em ____ de _____ de _____

_____

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI

Esta demonstração tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, financiamento da componente anual e valor global, fase de execução, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS **MAPA REPORTADO A 2024/12**

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento %				Datas		Fase de Execução	Montante Previsto			Montante Executado			Nivel de Execução do Financiamento Anual %	Nivel de Execução do Financiamento Global %
					RG	RP	EU	EMPR	Inicio	Fim		Ano N	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
111	1	Reparação e Beneficiação	O	07.01.02.03	0	100	0	0	jan/24	dez/24		79 200,00	16 000,00	95 200,00	0,00	78 872,27	78 872,27	99,59	82,85
111	1	Equipamento Informático	O	07.01.07	0	100	0	0	jan/24	dez/24		7 000,00	60 000,00	67 000,00	0,00	6 869,27	6 869,27	98,13	10,25
111	1	Softw are Informático	O	07.01.08	0	100	0	0	jan/23	mar/24		8 136,00	174 144,00	182 280,00	0,00	7 515,30	7 515,30	92,37	4,12
111	1	Equipamento Administrativo	O	07.01.09	0	100	0	0	jan/24	dez/24		10 000,00	90 000,00	100 000,00	0,00	9 453,49	9 453,49	94,53	9,45
111	1	Ferramentas e Utensilios	O	07.01.11	0	100	0	0	jan/24	dez/24		1 650,00	6 000,00	7 650,00	0,00	1 570,93	1 570,93	95,21	20,54
										TOTAL		**105 986,00**	**346 144,00**	**452 130,00**	**0,00**	**104 281,26**	**104 281,26**	**98,39**	**23,06**

Orgão Executivo

Em____de _____de _____

Orgão Deliberativo

Em____de _____de _____

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

Assim o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional sobre alterações orçamentais da receita e da despesa, alterações do plano plurianual de investimentos, operações de tesouraria, transferências e subsídios da despesa e receita e outras divulgações relevantes, e é composto pelos seguintes elementos:

a) Alterações Orçamentais da receita
b) Alterações Orçamentais da Despesa
c) Alterações do Plano Plurianual de Investimento
d) Operações de Tesouraria
e) Contratação Administrativa
    a. Situação dos Contratos
    b. Adjudicações por tipo de procedimento
f) Transferências e Subsídios
    a. Transferências e Subsídios - Receita
g) Outras Divulgações

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2024, ocorreram cinco (5) alterações modificativas, que levaram à correção do valor da receita inicialmente previsto.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

MAPA REPORTADO A 2024 /12

Rubrica	Designação	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações		
	Receitas correntes					
01	Impostos diretos	**1,00**			**1,00**	
01.01	Sobre o rendimento	**1,00**			**1,00**	
01.01.02	Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	1,00			1,00	
05	Rendimentos de propriedade	**3 809 140,00**			**3 809 140,00**	
05.10	Rendas	**3 809 140,00**			**3 809 140,00**	
05.10.03	Habitações	3 809 139,00			3 809 139,00	
05.10.99.01	Equipamentos	1,00			1,00	
06	Transferências Correntes	**857 030,05**			**874 737,19**	
06.03	Administração central	**12 030,05**			**29 737,19**	
06.03.01	Estado	**1,00**			**1,00**	
06.03.01.99	Outros	1,00			1,00	
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	**12 029,05**	17 707,14		29 736,19	
06.05	Administração local	**845 000,00**			**845 000,00**	
06.05.01	Continente	**845 000,00**			**845 000,00**	
06.05.01.01	Municípios	845 000,00			845 000,00	
07	Venda de bens e serviços	**374 473,85**			**3 312 604,01**	
07.01	Venda de bens	**200,00**			**200,00**	
07.01.08	Mercadorias	**200,00**			200,00	
07.01.08.03	Eletricidade	200,00			200,00	
07.02	Serviços	**374 273,85**			**3 312 404,01**	
07.02.03	Vistorias e ensaios	23 460,00			23 460,00	
07.02.99	Outros	350 813,85	2 938 130,16		3 288 944,01	
08	Outras receitas correntes	**100,00**			**100,00**	
08.01	Outras	100,00			100,00	
08.01.99	Outras	100,00			100,00	
08.01.99.99	Diversas	100,00			100,00	
16	Saldo da gerência anterior	**0,00**			**450 542,29**	
16.01	Saldo orçamental	**0,00**			450 542,29	
16.01.01	Na posse do serviço	0,00	450 542,29		450 542,29	
Total da Receita		**5 040 744,90**	**3 406 379,59**	**0,00**	**8 447 124,49**	

Orgão Executivo	Orgão Deliberativo
Em_____de _____de _____	Em_____de _____de _____

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2024, ocorreram oito (8) alterações permutativas e cinco (5) alterações modificativas.

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC nº 186
Registo na CMVM nº 20161486
Edifício Bristol
Avenida da Boavista, nº 1679, 4º
4100-132 Porto
Portugal
Tel: +351 22 013 34 94
www.crowe.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Município de Matosinhos,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Entidade), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Órgão de Gestão e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão e as demonstrações orçamentais do ano de 2024. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não incluí reservas nem ênfases, e onde concluímos que o Relatório de Gestão não contém as divulgações aplicáveis ao subsetor das autarquias locais, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Adicionalmente, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), emitimos nesta data parecer sobre o Relatório de Governo Societário, verificando que nele consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II da legislação citada.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas, o Relatório de Gestão, e as demonstrações orçamentais estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de março de 2025

Carla Manuela Serra Geraldes

CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739

A Crowe & Associados, SROC, Lda é uma firma membro da Crowe Global, uma entidade suíça. Cada membro da Crowe Global é uma entidade legal distinta e independente. A Crowe & Associados, SROC, Lda e as suas afiliadas não são responsáveis, nem poderão ser responsabilizadas, por atos ou omissões praticadas pela Crowe Global ou por outras entidades membro. A Crowe Global não presta quaisquer serviços profissionais, nem exerce controlo ou influência sobre a Crowe & Associados, SROC, Lda.
© Crowe & Associados, SROC, Lda

NIPC 506 942 155 | Capital Social 51.300 Euros | C.R.C Porto | Sede: Edifício Scala; Rua de Vilar, nº 235, 2º andar; 4050-626 Porto

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsetor da autarquias locais, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2025

Carla Manuela Serra Geraldes

CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 7.607.698 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 7.180.560 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e de relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC nº 186
Registo na CMVM nº 20161486

Edifício Bristol
Avenida da Boavista, nº 1679, 4º Andar
4150-132 Porto
Portugal
Tel: +351 22 013 34 94

www.crowe.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.567.786 euros e um total de património líquido de 994.558 euros, incluindo um resultado líquido de 52.351 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstraçãodas alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

A Crowe & Associados, SROC, Lda é uma firma membro da Crowe Global, uma entidade suíça. Cada membro da Crowe Global é uma entidade legal distinta e independente. A Crowe & Associados, SROC, Lda e as suas afiliadas não são responsáveis, nem poderão ser responsabilizadas, por atos ou omissões praticadas pela Crowe Global ou por outras entidades membro. A Crowe Global não presta quaisquer serviços profissionais, nem exerce controlo ou influência sobre a Crowe & Associados, SROC, Lda.
© Crowe & Associados, SROC, Lda

NIPC 506 942 155 | Capital Social 51.300 Euros | C.R.C Porto | Sede: Edifício Scala; Rua de Vilar, nº 235, 2º andar | 4050-626 Porto

Demonstrações Certificação Legal das Contas / Relatório e Parecer Fiscal Único

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
9511	711,72
9512	30,00
9514	142,20
9516	398,80
9518	341,28
9520	59,81
8501	0,01
8503	133 204,58
8508	3 569,94
8511	1 370,68
8519	4 406,60

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
5681	27,58
5691	26,84
5695	13,46
5696	15,27
5698	77,11
5715	6 902,74
5724	5,00
5735	82,81
5752	35,18
5754	1 607,63
5755	133,40
5757	75,27
5758	92,05
5760	24,52
5763	21,03
5766	674,70
5767	193,46
5774	15,94
5789	75,28
5792	5,49
5794	66,89
5803	3 746,14
5805	185,52
5813	5,44
5814	1 293,11
5815	57,09
5818	18,38
5823	5,00
5835	567,48
5840	18,96
5841	28,76
5844	10,88
5846	248,94
5849	5,09
5859	5,44
5869	643,50
5905	12,55
5911	282,70
5912	30,66
5921	277,40
9505	168,08
9506	27,58
9509	90,00
9510	90,00

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
5420	10,00
5432	10,18
5439	587,20
5441	38,98
5444	2 658,75
5447	206,85
5449	149,80
5450	1 143,15
5454	20,00
5458	144,12
5460	5,09
5469	33,80
5475	94,81
5480	162,32
5489	1 806,18
5492	350,00
5494	362,19
5495	190,66
5496	328,72
5503	5,00
5504	1 383,63
5519	159,88
5522	5,00
5524	305,00
5525	24,52
5537	196,05
5548	102,56
5561	30,18
5573	35,45
5574	17,10
5596	18,32
5598	1 264,94
5615	44,54
5626	62,20
5632	22,36
5633	17,29
5638	31,82
5650	4 231,80
5654	18,90
5658	19,71
5659	93,58
5665	2 966,92
5673	122,00
5679	37,45

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
5188	5,00
5194	105,09
5197	31,14
5202	41,70
5212	118,60
5220	35,42
5224	2 042,54
5238	14,58
5241	6 287,57
5248	10,18
5255	183,96
5257	34,73
5260	98,65
5268	3 769,83
5272	46,53
5273	30,36
5278	655,60
5283	135,51
5289	5,00
5290	25,45
5307	1 490,46
5320	1 560,23
5330	233,10
5342	2 832,50
5349	100,00
5351	63,20
5354	179,06
5355	39,99
5356	20,36
5358	49,70
5359	10,30
5362	359,39
5363	14,19
5364	215,92
5367	52,43
5373	40,00
5374	1 748,43
5388	1 125,45
5390	536,94
5394	10 166,76
5405	16,46
5407	5,09
5416	54,13
5419	173,74

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
4925	385,74
4927	339,71
4934	5,09
4935	115,94
4960	447,71
4962	1 011,39
4964	5,00
4978	301,13
4984	2 661,12
4985	31,52
4994	142,88
4997	3 232,67
4999	112,82
5008	2,75
5012	779,52
5021	84,70
5022	16,85
5025	176,89
5027	12,98
5029	30,83
5034	997,62
5039	249,00
5042	206,88
5043	24,88
5045	1 739,99
5047	1 051,40
5053	2 871,04
5074	5,00
5076	635,34
5082	256,60
5094	15,09
5098	158,75
5100	2 724,75
5108	3 858,89
5109	30,00
5120	37,10
5141	162,29
5142	10,18
5147	112,76
5151	21,56
5154	27,52
5155	45,63
5182	5,44
5186	27,20

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
4684	2 108,84
4685	47,04
4690	93,70
4691	67,22
4697	20,49
4706	1 183,68
4709	66,72
4710	134,68
4713	67,78
4714	63,76
4734	127,80
4737	75,10
4738	1 437,48
4752	2 753,52
4760	46,06
4767	33,36
4771	10,00
4780	61,92
4789	36,55
4793	3 522,12
4797	1 447,34
4801	50,00
4811	91,04
4816	5,00
4819	257,30
4828	44,78
4851	39,60
4854	127,22
4858	94,01
4861	1 095,00
4863	123,72
4868	38,55
4881	137,57
4889	77,58
4894	10,00
4896	333,20
4897	225,40
4898	15,27
4900	25,58
4901	20,36
4905	205,35
4910	470,42
4918	1 393,34
4921	450,80

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
4330	5,09
4336	350,00
4341	54,14
4350	56,91
4366	1 689,34
4367	65,32
4377	57,41
4385	11,34
4391	10,00
4413	21,54
4414	0,09
4424	168,15
4425	2 615,71
4478	228,14
4500	62,64
4501	1 191,55
4502	93,99
4512	50,63
4517	1 000,00
4520	491,25
4521	96,21
4528	1 208,08
4540	4 836,75
4546	4,91
4550	825,34
4552	608,50
4555	63,88
4559	16,25
4570	9,48
4575	5,09
4583	115,00
4594	128,47
4597	71,66
4598	771,78
4599	669,11
4628	182,54
4632	549,95
4638	237,20
4639	165,55
4647	6 911,96
4651	1 427,64
4667	121,37
4677	66,83
4680	5,00

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
3948	31,94
3952	25,45
3961	300,88
3989	53,56
3999	18,61
4003	2 478,71
4005	41,15
4007	72,76
4011	66,54
4014	10,00
4022	80,61
4031	44,73
4044	13,28
4052	17,10
4053	666,23
4054	130,18
4068	60,27
4073	112,63
4077	93,86
4079	2 343,14
4080	20,00
4082	108,87
4083	181,95
4116	70,69
4119	10,09
4126	81,80
4137	31,70
4151	207,22
4170	347,40
4171	10,45
4173	366,72
4185	6 797,81
4201	99,40
4222	14,11
4236	42,71
4242	107,99
4286	24,87
4288	199,70
4289	26,80
4303	864,73
4314	3 111,27
4320	1 939,67
4326	434,46
4329	86,04

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
3602	521,16
3605	33,63
3606	300,00
3622	270,00
3623	5,09
3628	148,71
3642	61,24
3653	16,26
3661	80,68
3662	43,47
3676	78,46
3684	264,13
3692	69,54
3696	65,64
3711	1 470,88
3730	1 710,20
3742	372,57
3743	80,03
3751	52,63
3754	63,31
3755	654,76
3767	232,78
3784	49,51
3798	205,84
3800	0,65
3803	160,14
3819	24,92
3829	684,68
3830	1 187,64
3833	207,79
3847	229,96
3852	35,00
3863	9 437,41
3864	78,15
3868	5,00
3877	109,63
3887	1 994,45
3893	1 085,96
3894	1 589,70
3900	3 310,34
3906	222,32
3918	37,10
3924	5,00
3935	22,53

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
3341	66,54
3350	2 034,58
3353	5 145,78
3370	25,45
3388	3 267,79
3391	26,79
3397	176,59
3410	10,61
3426	257,33
3428	107,80
3433	22,88
3434	60,43
3437	50,60
3440	53,23
3459	74,76
3465	818,88
3466	69,62
3469	161,68
3472	34,12
3473	140,10
3476	137,85
3484	28,65
3490	11,31
3491	439,92
3494	138,91
3495	5,09
3508	74,89
3511	2 896,11
3513	187,60
3517	274,52
3521	137,54
3523	156,00
3527	1 013,00
3528	2 491,48
3534	184,63
3540	1 002,16
3545	241,78
3546	223,84
3550	2 212,84
3564	30,00
3568	1 190,00
3585	262,93
3593	128,50
3594	1 195,18

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
3003	73,48
3006	161,79
3015	893,12
3020	1 601,81
3059	42,58
3060	16,94
3062	8,30
3077	5 977,64
3080	15,09
3094	2 141,37
3109	1 106,07
3111	2 833,38
3122	5,00
3132	6 686,47
3135	24,74
3139	5 217,99
3142	70,43
3146	198,90
3147	31 955,63
3148	3 426,96
3153	50,37
3160	84,25
3162	6,29
3165	870,20
3167	182,81
3168	1 490,23
3170	82,25
3181	129,43
3206	7 129,05
3207	1 356,74
3212	90,27
3226	5,54
3243	40,67
3255	14 451,36
3267	54,91
3273	5 861,48
3277	12,42
3290	516,13
3300	586,96
3303	17,52
3308	80,34
3316	66,54
3324	5,09
3329	2 472,50

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
2600	100,00
2606	28,77
2618	2 312,60
2620	126,40
2621	68,39
2625	78,56
2654	984,76
2671	150,56
2676	250,91
2694	300,80
2713	5,09
2723	1 439,35
2727	145,89
2729	19,49
2741	1 570,88
2801	42,14
2823	70,91
2831	16,05
2834	58,91
2843	8 578,71
2854	120,35
2864	37,29
2865	89,90
2867	267,76
2873	1 915,51
2874	270,68
2880	945,79
2884	1 028,16
2887	567,98
2905	15,69
2918	75,60
2922	523,20
2923	1 125,63
2927	80,72
2928	1 776,28
2931	178,21
2935	33,10
2938	165,60
2939	30,49
2943	82,72
2975	189,72
2980	1 501,54
2987	71,13
2999	115,15

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
2250	164,50
2252	115,41
2277	46,62
2289	56,15
2293	45,85
2318	12,10
2335	11,59
2342	49,00
2345	1 540,86
2371	49,23
2375	388,44
2376	128,12
2382	151,85
2385	125,27
2392	20,28
2406	713,45
2409	7,54
2418	101,49
2426	441,93
2431	43,96
2442	98,68
2455	460,75
2460	29,46
2461	3 140,90
2465	346,79
2473	3 085,99
2475	1 653,06
2477	76,37
2478	423,25
2483	5 917,40
2484	130,00
2485	170,68
2489	5,00
2491	1 919,03
2494	10,09
2525	5,09
2537	2 050,17
2539	1 385,02
2549	241,60
2551	3 267,18
2569	40,09
2571	3 979,24
2576	57,82
2596	42,60

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
2003	1 339,30
2005	192,96
2011	230,72
2034	65,56
2036	1 177,55
2043	609,19
2047	2 117,94
2051	334,52
2058	79,85
2059	124,84
2062	10,00
2065	138,07
2068	15,18
2071	221,70
2072	75,50
2080	30,00
2086	17,19
2088	260,44
2092	1 197,40
2099	1 056,79
2101	44,95
2103	132,01
2108	5,09
2121	15,00
2133	10,00
2144	169,53
2145	11,10
2146	10,00
2150	210,37
2168	1 835,94
2175	111,20
2180	106,16
2182	24,49
2184	26,43
2188	29,47
2191	140,00
2196	99,18
2198	465,63
2202	10,00
2211	940,59
2213	20,00
2237	73,96
2238	15,09
2247	129,22

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
1446	150,26
1450	382,11
1452	2 017,12
1457	50,04
1472	686,49
1474	11,09
1481	20,97
1485	111,35
1491	963,85
1514	10,00
1517	34,16
1524	110,80
1535	470,32
1541	39,06
1559	95,93
1588	127,59
1599	67,70
1659	159,96
1660	3 398,73
1679	32,17
1687	5,09
1729	2 520,14
1743	6 860,89
1756	1 967,94
1772	1 340,50
1814	41,20
1833	188,77
1848	652,59
1870	138,34
1881	12,91
1891	20,73
1911	300,88
1932	22,85
1939	1 554,70
1945	29,56
1949	23,36
1957	7,30
1970	506,05
1981	31,16
1982	466,99
1990	32,92
1991	184,90
1997	5,00
1999	74,97

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
1086	98,65
1094	216,80
1103	76,27
1108	2 286,49
1112	1 106,68
1118	3 113,42
1119	29,25
1128	10,18
1134	287,28
1152	1 526,10
1156	33,35
1158	1 110,57
1162	51,14
1164	36,11
1167	33,08
1196	120,00
1203	205,92
1204	10,18
1213	48,68
1228	1 101,85
1238	134,12
1246	118,78
1248	43,40
1261	15,00
1312	646,15
1323	4 239,58
1337	61,68
1340	123,58
1348	690,72
1349	4 962,92
1354	31,71
1357	86,04
1361	7 053,65
1362	4,03
1363	66,93
1374	5,09
1388	13,15
1396	91,10
1398	1 917,94
1408	67,86
1412	48,27
1422	18,50
1423	38,24
1436	20,38

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
702	36,11
718	68,09
725	222,75
749	982,08
759	22,38
772	5,00
777	1 430,14
789	25,49
791	218,53
803	67,33
805	194,73
812	591,65
816	53,32
818	3 371,86
819	32,75
820	5,09
825	126,14
838	5 979,28
875	40,00
876	40,63
877	5,00
886	113,81
895	242,77
899	70,63
924	265,32
929	151,36
936	1 977,24
941	940,42
955	124,06
957	14,72
974	34,34
976	159,07
1001	116,09
1009	40,63
1024	53,38
1026	65,00
1027	669,46
1035	5,00
1048	40,00
1053	269,01
1055	59,01
1059	73,86
1072	196,20
1074	54,84

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
304	186,37
306	1 739,39
307	15,00
308	2 525,55
309	454,17
311	583,73
316	17,22
323	188,81
324	34,00
327	218,36
328	845,48
450	16,91
464	73,99
466	232,67
469	75,45
471	208,40
477	130,80
482	1 104,03
483	77,44
491	587,88
492	50,00
494	77,30
498	67,67
514	700,76
526	10,18
528	540,00
542	3 209,34
546	7,46
554	43,79
571	295,44
574	48,59
585	3 699,53
586	1 572,32
587	58,94
588	33,75
595	46,87
597	27,31
614	9,27
625	80,50
628	2 126,54
635	36,91
636	11,67
683	29,37
685	301,01

N.º DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro)
4	100,00
17	135,00
21	4 421,73
23	3 448,24
28	14,69
41	33,58
46	100,92
53	450,88
55	2 262,27
59	9,75
68	567,70
69	35,00
82	59,02
91	46,79
105	16,49
108	43,82
109	94,15
123	53,34
133	470,85
141	21,08
161	5 105,97
164	215,13
180	74,85
209	28,24
212	19,94
221	58,38
229	403,90
233	10,09
236	4 108,73
238	1 602,50
252	540,00
257	52,40
258	5,38
259	1 659,26
261	689,15
283	439,25
286	615,11
291	1 402,78
293	465,80
298	186,37
300	262,24
301	5 409,90
303	242,84

Compromissos Plurianuais Assumidos em 2024

Descrição	Fornecedor	2024	2025	2026	2027	2028
Aquisição de licenças Office 365	Vida Digital - Sistema de Informação, Lda	22 375,23	14 169,60	14 169,60		
Aquisção de serviços de comunicação móvel e fixa	Vodafone Portugal, SA	11 161,98	12 176,70	1 014,73		
Aquisição de serviços de assistência ao programa de Gestão Recursos Humanos	Ano- Sistemas de Informática e Serviços, Lda	1 934,79	1 934,79	1 934,79		
Aquisição de serviço de Auditoria e Certificação de Qualidade	SGS ICS	2 091,00	1 230,00	1 230,00		
Aquisição de serviços de Limpeza do Edificio Sede	Limpiflex Unipessoal, Lda	8 093,40	13 874,40	13 874,40	5 781,00	
Aquisição de serviços de vigilância e Segurança do Edificio Sede	Prestibel - Empresa de Segurança, SA	11 872,58	25 903,80	25 903,80	14 031,23	
Locação operacional de viatura - aditamento	Lease Plan Portugal, Lda	2 235,18	2 235,18			
Aquisição de serviços para a emissão de Avisos/Recibos de cobrança de rendas	CTT - Correios de Portugal, SA	975,46	2 341,10	2 341,10	1 365,64	
Aquisição de serviços para a cobrança de rendas nos CTT e Lojas Payshop	Payshop Portugal, SA	1 937,25	4 649,40	4 649,40	2 712,15	
Aquisição de serviços para a cobrança de rendas na rede Multibanco	Banco Santander Totta, SA	3 129,61	7 511,07	7 511,07	4 381,46	
Reabilitação de 4 Empenas do CH Biquinha 1ª Fase	Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda	12 720,00	27 103,67			
Empreitada para a "Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda FFH – 3ª Fase"	RBT – Construções S.A.	318 000,00	2 228 005,30	42 400,00		
Prestação de Serviços para a Fiscalizaçãoda empreitada de "Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda FFH – 3ª Fase"	Houselab, Lda	11 633,34	115 677,81	11 633,34		
Locação operacional de viatura	Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA	1 657,74	9 946,47	9 946,47	9 946,47	8 288,72
Aquisição de serviços de Manutenção Solares Térmicos	Maquefil Advance, Lda	8 228,70	24 600,00			
Aquisição de serviços de Manutenção Hidropressores	Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda	10 070,00	31 800,00			

DECLARAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2024 se encontram devidamente registados na base de dados.

A Presidente do Conselho de Administração,

(Engª. Maria Manuela Carvalho Álvares)

A Administradora Executiva,

(Engª. Helena Adelina Simões Nunes Vaz)

DECLARAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit e a Administradora Executiva, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, elencam de forma analítica, todos os recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2024 conforme mapa anexo. Mais informam que a essa data não existem quaisquer pagamentos em atraso.

A Presidente do Conselho de Administração,

(Engª. Maria Manuela Carvalho Álvares)

A Administradora Executiva,

(Engª. Helena Adelina Simões Nunes Vaz)

matosinhos habit

MATOSINHOSHABIT, MH-EM

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Data de reporte: 2024/12/31

Rubricas	Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalo e Antiguidade da divida vencida (em dias)				Pagamentos em atraso	Total da divida por natureza da despesa		
			Curto Prazo	Medio/ Longo prazo	<90	90-180	180-365	>365		Curto prazo	Medio/ Longo prazo	Soma
	Despesas Correntes	5 914,83			5 914,83					5 914,83		5 914,83
0101; 0102	Despesas com o Pessoal											
0101	Remunerações certas e permanentes											
0102	Abonos variáveis ou eventuais											
010301; 010302	Encargos com saúde											
010301; 010302	ADSE e outros da AP											
	Outros sectores fora da AP											
010305	Contribuições da segurança social											
0103050201	CGA											
0103050202	Segurança Social - Regime Geral											
01030501; 01030503	Outras											
010303;010304;010306 a 010310	Outras											
02	Aquisição de bens e serviços	5 914,83			5 914,83					5 914,83		5 914,83
03	Juros e outros encargos											
04	Transferências correntes											
0403 a 0406	Administrações Públicas											
0401;0402;0407 a 0409	Outras transferências correntes											
05	Subsídios											
06	Outras despesas correntes											
	Despesas de Capital											
07	Aquisição de bens de capital											
08	Transferências de capital											
0803 a 0806	Administrações públicas											
0801;0802;0807;0808;0809	Outras transferências de capital											
09	Aquisição de ativos financeiros											
10	Reembolsos de passivos financeiros											
11	Outras despesas de capital											
TOTAL		5 914,83			5 914,83					5 914,83		5 914,83

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Isabel Tunes

(Dr.ª Isabel Tunes)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(A Presidente, Eng.ª Manuela Alvares)

(A Administradora, Eng.ª Helena Vaz)

(O Administrador, Dr. Carlos Mouta)

Matosinhos, 31 de março de 2025

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Dívidas por antiguidade de saldos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSIDIOS

Transferência e Subsídios Recebidos

Foi celebrado com o Município de Matosinhos um Contrato Programa, no montante anual de 845.000,00 euros, registado na rubrica "06.05.01.01", como proveito de 2024. Este montante foi liquidado no decorrer de 2024, não havendo valores a receber a transitar para o próximo exercício.

No âmbito da candidatura Municipal das Comunidades Carenciadas, dentro do PRR, foi registado o montante de 7.782,02 euros.

Adjudicações por tipo de Procedimento

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento													
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Consulta Prévia		Ajuste direto		Total	
	Numero dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Numero dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Numero dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Numero dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Numero dos contratos (9-A)	Preço contratual (10-A)	Numero dos contratos (9-B)	Preço contratual (10-B)	Numero dos contratos (11)	Valor (12)
Empreitada de obras públicas	15	3 683 683,28 €							3	104 538,45 €	2	53 731,74 €	18	3 788 221,73 €
Aquisição de serviços	13	852 963,84 €							7	243 760,92 €	2	31 139,52 €	22	1 127 864,28 €
Locação ou Aquisição de bens móveis									1	32 346,24 €			1	32 346,24 €
Concessão de obras públicas														
Concessão de serviços públicos														
Sociedade														
Outros														

Entidade		Contrato				Visto Tribunal			Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato c/IVA (3b)	N.º do registo (5)	Data (6)	Data do 1º pagamento (7)	Trab. normais (8a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10a)	Trab. normais (8b)	Revisão de preços (9b)	Trab. a mais (10b)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14)= (8a)+(8b)	Revisão de preços (15)=(9a)+(9b)	Trab. a mais (16)= (10a)+(10b)	Trab. de suprimento de erros e omis	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	Obs (19)
Denominação	NIPC																					
Grenke Renting, SA	508259509	Aluguer de Equipamento Informático	07-11-2022	12 534,72 €	15 417,71 €			25-11-2022	4 432,60			3 854,44					8 287,04	0,00	0,00			
LeasePlan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda	502167611	Contrato de Aluguer Operacional das viaturas eletricas	29-03-2022	111 674,87 €	137 360,09 €			02-05-2022	59 237,37			33 361,92					92 599,29	0,00	0,00			
Caixa Geral de Depósitos	500960046	Contratação de Instituição Bancária de apoio ao pagamento de serviços via multibanco	30-07-2021	20 365,20 €	25 049,20 €			21-09-2021	17 391,02			7 658,18					25 049,20	0,00	0,00			
PayShop Portugal, S.A	505231212	Aquisição de Serviços para cobrança de rendas	01-08-2021	13 770,00 €	16 937,10 €			23-09-2021	11 094,35			5 842,75					16 937,10	0,00	0,00			
ANO – Sistemas de Informática e Serviços, Lda	503182710	Aquisição de Software de Recursos Humanos	30-06-2021	18 000,00 €	22 140,00 €			28-12-2021	22 140,00								22 140,00	0,00	0,00			
Strong Charon, Soluções de Segurança, S.A	503257567	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança	14-05-2021	48 543,12 €	59 708,04 €			11-08-2021	50 625,57			9 082,47					59 708,04	0,00	0,00			
Climex - Controlo de Ambiente, SA	501891560	Aquisição de Serviços de limpeza da sede	28-04-2021	30 888,00 €	37 992,24 €			12-07-2021	35 326,08	1 824,60		2 666,16		437,12			37 992,24	1 824,60	437,12			
Genera, lda	510020941	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH -Lote I	08-04-2021	48 600,00 €	59 778,00 €			10-09-2021	50 811,30			0,00					50 811,30	0,00	0,00			
Impare Arquitetura	505300770	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH -Lote II	08-04-2021	62 625,00 €	77 028,75 €			23-11-2021	69 325,88			3 081,15					72 407,03	0,00	0,00			
Patricia Diogo Unipessoal, Lda	510814468	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH -Lote III	08-04-2021	72 000,00 €	88 560,00 €			23-07-2021	81 475,20			3 542,56					85 017,76	0,00	0,00			
Houselab, Lda	510802230	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH -Lote IV	08-04-2021	50 000,00 €	61 500,00 €			12-08-2021	56 887,50			0,00					56 887,50	0,00	0,00			
ASL & Associados, Lda/JPLoureiro, Arquitecto, Lda	507905130 /507807782	Elaboração de Projetos de Execução para a Reabilitação dos CH -Lote V	08-04-2021	79 000,00 €	97 170,00 €			03-09-2021	82 594,50			4 858,50					87 453,00	0,00	0,00			
Assisleader,Lda	503741868	Contrato de Renting de Fotocopiador	02-03-2021	22 416,00 €	27 571,68 €			22-03-2021	19 529,94			6 892,92					26 422,86	0,00	0,00			
Liquido, SA	513626930	Contrato de Aluguer de Equipamento Informatico - AP117006	06-05-2020	13 612,92 €	16 743,89 €			26-05-2020	13 459,96	1 240,80		3 283,93	496,23				16 743,89	1 737,03	0,00			
Locarent-Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas	502443880	Prestação de Serviço de Aluguer Operacional de viatura	07-10-2020	27 075,84 €	33 303,28 €			31-12-2020	25 713,33			7 589,95		620,43			33 303,28	0,00	620,43			
Liquido, SA	513626930	Contrato de Aluguer de Equipamento Informático - AP167093	26-10-2020	9 802,22 €	11 713,38 €			20-11-2020	9 582,23	599,32 €		2 131,15	482,41				11 713,38	1 081,73	0,00			
Hidrofunção - Consultores de Engenharia, Lda	501568980	Projeto de Execução Guarda FFH 2ª e 3ªFase	12-11-2020	55 625,00 €	68 418,75 €			21-12-2020	61 576,88			0,00					61 576,88	0,00	0,00			
ASL & Associados, Lda	507905130	Elaboração de Projetos de Execução para os arranjos exteriores do CH da Cruz de Pau e Reconfiguração urbana da praceta das Farrapas no	13-11-2020	12 000,00 €	14 760,00 €			18-12-2020	14 464,80			295,20					14 760,00	0,00	0,00			
LeasePlan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda	502167611	Contrato de Aluguer Operacional de viaturas - Kangoo	02-07-2019	12 271,20 €	15 093,58 €			01-08-2019	15 093,58		1 841,04	0,00		4 076,22			15 093,58	0,00	5 917,26			

Entidade		Contrato				Visto Tribunal			Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato c/IVA (3b)	N.º do registo (5)	Data (6)	Data do 1º pagamento (7)	Trab. normais (8a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10a)	Trab. normais (8b)	Revisão de preços (9b)	Trab. a mais (10b)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14)= (8a)+(8b)	Revisão de preços (15)=(9a)+(9b)	Trab. a mais (16)= (10a)+(10b)	Trab. de suprimento de erros e omis	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	Obs (19)
Denominação	NIPC																					
Galbilec - Serviços Globais de Projeto, Lda.	507714580	Projeto de Execução para Reabilitação de Imovel da Rua do Godinho, 769	20/03/2023	69 900,00 €	85 977,00 €			15-08-2023	38 689,65			38 689,65					77 379,30	0,00	0,00			
Multicomunicação - Assessoria, Imagem e Marketing, Lda.	504605607	Serviços de consultoria em matéria de comunicação e relações públicas	28/03/2023	18 000,00 €	22 140,00 €			15-05-2023	18 450,00			3 690,00					22 140,00	0,00	0,00			
Vierominho II - Construção e Reabilitação, Lda.	509094686	Aluguer de dois contentores de habitação - tipologia T3	12/05/2023	19 000,00 €	23 370,00 €			23-06-2023	16 259,37			7 110,63					23 370,00	0,00	0,00			
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	507616944	Prestação de Serviços de Custódia e Gestão de Arquivo	08/08/2023	11 857,12 €	14 584,26 €			28-09-2023	1 165,51			3 320,46					4 485,97	0,00	0,00			
TekPrivacy, Lda.	514519215	Aquisição de Serviços no âmbito do	26/09/2023	35 500,00 €	43 665,00 €			04-12-2023	5 458,14			21 830,04					27 288,18	0,00	0,00			
Patrícia Diogo, Unipessoal, Lda.	510814468	Reabilitação de 17 fogos no CH da Caixa Têxtil - São Mamede de Infesta	23/10/2023	259 576,60 €	275 151,20 €			30-11-2023	192 266,10			67 310,50		13 851,00			259 576,60	0,00	13 851,00			
Patrícia Diogo, Unipessoal, Lda.	510814468	Elaboração de Projeto de Execução para a Reabilitação das Moradias sitas na Rua Mar da Cartola, nº 8 e 10	23/10/2023	13 480,00 €	16 580,40 €			19-12-2023	4 974,12			3 316,08					8 290,20	0,00	0,00			
Kaizen Institute Portugal	514157127	Desenvolvimento do Projeto de Melhoria Contínua	31/10/2023	72 000,00 €	88 560,00 €			21-12-2023	17 712,00			70 848,00					88 560,00	0,00	0,00			
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	503040630	Projeto de Execução Bairro dos Pescadores	23/11/2023	59 600,00 €	73 308,00 €			29-12-2023	21 992,40			40 319,40					62 311,80	0,00	0,00			
A Construtora de Pedroso	502370351	Obras de Reestruturação e conservação das instalações da sede da MatosinhosHabit	29/11/2023	57 049,85 €	70 171,32 €			27-12-2023	38 142,35			32 028,97		26 395,73			70 171,32	0,00	26 395,73			
Pinto & Cruz – Energia e Sistemas, S.A.	510134980	Serviços de reparação e manutenção de equipamento de climatização	01/01/2023	1 910,60 €	2 350,04 €			14-09-2023	2 350,04					2 491,79			2 350,04	0,00	2 491,79			
Grenke Renting, S.A.	508259509	Aquisição de Serviços de Renting de Computadores - 11135176	20/06/2023	19 176,00 €	23 586,48 €			18-07-2023	2 948,32			5 896,64					8 844,96	0,00	0,00			
Crowe & Associados, SROC, Lda	506942155	Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria	01-03-2022	19 200,00 €	23 616,00 €			09-05-2022	11 808,00			5 904,00					17 712,00	0,00	0,00			
Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A	502503661	Contrato de Prestação de Serviços no âmbito da Estratégia Local de Habitação - 1º direito	09-03-2022	64 800,00 €	79 704,00 €			01-07-2022	69 741,00			9 963,00					79 704,00	0,00	0,00			
CESIS- Centro de Estudos para a Intervenção Social	502826134	Contrato de Prestação de Serviços para a Implementação do projeto "Caraterização Demográfica Social e Habitacional da População Alvo da	14-12-2022	19 850,00 €	24 415,50 €			30-12-2022	21 702,64			2 712,86					24 415,50	0,00	0,00			

Entidade		Contrato				Visto Tribunal			Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato c/IVA (3b)	N.º do registo (5)	Data (6)	Data do 1º pagamento (7)	Trab. normais (8a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10a)	Trab. normais (8b)	Revisão de preços (9b)	Trab. a mais (10b)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14)= (8a)+(8b)	Revisão de preços (15)=(9a)+(9b)	Trab. a mais (16)= (10a)+(10b)	Trab. de suprimento de erros e omis	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	Obs (19)
Denominação	NIPC																					
Alberto Fonseca - Construções, Lda.	506830683	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 16ª Call	09/09/2024	87 561,60 €	92 815,30 €			22/11/2024				87 561,60					87 561,60	0,00	0,00			
Patrícia Diogo, Unipessoal, Lda.	510814468	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 17ª Call	12/09/2024	115 291,85 €	122 209,36 €			30/09/2024				115 291,85					115 291,85	0,00	0,00			
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda.	504527215	Reabilitação de um fogo devoluto no CH do Rio Leça	23/09/2024	26 948,95 €	28 565,89 €			14/11/2024				26 948,95					26 948,95	0,00	0,00			
Apicarote Arquitectos, Lda.	515307289	Projeto de Execução para Reabilitação do CH de Angeiras	12/09/2024	21 000,00 €	25 830,00 €			20/12/2024				12 915,00					12 915,00	0,00	0,00			
Ricardo Duarte, Lda.	505646641	Reabilitação de Fogo devido a Incêndio no CH Estação	12/09/2024	29 481,74 €	31 250,64 €			20/12/2024				29 481,74					29 481,74	0,00	0,00			
Aventura Líquida - Desentupimentos e Limpeza de Fossas, Unipessoal, Lda.	516617591	Reparação do piso técnico de 7 moradias no CH S. Gens	28/10/2024	40 000,00 €	42 400,00 €			20/12/2024				40 000,00					40 000,00	0,00	0,00			
PSX Manutenção e Serviços, Lda.	517087634	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 18ª Call	31/10/2024	83 781,40 €	88 808,28 €			04/12/2024				83 781,40					83 781,40	0,00	0,00			
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda.	504527215	Reabilitação de 4 Empenas CH Biquinha 1ª Fase	12/11/2024	37 589,50 €	39 844,87 €			31/12/2024				11 975,00 €					11 975,00	0,00	0,00			
RBT - Construções, S.A.	509288936	Empreitada para Reabilitação do CH da Guarda FFH - 3.ª Fase	21/11/2024	2 441 891,79 €	2 588 405,30 €			31/12/2024				86 241,49 €					86 241,49	0,00	0,00			
HouseLab, Lda.	510802230	Fiscalização para a Empreitada de Reabilitação do CH da Guarda FFH - 3.ª Fase	21/11/2024	112 963,84 €	138 945,52 €			----------				0,00					0,00	0,00	0,00			
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	502443880	Aquisição de Serviço de Locação Operacional de Viatura	22/11/2024	32 346,24 €	39 785,88 €			----------				0,00					0,00	0,00	0,00			
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda.	504527215	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 19ª Call	21/11/2024	106 857,22 €	113 268,65 €			31/12/2024				106 857,22					106 857,22	0,00	0,00			
Engler - Engenharia e Reabiliatação Urbana, Unipessoal, Lda.	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 20ª Call	21/11/2024	60 161,16 €	63 770,83 €			31/12/2024				60 161,16					60 161,16	0,00	0,00			
Maquefil Advanced, Lda., Portugal	509178472	Manutenção preventiva dos equipamentos solares térmicos instalados nos diversos CH	09/12/2024	26 690,00 €	32 828,70 €			31/12/2024				8 228,70					8 228,70	0,00	0,00			
Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda.	509865291	Inativação de grupos hidropressores e higienização de cisternas de água em diversos CH	12/12/2024	39 500,00 €	48 585,00 €			31/12/2024				9 500,00					9 500,00	0,00	0,00			
RBT - Construção, S.A.	509288936	Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda FFH - 2.ª Fase, Travessa Ramalho Ortigão e na Rua Nicolau Tolentino	23/02/2023	1 175 312,93 €	1 245 831,71 €			10-05-2023	843 084,82	37 859,12	31 676,53	246 518,16	21 568,79	38 534,21			1 089 602,98	59 427,91	70 210,74			
Vítor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	503040630	Fiscalização, Coordenação de Segurança e Saúde e Ambiente da Empreitada Reabilitação do CH da Guarda FFH – 2ª Fase	27/02/2023	85 420,00 €	105 066,60 €			02-05-2023	73 308,00			31 758,60					105 066,60	0,00	0,00			
A.N.O. - Sistemas de Informática e Serviços, Lda.	503182710	Serviços de fornecimento de software - Implementação da Gestão Documental, Balcão Virtual	13/02/2023	73 820,00 €	90 798,60 €			01-09-2023	75 768,00			7 515,30					83 283,30	0,00	0,00			

Entidade		Contrato				Visto Tribunal			Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato c/IVA (3b)	N.º do registo (5)	Data (6)	Data do 1º pagamento (7)	Trab. normais (8a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10a)	Trab. normais (8b)	Revisão de preços (9b)	Trab. a mais (10b)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14)= (8a)+(8b)	Revisão de preços (15)=(9a)+(9b)	Trab. a mais (16)= (10a)+(10b)	Trab. de suprimento de erros e omis	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	Obs (19)
Denominação	NIPC																					
Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda.	509865291	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 8ª Call	16/05/2024	114 642,82 €	121 521,39 €			05/07/2024				114 562,82					114 562,82	0,00	0,00			
Engler - Engenharia e Reabiliatação Urbana, Unipessoal, Lda.	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 9ª Call	16/05/2024	110 574,43 €	117 208,90 €			26/07/2024				110 574,43					110 574,43	0,00	0,00			
Alberto Fonseca - Construções, Lda.	506830683	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 10ª Call	20/05/2024	82 735,16 €	87 699,27 €			05/07/2024				82 735,16					82 735,16	0,00	0,00			
Patrícia Diogo, Unipessoal, Lda.	510814468	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 11ª Call	16/05/2024	72 750,83 €	77 115,88 €			28/06/2024				72 750,83					72 750,83	0,00	0,00			
PSX Manutenção e Serviços, Lda.	517087634	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 12ª Call	16/05/2024	35 586,73 €	37 721,93 €			26/07/2024				35 586,73					35 586,73	0,00	0,00			
Limpiflex Unipessoal, Lda.	515408476	Aquisição de Serviços de Limpeza para o Edifício Sede e outros locais da responsabilidade da MH	28/05/2024	33 840,00 €	41 623,20 €			08/08/2024				6 937,20					6 937,20	0,00	0,00			
Nuno Ferreira Construção e Restauros, Unipessoal, Lda.	507352270	Reabilitação de Fogo devido a incêndio no CH Gatões	19/06/2024	24 250,00 €	25 705,00 €			02/07/2024				24 250,00					24 250,00	0,00	0,00			
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda.	504527215	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 13ª Call	10/07/2024	73 133,01 €	77 520,99 €			22/10/2024				73 133,01					73 133,01	0,00	0,00			
Prestibel - Empresa de Segurança, S.A.	501326456	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança para os espaços de atendimento ao público do Edifício Sede da MH	11/07/2024	63 180,00 €	77 711,40 €			25/09/2024				10 793,25					10 793,25	0,00	0,00			
Redegás - Projecto e Instalações de Gás, S.A.	502444592	CEC de Eletricidade	11/07/2024	30 000,00 €	36 900,00 €			31/12/2024				28 550,53					28 550,53	0,00	0,00			
Payshop (Portugal), S.A.	505231212	Aquisição de Serviços para Cobrança de Rendas nas Lojas dos CTT e Payshop	17/07/2024	11 340,00 €	13 948,20 €			31/10/2024				1 544,26					1 544,26	0,00	0,00			
Santander Totta, S.A.	500844321	Aquisição de Serviços para Cobrança de Instituição Bancária de apoio no pagamento de serviços via multibanco	18/07/2024	18 319,68 €	22 533,21 €			31/08/2024				2 935,80					2 935,80	0,00	0,00			
Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda.	509865291	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 14ª Call	22/07/2024	83 472,82 €	88 481,19 €			25/09/2024				83 472,82					83 472,82	0,00	0,00			
Engler - Engenharia e Reabiliatação Urbana, Unipessoal, Lda.	513558306	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 15ª Call	22/07/2024	81 079,81 €	85 944,60 €			25/09/2024				81 079,81					81 079,81	0,00	0,00			

Situação dos Contratos

Entidade		Contrato				Visto Tribunal		Data do 1º pagamento (7)	Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						Obs (19)
		Objeto (1)	Data (2)	Valor do contrato s/IVA (3a)	Valor do contrato c/IVA (3b)	N.º do registo (5)	Data (6)		Trab. normais (8a)	Revisão de preços (9a)	Trab. a mais (10a)	Trab. normais (8b)	Revisão de preços (9b)	Trab. a mais (10b)	Trab. de suprimento de erros e omissões (11)	Outros trab. incluindo os trab. a menos (12)	Trab. normais (14)= (8a)+(8b)	Revisão de preços (15)=(9a)+(9b)	Trab. a mais (16)= (10a)+(10b)	Trab. de suprimento de erros e omis	Outros trab. incluindo os trab. a menos (18)	
Denominação	NIPC																						
Vida Digital – Sistemas de Informação, Lda.	513090720	Aquisição de licenças Office 365 e outras licenças	24/01/2024	41 231,24 €	50 714,43 €			15/02/2024				14 169,60					14 169,60	0,00	0,00				
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	502544180	Serviços de comunicação	14/02/2024	19 799,52 €	24 353,41 €			04/04/2024				11 332,66					11 332,66	0,00	0,00				
Vieira da Mota da Rocha, Lda.	513525076	CEC de Pichelaria - Lote I	03/04/2024	80 000,00 €	98 400,00 €			08/07/2024				98 355,72					98 355,72	0,00	0,00				
Enertempo - Instalação de Gás e Climatização, Lda.	507082125	CEC de Pichelaria - Lote II	03/04/2024	70 000,00 €	86 100,00 €			17/05/2024				84 857,09					84 857,09	0,00	0,00				
Fluidez Angular - Desentupimentos e Limpeza de Fossas, Unipessoal, Lda.	516325574	CEC de Desentupimentos - Lote I	03/04/2024	60 000,00 €	73 800,00 €			17/05/2024				73 790,04					73 790,04	0,00	0,00				
Aventura Líquida - Desentupimentos e Limpeza de Fossas, Unipessoal, Lda.	516617591	CEC de Desentupimentos - Lote II	03/04/2024	40 000,00 €	49 200,00 €			10/06/2024				49 198,52					49 198,52	0,00	0,00				
Solução Imediata, Unipessoal, Lda.	515199923	CEC de Coberturas - Lote 1	19/04/2024	60 000,00 €	73 800,00 €			10/06/2024				73 738,75					73 738,75	0,00	0,00				
Imperazevedo - Impermeabilização e Isolamento, Lda.	506190250	CEC de Coberturas - Lote 2	19/04/2024	40 000,00 €	49 200,00 €			10/06/2024				49 161,87					49 161,87	0,00	0,00				
Vimaterm, Unipessoal, Lda.	514744340	CEC de Gás - Lote 1	19/04/2024	35 000,00 €	43 050,00 €			08/07/2024				42 899,08					42 899,08	0,00	0,00				
Gastérmica - Comércio de Instalações Térmicas, Lda.	503936588	CEC de Gás - Lote 2	19/04/2024	25 000,00 €	30 750,00 €			17/05/2024				30 747,54					30 747,54	0,00	0,00				
Condições à Medida - Construções e Engenharia, Lda.	509865291	CEC de Construção Civil - Lote I	08/05/2024	110 000,00 €	135 300,00 €			27/06/2024				134 689,12					134 689,12	0,00	0,00				
Nuno Ferreira Construção e Restauros, Unipessoal, Lda.	507352270	CEC de Construção Civil - Lote II	08/05/2024	100 000,00 €	123 000,00 €			27/06/2024				121 728,18					121 728,18	0,00	0,00				
Engler - Engenharia e Reabiliatação Urbana, Unipessoal, Lda.	513558306	CEC de Construção Civil - Lote III	08/05/2024	90 000,00 €	110 700,00 €			27/06/2024				109 511,21					109 511,21	0,00	0,00				
Joaquim Lopes Monteiro & Filho, Lda.	504527215	Reabilitação de Fogos - Acordo quadro 2023 - 7ª Call	16/05/2024	134 162,65 €	142 212,41 €			08/08/2024				134 162,65					134 162,65	0,00	0,00				

OPERAÇÕES DE TESOURARIA **MAPA REPORTADO A 2024/12** **Euros**

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
17	Operações extra-orçamentais	175 913,59	42 725,69	60 897,41	157 741,87
17.02	Outras operações de tesouraria	175 913,59	42 725,69	60 897,41	157 741,87
17.02.01	Retenções a fornecedores	56 902,88	10 951,86	52 897,41	14 957,33
17.02.02	Cauções	119 010,71	31 773,83	8 000,00	142 784,54
	TOTAL	**175 913,59**	**42 725,69**	**60 897,41**	**157 741,87**

Orgão Executivo
Em_____de _____de _____

Orgão Deliberativo
Em_____de _____de _____

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS **MAPA REPORTADO A 2024/12**

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Dotação inicial	Pagamentos							Modificação
			Inicio	Fim		2024		Períodos Seguintes					
						Dotação atual	Dotação corrigida	2025	2026	2027	2028	Outros	
111	1	Reparação e beneficiação	jan/24	dez/24	4 000,00		79 200,00						75 200,00
111	1	Equipamento Informático	jan/24	dez/24	15 000,00		7 000,00						-8 000,00
111	1	Softw are Informático	jan/23	mar/24	43 536,00		8 136,00						-35 400,00
111	1	Equipamento Administrativo	jan/24	dez/24	22 500,00		10 000,00						-12 500,00
111	1	Ferramentas e Utensilios	jan/24	dez/24	1 500,00		1 650,00						150,00
TOTAL					**86 536,00**	**0,00**	**105 986,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19 450,00**

Orgão Executivo

Em_____de _____de _____

Orgão Deliberativo

Em_____de _____de _____

ALTERAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A realização antecipada de pagamentos previstos para anos posteriores ou a modificação do montante total de pagamentos de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimento aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas alterações ao orçamento, quando necessário.
Durante o decorrer do ano contabilístico de 2024, ocorreram três (3) alterações permutativas e uma (1) alteração modificativa.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2024/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
02.02.02.01	Limpeza do edificio sede, e outros equipamentos	19 520,00	2 800,00		22 320,00	
02.02.02.02.	Limpeza das Zonas Comuns dos Conjuntos Habitacionis	20 000,00	25 000,00	40 000,00	5 000,00	
02.02.03	Conservação de bens	**1 227 735,66**	3 173 594,47	14 450,00	**4 386 880,13**	
02.02.04	Locação de edifícios	83 382,00			83 382,00	
02.02.05	Locação de material de informática	43 838,00	42 208,00		86 046,00	
02.02.06	Locação de material de transporte	51 351,00			51 351,00	
02.02.09	Comunicações	45 907,00	10 000,00		55 907,00	
02.02.11	Representação dos serviços	2 000,00		1 500,00	500,00	
02.02.12	Seguros	5 885,00	800,00		6 685,00	
02.02.13	Deslocações e estadas	6 000,00	5 000,00		11 000,00	
02.02.15	Formação	7 500,00	5 000,00	7 000,00	5 500,00	
02.02.17	Publicidade	6 000,00	13 450,00		19 450,00	
02.02.18	Vigilância e segurança	37 029,00	1 518,00		38 547,00	
02.02.19	Assistência técnica	7 880,00			7 880,00	
02.02.20	Outros trabalhos especializados	408 047,00	59 500,00	112 370,00	355 177,00	
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	16 800,00			16 800,00	
02.02.25	Outros serviços	5 250,00	5 500,00		10 750,00	
03	Juros e outros encargos	**200,00**			**200,00**	
03.05	Outros juros	200,00			200,00	
03.05.02	Outros	200,00	1 000,00	1 000,00	200,00	
06	Outras despesas correntes	**182 100,24**			**415 484,86**	
06.02	Diversas	**182 100,24**			**415 484,86**	
06.02.01	Impostos e taxas	44 000,00	25 000,00	29 000,00	40 000,00	
06.02.03	Outras	**138 100,24**			**375 484,86**	
06.02.03.02	IVA pago	66 500,24	212 284,62		278 784,86	
06.02.03.04	Serviços bancários	1 500,00	200,00		1 700,00	
06.02.03.05	Outras	70 100,00	24 900,00		95 000,00	
	Total das despesas correntes (1)	4 954 208,90	3 877 253,87	490 324,28	8 341 138,49	
	Despesas de capital					
07	Investimentos	**86 536,00**			**105 986,00**	
07.01	Investimentos	**86 536,00**			**105 986,00**	
07.01.02	Habitações	**4 000,00**			**79 200,00**	
07.01.02.03	Reparação e beneficiação	4 000,00	75 200,00		79 200,00	
07.01.07	Equipamento de informática	15 000,00	10 000,00	18 000,00	7 000,00	
07.01.08	*Software* informático	43 536,00	15 100,00	50 500,00	8 136,00	
07.01.09	Equipamento administrativo	22 500,00	5 000,00	17 500,00	10 000,00	
07.01.11	Ferramentas e utensílios	1 500,00	150,00		1 650,00	
	Total das despesas capital (2)	86 536,00	105 450,00	86 000,00	105 986,00	
	Despesa total (1)+(2)	5 040 744,90	3 982 703,87	576 324,28	8 447 124,49	

Orgão Executivo	Orgão Deliberativo
Em_____de _____de _____	Em_____de _____de _____

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

MAPA REPORTADO A 2024/12

Rubrica (1)	Designação (2)	Despesa				Obs. (8)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas (7)= (3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições /reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)		
	Despesas correntes					
01	Despesas com o Pessoal	**2 458 334,00**	**0,00**	**0,00**	**2 430 728,50**	
01.01	Remunerações certas e permanentes	**1 942 040,67**	**0,00**	**0,00**	**1 934 540,67**	
01.01.04	Pessoal dos quadros-Regime contrato individual de trabalho	**1 216 284,56**			**1 253 484,56**	
01.01.04.01	Pessoal em funções	1 188 048,28	105 734,28	40 300,00	1 253 482,56	
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	28 235,28		28 234,28	1,00	
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1,00			1,00	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	**282 631,28**			**224 331,28**	
01.01.06.01	Pessoal em funções	154 956,14	95 000,00	25 700,00	224 256,14	
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	127 675,14		127 600,00	75,14	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1,00	7 820,00	4 500,00	3 321,00	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	37 371,45			37 371,45	
01.01.11	Representação	42 081,60			42 081,60	
01.01.13	Subsidio de refeição	109 692,00	5 800,00	19 000,00	96 492,00	
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	253 977,78	25 750,00	2 270,00	277 457,78	
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	1,00			1,00	
01.02	Abonos variaveis ou eventuais	**18 484,84**			**18 384,84**	
01.02.02	Horas extraordinárias	5 000,00	200,00		5 200,00	
01.02.04	Ajudas de custo	3 000,00			3 000,00	
01.02.05	Abono para falhas	8 283,84		1 500,00	6 783,84	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1,00			1,00	
01.02.13	Outros suplementos e prémios	2 200,00			3 400,00	
01.02.13.02	Outros	2 200,00	1 200,00		3 400,00	
01.03	Segurança Social	**497 808,49**			**477 802,99**	
01.03.01	Encargos com a saúde	6 000,00		5 000,00	1 000,00	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	30 517,30	2 364,50	24 900,00	7 981,80	
01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	361,08	270,00		631,08	
01.03.04	Outras prestações familiares	1,00			1,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social	**432 928,11**			**439 628,11**	
01.03.05.02.03	Outros	**432 928,11**			**439 628,11**	
01.03.05.02.03.01	Segurança Social - Regime geral	322 996,43	9 400,00	5 000,00	327 396,43	
01.03.05.02.03.02	Caixa Geral de Aposentações	109 931,68	2 300,00		112 231,68	
01.03.09	Seguros	**28 000,00**			**28 560,00**	
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	28 000,00	560,00		28 560,00	
01.03.10	Outras despesas de segurança social	**1,00**			**1,00**	
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	1,00			1,00	
02	Aquisição de Bens e Serviços	**2 313 574,66**	**0,00**	**0,00**	**5 494 725,13**	
02.01	Aquisição de bens	**29 450,00**	**0,00**	**0,00**	**41 550,00**	
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	**8 500,00**			**8 500,00**	
02.01.02.01	Gasolina	3 000,00			3 000,00	
02.01.02.02	Gasóleo	5 500,00			5 500,00	
02.01.04	Limpeza e higiene	750,00	2 600,00		3 350,00	
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	2 500,00	2 500,00	1 000,00	4 000,00	
02.01.08	Material de escritório	5 000,00	4 000,00		9 000,00	
02.01.14	Outro material - Peças	500,00			500,00	
02.01.17	Ferramentas e utensílios	1 500,00			1 500,00	
02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00			500,00	
02.01.21	Outros bens	10 200,00	4 000,00		14 200,00	
02.02	Aquisição de serviços	**2 284 124,66**	**0,00**	**0,00**	**5 453 175,13**	
02.02.01	Encargos das instalações	290 000,00			290 000,00	
02.02.02	Limpeza e higiene	**39 520,00**			**27 320,00**	